

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**
MATO GROSSO

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula Da Silva

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Fernando Haddad

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Eliezer Moreira Pacheco

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO

REITOR “*Pró Tempore*”

José Bispo Barbosa

ASSESSOR DA REITORIA

Degmar Francisco dos Anjos

CHEFIA DO GABINETE DA REITORIA

Ana Cláudia Cauduro Bianchi

PRÓ-REITOR DE ENSINO

Willian Silva de Paula

PRÓ-REITOR DE PESQUISA

Adriano Breunig

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

João Vicente Neto

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Josias do Espírito Santo Coringa

DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Henrique do Carmo Barros

DIRETOR DE GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Rupert Carlos de Toledo Pereira

DIRETOR DE EXTENSÃO

Elson Santana de Almeida

DIRETOR DE PESQUISA

Ademir José Conte

DIRETOR DE ENSINO

Gabriel Antônio Ogaya Joerke

GERENTE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Lilian Maria Gonçalves

COORDENADORA PEDAGÓGICA DA PRÓ-REITORIA DE ENSINO

Silvia Maria dos Santos Stering

COORDENADOR DA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

Alexandre José Schumacher

DIRETORES GERAIS DOS CAMPI

DIRETOR GERAL DO CAMPUS CUIABÁ

Ali Veggi Atala

DIRETOR GERAL DO CAMPUS SÃO VICENTE

Leone Covari

DIRETOR GERAL DO CAMPUS CÁCERES

Olegário Baldo

DIRETORA GERAL DO CAMPUS BELA VISTA

Suzana Aparecida da Silva

DIRETORA GERAL DO CAMPUS PONTES E LACERDA

Gláucia Mara de Barros

DIRETOR GERAL DO CAMPUS CAMPO NOVO DO PARECIS

Darlon Alves de Almeida

DIRETOR GERAL DO CAMPUS CONFRESA

Aluizio Alves da Costa

DIRETOR GERAL DO CAMPUS JUÍNA

José Alves Junqueira Junior

DIRETOR GERAL DO CAMPUS RONDONÓPOLIS

Pedro José de Barros

DIRETOR GERAL DO CAMPUS BARRA DO GARÇAS

Josdyr Vilhagra

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PDI

PRESIDENTE

Degmar dos Anjos

MEMBROS DA COMISSÃO

Ademir Conte

Adriano Breunig

Alencar Garcia Bacarji

Aluízio Alves da Costa

Anarlete da Silva Loureiro

Andréa Andreoli Silvestri

Bruno José de Amorim Coutinho

Carlos André de Oliveira Câmara

Cristina Massae Nakamura

Dejenana Keila Oliveira Campos

Elson Santana de Almeida

Fernando Zolin Vezs

Ghilson Ramalho Correa

Gilmar Batista Marostega

Jean Carlo da Silva

João Vicente Neto

José Alves Junqueira Júnior

José Masson

Josias do Espírito Santo Coringa

Marco Antonio Vieira Moraes

Miguel Eugenio Minuzzi Vilanova

Poliana Fernandes de Almeida

Raquel Martins Fernandes

Rodney Mendes de Arruda

Rupert Carlos de Toledo Pereira

Silvana de Alencar Silva

Silvia Maria dos Santos Stering

Tony Inácio da Silva

Vagner Aniceto Teixeira

Vera Cristina de Quadros

Willian Silva de Paula

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Delimitação Territorial do IFMT.....	22
Quadro 02: Oferta Educativa do IFMT 2009 – 2014.....	25
Quadro 03: Número de Matrículas do IFMT 2009 – 2014.....	25
Quadro 04: Cronograma e plano de expansão das atividades de pós-graduação.....	48
Quadro 05: Projeção de Vagas a Serem Ofertadas pela EaD 2009 – 2014.....	53
Quadro 06: Expectativa de Matrícula da EaD 2009 – 2014.....	53
Quadro 07: Objetivos e Metas da EaD	54
Quadro 08: Número de Professores por <i>campus</i> e nível de capacitação.....	57
Quadro 09: Número de servidores técnico-administrativos por <i>campus</i> e nível de capacitação.....	57
Quadro 10: Servidores em capacitação.....	57
Quadro 11: Bolsas de pesquisa para discentes (médio/técnico e graduação).....	58
Quadro 12: Grupos de pesquisa cadastrados no CNPq e projetos de pesquisa em andamento.....	58
Quadro 13: Cronograma e plano de expansão das atividades de pesquisa.....	65
Quadro 14: Cronograma e plano de expansão das atividades de extensão.....	72
Quadro 15: Cronograma das ações de TIC.....	99

SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	6
APRESENTAÇÃO	10
CAPÍTULO I	10
PERFIL INSTITUCIONAL	10
1.1. HISTÓRICO	10
1.1.1. Campus Cuiabá – Octayde Jorge da Silva	11
1.1.2. Campus São Vicente	12
1.1.3. Campus Cáceres	13
1.1.4. Campus Cuiabá-Bela Vista	14
1.1.5. Campus Pontes e Lacerda	14
1.1.6. Campus Campo Novo do Parecis	14
1.1.7. Campus Juína	15
1.1.8. Campus Confresa	15
1.1.9. Campus Barra do Garças	16
1.1.10. Campus Rondonópolis	16
1.2. INSERÇÃO REGIONAL DO IFMT	17
1.3. DELIMITAÇÃO TERRITORIAL	21
1.4. POTENCIALIDADES DE ATUAÇÃO	22
1.5. OBJETIVOS	23
1.6. MISSÃO	25
1.7. METAS DE OFERTA DE VAGAS E NÚMERO DE MATRÍCULAS	25
CAPÍTULO II	26
CONCEPÇÕES E POLÍTICAS PEDAGÓGICAS	26
2.1. CONCEPÇÕES DE ENSINO	26
2.2. MODALIDADES DE ENSINO	33
2.2.1 Ensino Técnico	33
2.2.1.1 Ensino Técnico Integrado	34
2.2.1.2 Ensino Técnico Concomitante ou Subseqüente	35
2.2.1.3 PROEJA	36
2.2.1.4 Formação Inicial e Continuada - FIC	36
2.2.2 Graduação	36
2.3 POLÍTICAS DE ENSINO	37
CAPÍTULO III	43
POLÍTICAS DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO	43
3.1 CONCEPÇÕES DE ENSINO	43
3.2 OBJETIVOS DA PÓS-GRADUAÇÃO NO IFMT	44
CAPÍTULO IV	47
POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	47
4.1 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO IFMT	47
4.1.1 Histórico da EaD no IFMT	49
4.2 OBJETIVOS	50
4.3 DELIMITAÇÃO TERRITORIAL	52
4.4 METAS DA EAD/IFMT	52

CAPÍTULO V	55
POLÍTICAS DE PESQUISA	55
5.1 CONCEPÇÃO DE PESQUISA NO IFMT	55
5.2 ÁREAS DE ATUAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE PESQUISA	56
5.2.1 Áreas de pesquisa	58
5.2.2 Operacionalização da pesquisa	60
5.3 ESTRATÉGIAS E AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA NO IFMT	60
5.4 RELAÇÃO DA PESQUISA COM O ENSINO E A EXTENSÃO NO IFMT	65
CAPÍTULO VI	66
POLÍTICAS DE EXTENSÃO	66
6.1 CONCEPÇÃO DE EXTENSÃO NO IFMT	66
6.2 ÁREAS DE ATUAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE EXTENSÃO	67
6.3 ESTRATÉGIAS E AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DA EXTENSÃO NO IFMT	68
CAPÍTULO VII	73
POLÍTICAS DE GESTÃO INSTITUCIONAL	73
7.1 CONCEPÇÃO DE GESTÃO INSTITUCIONAL NO IFMT	73
7.2 ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL	75
7.2.1 Diretrizes da Capacitação de Servidores	77
7.2.2 Objetivos da Gestão de Recursos Humanos	78
7.2.3 Ações Propostas	79
7.3 ESTRUTURA FÍSICA E LABORATORIAL	80
7.4 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	83
CAPÍTULO VIII	86
POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO	86
8.1 HISTÓRICO	86
8.1.1 <i>Campus Cuiabá – Octayde Jorge da Silva</i>	86
8.1.2 <i>Campus São Vicente</i>	87
8.1.3 <i>Campus Cáceres</i>	88
8.1.4 <i>Campus Cuiabá-Bela Vista</i>	88
8.1.5 <i>Campus Pontes e Lacerda</i>	89
8.1.6 <i>Campus Campo Novo do Parecis</i>	89
8.1.7 <i>Campi Confresa, Juína, Barra do Garças e Rondonópolis</i>	90
8.2 OBJETIVOS DA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	90
8.3 ESTRATÉGIAS PREVISTAS NA ÁREA DE TIC	91
CAPÍTULO IX	100
AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO INSTITUCIONAL	100
9.1 IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	100
9.2 AUTO-AVALIAÇÃO	101
ANEXOS	104

APRESENTAÇÃO

Através da implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, o Ministério de Educação (MEC) constatou a necessidade de incluir, como parte integrante do processo avaliativo das Instituições de Ensino Superior - IES, o seu planejamento estratégico e o convencionou denominá-lo de Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.

A Lei nº 11892/2008 que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, devido à importância do trabalho a ser desenvolvido no campo da educação para a sociedade brasileira, estabeleceu o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data de publicação dela, para que sejam elaborados e encaminhados ao Ministério da Educação a proposta de estatuto e o Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal, tendo assegurada a participação da comunidade acadêmica na construção dos referidos instrumentos.

Para cumprir essa determinação legal, o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT elabora, portanto, o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e mantém o compromisso de atualizá-lo, acompanhá-lo e avaliá-lo ao longo do período de sua vigência. É importante compreender que a elaboração do PDI significa não apenas uma obrigação do IFMT mas também uma forma de estímulo aos membros das diversas comunidades internas e externas, associadas ao Instituto, de efetivar suas expectativas, ideais coletivos e sugestões formalizados em um documento que deverá ser seguido pelos gestores nos próximos anos.

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI – é um documento em que se definem, por um período de cinco anos, não só a missão da instituição de ensino e as estratégias para que se atinjam metas e objetivos, além de contemplar o cronograma e a metodologia de implementação desses objetivos, metas e ações do IFMT, mas também deve nortear a articulação entre as diversas ações e principalmente a manutenção de padrões de qualidade e, quando pertinente, o orçamento.

Todas as ações realizadas no âmbito do IFMT devem ser pautadas por um objetivo comum, a saber, a geração de conhecimentos socialmente referenciados. A

autonomia do IFMT pode ser compreendida em suas dimensões social e política, balizando a sua capacidade em aplicar tais conhecimentos no atendimento à sociedade. As ações em prol do desenvolvimento local, regional e nacional é, neste contexto, o que justifica a existência do IFMT e anima as atividades de planejamento estratégico, consubstanciadas neste PDI.

A Comissão de elaboração do PDI do IFMT organizou, por meio de uma estratégia própria, ao longo de seis meses, discussões internas sobre o saneamento de questões e metas a serem alcançadas institucionalmente. Para isso, fez-se um ciclo de planejamento e pesquisas em que gestores, docentes, técnico-administrativos, estudantes e a comunidade externa foram convidados a fazer diagnóstico de suas unidades, apresentando críticas sobre o planejamento institucional e sugerindo aperfeiçoamentos para o processo.

Realizaram-se dez audiências públicas nos nove municípios que possuem *campus* do IFMT, visando sempre à participação efetiva de todos no sistema de planejamento institucional. Além das audiências, foram disponibilizados questionários e *e-mails* para que as comunidades pudessem emitir suas críticas, sugestões e questionamentos.

A partir da coleta das informações levantadas, a Comissão de Elaboração discutiu os elementos e sugestões apresentados e definiu os elementos básicos do Planejamento Estratégico do IFMT.

De posse desses elementos, confeccionou-se este documento, dividido em cinco eixos: a missão e a visão institucional; as metas e ações propostas para desenvolver as políticas de ensino, pesquisa e extensão em suas diversas modalidades; as perspectivas de crescimento na oferta de vagas, número de matrículas, recursos humanos e dotação orçamentária; e a concepção de avaliação do desenvolvimento institucional.

Prof. José Bispo Barbosa
Reitor “Pro Tempore”

Prof. Degmar dos Anjos
Presidente da Comissão de PDI

CAPÍTULO I

PERFIL INSTITUCIONAL

A rede federal de educação profissional e tecnológica, cuja origem remontam ao ano de 1909, com a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices, passa, atualmente, por um momento ímpar em sua história. Com a missão de oferecer educação profissional e tecnológica pública, gratuita e de qualidade, a rede caminha para o seu centenário, incumbida de contribuir para o desenvolvimento científico, tecnológico e sociocultural do país, sem perder de vista o seu caráter inclusivo e sustentável.

Assim, a responsabilidade que toma para si no universo da educação na sociedade, ao definir como meta central o desenvolvimento humano, intrinsecamente vinculado a uma proposta de trabalho enraizada com a realidade, a rede federal de educação tecnológica traz para dentro de seu *locus* o compromisso com uma população diversificada, em diferentes estágios de formação, com desafios de vida cada vez mais complexos, cidadãos que alimentam expectativas bastante promissoras de vida. Cabe ressaltar, no entanto que, por sua trajetória histórica, essas instituições possuem uma identidade com as classes menos favorecidas e com um trabalho no sentido da emancipação.¹

1.1. Histórico

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT foi criado mediante a integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso, da Escola Agrotécnica Federal de Cáceres e de suas respectivas unidades de ensino descentralizadas (Campo Novo do Parecis, Bela Vista e Pontes e Lacerda), transformados em *campi* do instituto.

Além da integração dessas instituições, também estão em fase de implantação mais quatro *campi*, sendo eles nos municípios de Barra do Garças, Confresa, Juína e Rondonópolis. Todos os *campi* atingirão de forma abrangente os setores econômicos dos segmentos agrário, industrial e tecnológico, de forma a ofertar cursos de acordo com as necessidades culturais, sociais e dos arranjos produtivos de todo o Estado,

¹ PACHECO, Eliezer. Os Institutos Federais e o projeto nacional. Disponível em http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/artigos_institutos.pdf. Acessado em 04 de março de 2008.

privilegiar os mecanismos de inclusão social e de desenvolvimento sustentável e promover a cultura do empreendedorismo e associativismo, apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda.

Na sequência, são apresentados os históricos dos *campi* que compõem o IFMT, desde o início de suas atividades até o momento de transformação em Instituto Federal de Mato Grosso.

1.1.1. *Campus* Cuiabá – Octayde Jorge da Silva

Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso, abriga a instituição mais antiga no Estado, dentre as instituições que compõem o IFMT, criada via Decreto nº 7.566, em 23/09/1909, e inaugurada no dia 1º de janeiro de 1910, com o nome de *Escola de Aprendizizes Artífices de Mato Grosso* (EAAMT), oferecendo o ensino profissional de nível primário com os cursos de primeiras letras, de desenho e de ofícios de alfaiataria, carpintaria, ferraria, sapataria e selaria, inicialmente, e, posteriormente, o de tipografia.

Em 05/09/1941, via Circular nº 1.971, assumiu oficialmente a denominação de *Liceu Industrial de Mato Grosso*, e a partir de 1942 passou a oferecer o ensino industrial com os cursos industriais básicos e de mestria de alfaiataria, artes do couro, marcenaria, serralheria, tipografia e encadernação.

Com a expedição da Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, a Escola Industrial de Cuiabá (EIC) passou a ter personalidade jurídica e autonomia didática, administrativa, técnica e financeira e o ensino profissional passou a ser oferecido como curso ginásial industrial, que passou a ser equiparado a curso de 1º grau do Ensino Médio pela primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

Em 1965, passou a denominar-se *Escola Industrial Federal de Mato Grosso*, e em 1968, *Escola Técnica Federal de Mato Grosso* (ETFMT), nomenclatura instaurada na memória coletiva do povo cuiabano.

Com a reforma do ensino de 1º e 2º graus (antigos ginásial e colegial), introduzida pela Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, a ETFMT deixou de oferecer os antigos cursos ginásiais industriais e passou a oferecer o ensino técnico de 2º grau

integrado ao propedêutico com os cursos de Secretariado, Estradas, Edificações, Eletrônica, Eletrotécnica e Telecomunicações.

Em 1996, o ensino profissional deixa de ser integrado ao propedêutico e a ETFMT passou a oferecer, separadamente, o Ensino Médio (antigo propedêutico) e o ensino profissional de nível técnico.

Pelo Decreto Presidencial de 16 de agosto de 2002, publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 19 de agosto de 2002, a ETFMT transformou-se em *Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso*, nos termos da Lei n.º 8.948/1994. A partir de então, além do Ensino Médio e do ensino profissional de nível técnico e básico, a Instituição passou a oferecer o ensino profissional de nível tecnológico e a pós-graduação em nível *Lato Sensu*.

1.1.2. Campus São Vicente

O *campus* localiza-se na Serra de São Vicente, no município de Santo Antonio do Leverger. Foi instituído oficialmente pelo Decreto nº 5.409 do dia 14 de abril de 1943 o “*Aprendizado Agrícola Mato Grosso*” com capacidade para 200 alunos de nível primário, passando a ser referência de formação agrícola.

Em 05 de novembro de 1956 passou a “*Escola Agrícola Gustavo Dutra*” e em 13 de fevereiro de 1964, a “*Ginásio Agrícola Gustavo Dutra*”, quando então oferecia na sua grade curricular o nível médio de ensino, e o curso ginásial, com destaque para o ingresso da primeira turma do gênero feminino.

Em março de 1978 passou a oferecer o curso Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio, transformando a realidade social da região, atraindo ainda mais estudantes e famílias de todo o Estado de Mato Grosso e regiões vizinhas, que somado aos já moradores, internos e funcionários da escola, compuseram a comunidade e mesmo a Vila de São Vicente.

Em 04 de setembro de 1979 a instituição passou a chamar-se “*Escola Agrotécnica Federal de Cuiabá-MT*”, nome que divide mérito com “*Escola Agrícola*” de permanecer forte no imaginário e memória coletiva da sociedade mato-grossense.

Outra etapa que demarca grandes mudanças institucionais foi a criação, no ano de 2000, do curso superior de Tecnologia em Alimentos. A partir de 2002, passou a ser

uma autarquia institucional autônoma, sendo denominado *Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá* (CEFET CUIABÁ), passando a oferecer cursos nos níveis médio e superior (graduação e pós-graduação), nas modalidades integrada, subsequente e PROEJA.

Além das atividades de ensino, a escola desenvolve pesquisa e extensão em diversas áreas: Avicultura, Suinocultura, Piscicultura, Apicultura, Bovinocultura, Olericultura, Culturas Anuais, Fruticultura, Agroindústria e Informática.

1.1.3. Campus Cáceres

Localizado no extremo Norte do Pantanal, próximo ao Rio Paraguai, o *Campus Cáceres* tem sua sede no município de Cáceres, na região Sudoeste do Estado de Mato Grosso.

O início das atividades da Escola Agrotécnica Federal de Cáceres deu-se em 17/08/1980, com a inauguração da escola, tendo Técnico em Agropecuária como primeiro curso, que se mantém até os dias atuais.

Possui uma área de 320 ha e atende, juntamente com as demais instituições de ensino, a vasta extensão territorial do estado de Mato Grosso.

Com o desenvolvimento do agro setor cresce a demanda por educação. Dessa forma, atende, em 2009, 832 alunos no nível Médio Profissionalizante, tornando-se um espaço de formação, extensão e pesquisa nas áreas de agropecuária, informática e meio ambiente, oferecendo cursos subsequentes de Agricultura, Agropecuária, Florestal, Zootecnia, Agroindústria e Técnico em Rede de Computadores, cursos integrados ao Ensino Médio de Agropecuária e Programação e Desenvolvimento de Sistemas, Sistemas de Informação e Agroindústria na modalidade PROEJA.

Além das atividades de ensino, a escola desenvolve pesquisa e extensão nas áreas de Avicultura, Suinocultura, Piscicultura, Animais silvestres, Apicultura, Bovinocultura – leite e corte – Forragicultura, Equinocultura, Olericultura, Culturas Anuais, Fruticultura, Geoposicionamento, Agroindústria, Informática e Florestal.

1.1.4. *Campus Cuiabá-Bela Vista*

A Unidade de Ensino Descentralizada Bela Vista (UNED-Bela Vista) foi criada via ato governamental da Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005. Autorizada a funcionar através da Portaria Ministerial nº. 1.586, de 15 de setembro de 2006 e inaugurada em 13 de setembro de 2006, sendo esta integrada ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso - CEFET-MT.

Sua estrutura atende à Universidade Aberta do Brasil e aos seguintes cursos da Educação Profissional e Tecnológica: Curso Técnico em Meio Ambiente integrado ao Ensino Médio, Técnico em Química; Técnico em Alimentos; Tecnologia Superior em Gestão Ambiental.

1.1.5. *Campus Pontes e Lacerda*

O *Campus Pontes e Lacerda* foi instituído como uma Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) do Centro Federal de Ensino Tecnológico de Mato Grosso – CEFET-MT.

Mediante a autorização do MEC, as atividades iniciaram no dia 13 de outubro de 2008, com dois cursos técnicos subseqüentes, Secretariado e Edificações, e em 29 de outubro teve início o curso de Licenciatura Plena em Física.

No primeiro semestre de 2009, deu-se início à modalidade Técnico Integrado, com os cursos de Química, Secretariado e Informática. Na modalidade PROEJA, iniciou-se o curso de Edificações.

A inauguração do *Campus Pontes e Lacerda* pelo MEC oficializou-se no dia 24 de abril de 2009.

1.1.6. *Campus Campo Novo do Parecis*

O *Campus Campo Novo do Parecis* foi instituído, em 10 de junho de 2008, como uma Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) do Centro Federal de Ensino Tecnológico de Cuiabá (CEFET Cuiabá).

A área de 73 hectares pertencia à Escola Agrotécnica Municipal Dorvalino Minozzo, e foi doada pela Prefeitura do município de Campo Novo dos Parecis. No ano de 2008, iniciaram as obras de construção e reformas. Setembro marca o início efetivo das atividades pedagógicas, com ingresso, via vestibular, da primeira turma de Licenciatura em Matemática.

Realizou-se em 7 de dezembro de 2008 o primeiro processo seletivo geral, com oferta de 280 vagas, nos cursos de Técnico em Agropecuária, Licenciatura em Matemática, Bacharelado em Agronomia e Tecnólogo em Agroindústria.

Sendo assim, ainda em processo de implementação, em 2009, o *Campus* contabiliza 4 turmas de Técnico em Agropecuária, 2 turmas de Agronomia, 2 turmas de Matemática e 1 turma de Agroindústria, com 300 alunos matriculados.

1.1.7. *Campus* Juína

O *campus* Juína insere-se na Fase II do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, lançada em 2007. Instalado nas dependências da antiga Escola Agrícola da cidade, o *campus* planeja iniciar suas atividades no primeiro semestre letivo de 2010.

O *campus* surgiu, inicialmente, como uma Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) do Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá (CEFET Cuiabá) ainda em 2007.

1.1.8. *Campus* Confresa

O *Campus* Confresa, localizado na cidade de mesmo nome, faz parte de ação articulada do Governo Federal para expansão da rede federal de Educação Profissional e Tecnológica, denominada Fase II.

A história do *Campus* começa em 29 de junho de 2007, época da apresentação da Proposta de Criação da UNED Confresa, em observância à Chamada Pública MEC/SETEC 001/2007 de 24 de abril de 2007. Neste mesmo ano, no mês de dezembro, foi realizada a 1ª Audiência Pública. Na oportunidade ficou definida a oferta

dos cursos de Técnico em Agropecuária, que observasse os princípios da agroecologia, seguido por Técnico em Informática e Técnico em Meio Ambiente.

Em 2008 iniciaram-se as obras de implantação do *Campus*, com previsão de conclusão para 2009, ano de início de suas atividades acadêmicas. Haja vista a evolução da proposta do Governo Federal para expansão da rede, deliberou-se pela criação dos cursos de Técnico em Agropecuária (conforme 1ª Audiência Pública) e o curso de Técnico em Alimentos. Além destes, tem-se como previsão de funcionamento os cursos de Agronomia e as Licenciaturas em Ciências Agrícolas e em Ciências da Natureza, habilitando para Química, Física e Biologia, todos os cursos tem previsão de início em fevereiro de 2010.

1.1.9. *Campus Barra do Garças*

O *campus* Barra do Garças nasce do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica – Fase II do MEC/SETEC em 2007. Em junho do mesmo ano foi firmado o Termo de Parceria entre as Prefeituras de Barra do Garças, Aragarças e Portal do Araguaia, implantando a unidade pólo da Rede de Educação Federal, para atender às demandas regionais do Médio Araguaia, constatando-se a necessidade de cursos voltados para o Agronegócio, Serviços e Indústria.

Em 2009, o *Campus* Barra do Garças possui como estrutura física uma Escola Agrícola doada pelo Município para o IFMT. As atividades acadêmicas devem começar no primeiro semestre letivo de 2010.

1.1.10. *Campus Rondonópolis*

Localizada na mesorregião conhecida como Sudeste Mato-Grossense, a 218 km da capital, Rondonópolis é a segunda cidade mais povoada do estado. Tem como bases fortes de sua economia a agricultura e o agronegócio; no entanto, a maior parte da população vive atualmente na zona urbana devido ao intenso êxodo rural proporcionado pela formação das grandes fazendas ao redor da cidade.

Instaurado o *campus*, pretende-se fomentar a formação profissional de modo a qualificar trabalhadores que atendam à vocação da região. Neste sentido, pensar uma

política de formação profissional para a região implica, na realidade, integrá-la à política de desenvolvimento local.

1.2. Inserção Regional do IFMT

O Estado de Mato Grosso está localizado na Região Centro-Oeste do Brasil, ocupando uma extensão territorial de 903.357,91 km², tendo como limites: Amazonas, Pará (N); Tocantins, Goiás (L); Mato Grosso do Sul (S); Rondônia e Bolívia (O). No ano de 2009 o Estado conta com 141 municípios, distribuídos em cinco mesorregiões e uma população estimada em 2.975.732 habitantes.

A grande extensão territorial e a ocorrência de peculiaridades em cada meso e micro-regiões, assim como entre municípios, têm feito com que ocorram ilhas de desenvolvimento, geralmente embasadas nas *commodities* do agronegócio, enquanto outras regiões encontram-se sem perspectivas de desenvolvimento. Tais diferenças fazem com que o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH dos municípios seja muito discrepante. Para exemplificar, o melhor IDH do Estado ocorre no município de Sorriso, com índice de 0,824, enquanto o menor, 0,654, em Porto Estrela, com valor médio para o estado de 0,773. Em termos numéricos, 80% dos municípios (114 dos 141 municípios) apresentam IDH abaixo do índice do estado. Em face desses fatos apontados, é importante que os projetos atuais contemplem a multiplicação do acesso à educação para, assim, fomentar o desenvolvimento também das regiões menos desenvolvidas.

Mato Grosso possui uma grande diversidade sócio-econômica, política, cultural e ambiental. Nessa diversidade há três biomas em sua extensão territorial: amazônia, cerrado e pantanal, nas quais existem 19 unidades de conservação federais, 42 estaduais, e 44 municipais, distribuídas entre reservas, parques, bosques, estações ecológicas e RPPN (Reserva Particular do Patrimônio Nacional)².

A população indígena totaliza 26.490 habitantes. A maior parte das suas nações estão concentradas nas mesorregiões norte e nordeste mato-grossense distribuídas em 60 áreas legalmente protegidas³. Neste cenário, destaca-se o município de Juína,

² MATO GROSSO. Mato Grosso em Números. Secretaria de Estado de Planejamento. Cuiabá – 2006.

³ MATO GROSSO. Anuário Estatístico de Mato Grosso de 2006 – SEPLAN, Cuiabá – 2006.

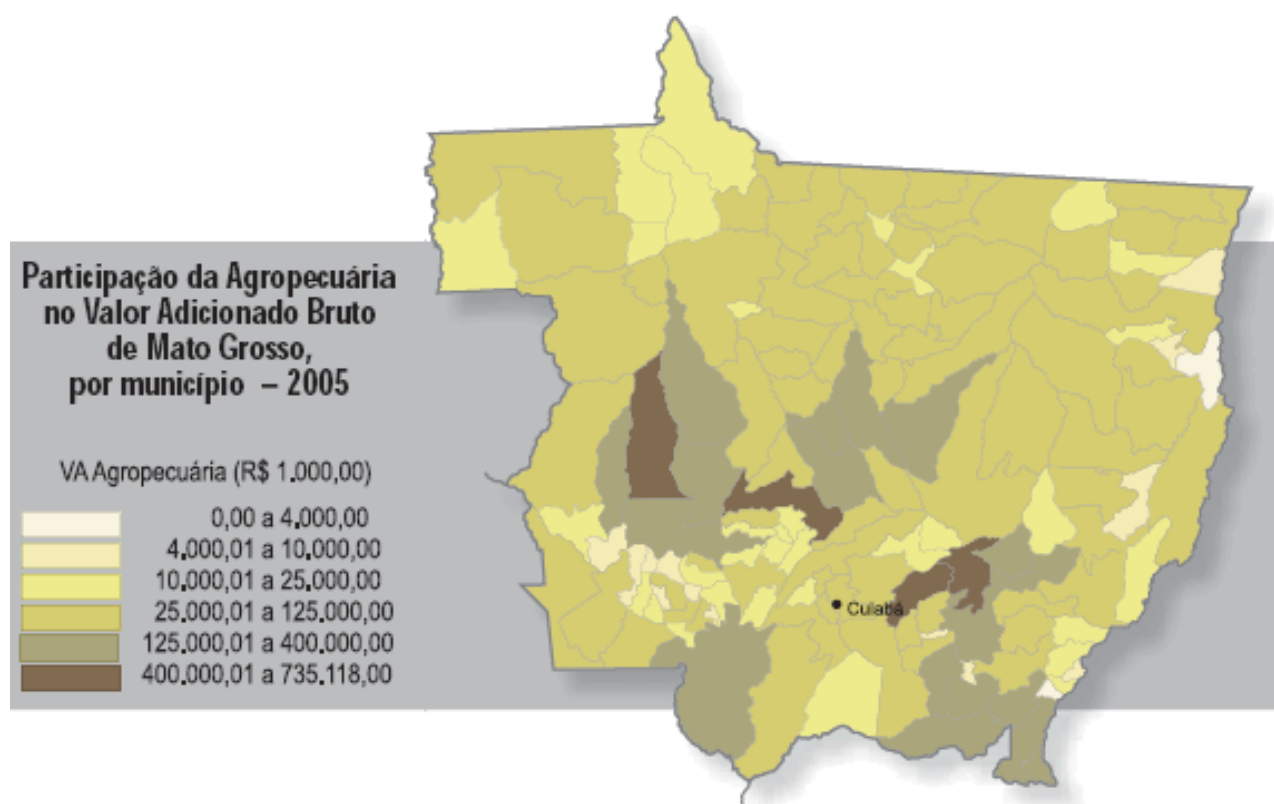
contemplado com um *campus* do Instituto numa região que é privilegiada com a presença de grande número de povos indígenas.

Conforme dados estatísticos do IBGE e SEDUC (2008), no Estado de Mato Grosso, há 919.098 alunos, sendo que apenas 86.415 matriculados no ensino superior. A maior parte das matrículas ocorrem na mesorregião Centro - Sul Mato-grossense.

Em relação à alfabetização, 287.723 pessoas são analfabetas, sendo que grande parte encontra-se com mais de 30 anos, o que demonstra a necessidade de intensificar ações educacionais para essa população.

Mato Grosso é destaque quando se trata de Produto Interno Bruto (PIB). Entre os nove Estados da Amazônia Legal está em segundo lugar com um PIB de R\$ 37.466.137 (bi) e uma renda *per capita* anual de R\$ 13.125,00⁴.

O Agronegócio é a grande mola propulsora e o principal responsável pela elevação do PIB e da renda *per capita* do Estado. Em seguida, destacam-se a indústria, mineração, comércio e meio ambiente.



Regiões agrícolas conforme Valor Adicionado.

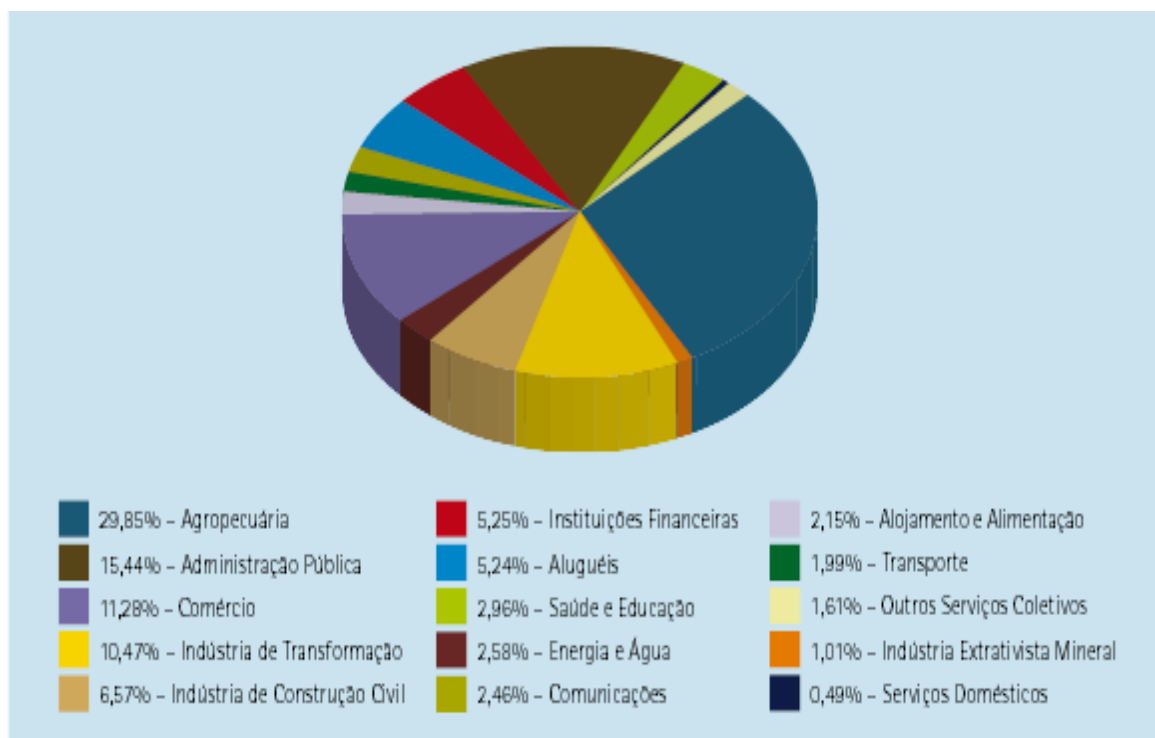
Fonte: IBGE, CONAC e SEPLAN

Elaboração: Superintendência de Estudos e Informações – SEI/SEPLAN

⁴ MATO GROSSO. Informativo socioeconômico de Mato Grosso 2008. – SAPLAN, Cuiabá - 2008.

O Estado de Mato Grosso tem se destacado como grande produtor de grãos, bovinos, aves e suínos, atuando fortemente na cadeia primária da produção, bem como nas áreas de automação agrícola e agroindustrial e extração de madeiras.

Os principais segmentos industriais do Estado são os relacionados a produtos alimentícios, fabricação de produtos de madeira, fabricação de combustíveis, produção de álcool, fabricação de produtos químicos, minerais não metálicos e outros.⁵ A seguir a participação das atividades econômicas no PIB de Mato Grosso⁶:



Participação das atividades econômicas no PIB

Fonte: IBGE, CONAC e SEPLAN

Elaboração: Superintendência de Estudos e Informações – SEI/SEPLAN

Pelas considerações expostas, o território de Mato Grosso pode ser analisado como uma região de grande importância nacional e com potenciais cada vez mais crescentes nos campos econômicos, culturais e sociais, reunindo condições de ter um Instituto Federal de referência no Brasil.

O ideal do IFMT estabelece que a sua função principal diz respeito à produção e disseminação do conhecimento. Assim é inerente ao IFMT a difusão da cultura, a investigação científica, a educação holística, o ensino das profissões e, finalmente, a

⁵ MATO GROSSO. Informativo socioeconômico de Mato Grosso 2008. – SEPLAN, Cuiabá - 2008.

⁶ MATO GROSSO. Informativo socioeconômico de Mato Grosso 2005. – SEPLAN, Cuiabá - 2005.

prestação de serviços à sociedade mediante o desenvolvimento de atividades de extensão.

Essa definição torna evidente que o papel do IFMT extrapola o âmbito restrito do ensino das profissões promovidas em seus cursos. Embora a formação se constitua numa das suas funções, a sua missão fundamental diz respeito à produção do conhecimento, à capacidade de fazer questionamentos e ao exercício da criticidade, mediante os quais pode tornar possível o desenvolvimento da capacidade de resposta aos problemas e desafios vivenciados pela sociedade em diferentes campos.

Assim entendida, para que se compreenda a grande responsabilidade social e de inclusão do IFMT, pela capacitação de trabalhadores e pela formação de profissionais qualificados para a atuação no mundo globalizado, é oportuno apresentar, sinteticamente, uma caracterização do Estado de Mato Grosso, que se apresenta dividido em micro-regiões bem definidas do ponto de vista sócio-econômico.

Nesse contexto, destaca-se o município de Cuiabá, que ocupa uma posição geográfica privilegiada, situado no centro geodésico da América do Sul, faz limite com os municípios de Chapada dos Guimarães, Campo Verde, Santo Antônio do Leverger, Várzea Grande, Jangada, Acorizal e Rosário d'Oeste.

A economia de Cuiabá está centralizada no comércio e na indústria. Possui o maior parque industrial do Estado, com 809 unidades industriais.⁷ O Estado vivencia um crescimento significativo no número de postos de trabalho, com a abertura de mais de 100 mil novas empresas nos últimos cinco anos. Destas, 84.387 foram no setor do comércio, 15.670 no de indústria e 2.861 na área rural.

Nos últimos 10 anos, foram geradas em Mato Grosso 304.691 novas vagas de empregos formais, um crescimento de 105%, sendo pela ordem de contribuição, 74.228 na administração pública, 69.679 no setor de serviços, 58.697 na indústria, 57.837 no comércio e 44.255 no setor rural. No sul do Estado predomina a agropecuária; no oeste, a agroindústria, com a produção de frutas e a pecuária, com a criação de aves, suínos e bovinos para exportação.

Em 2008, a administração pública, com 143.870 empregados, era o maior setor empregador do Estado, correspondendo por 24% do total. O setor rural contribui com

⁷ MATO GROSSO. Informativo socioeconômico de Mato Grosso 2005. – SEPLAN, Cuiabá - 2005.

12%. Os setores industrial, comercial e o de serviços complementam o quadro estadual de empregos formais com 64% do total.

Dado esse panorama, verifica-se a grande demanda educacional que se apresenta ao IFMT para o desenvolvimento do Estado, sobretudo em termos de educação tecnológica e profissional.

Contudo, tem-se discutido de forma bastante significativa a tematização de ações que refletem a inserção das Instituições de Ensino no contexto social da comunidade a que está inserida. Essa máxima se constitui legítima devido às políticas públicas difundidas no Brasil nos últimos 10 anos para este fim. O objetivo de se fazer esse chamamento às Instituições de Ensino é fomentar o papel das mesmas dentro da perspectiva da Responsabilidade Social no campo da formação. Esta discussão se estende a todas as modalidades de ensino, o que acarreta uma análise criteriosa por parte das Instituições no tocante a eleição de políticas de Responsabilidade Social para que não se confunda com políticas de assistencialismo.

Pode-se dizer então que, dentro do contexto local, regional, nacional e mundial de grandes transformações de paradigmas, o IFMT apresenta-se estratégico para o sistema educacional comprometido com o equilíbrio na utilização dos recursos naturais, bem como agente da política do desenvolvimento regional do Estado de Mato Grosso.

Sua função social, como escola pública, alarga-se na medida em que atualmente exige-se das pessoas a continuidade da formação ao longo da vida, o que implica no desenvolvimento de competências geradoras da capacidade de percepção e expressão na qual o cidadão/profissional precisa estar não só atualizado em sua área específica como também em relação ao que está acontecendo em seu entorno. Essa concepção de educação inclusiva pressupõe o comportamento crítico e criativo, audacioso desencadeador de ações voltadas à solução de impasses e problemas do cotidiano.

1.3. Delimitação Territorial

A delimitação territorial do IFMT é o Estado de Mato Grosso, a partir das atuais estruturas dos *Campi* Cuiabá, São Vicente, Cáceres, Bela Vista, Campo Novo do Parecis, Pontes e Lacerda, Confresa, Juína e também dos *Campi* em estruturação Barra do Garças e Rondonópolis.

Contando com as unidades já implantadas e as em implantação, é possível atender 08 (oito) microrregiões, com uma população de aproximadamente 1.476.067 habitantes, conforme demonstra o quadro a seguir:

Quadro 01 - Delimitação Territorial do IFMT

MUNICÍPIO	UNIDADE DE ENSINO	MICROREGIÃO	POPULAÇÃO ABRANGIDA
Cuiabá	<i>Campus Cuiabá</i>	Cuiabá (05 municípios)	741.975
Cuiabá	<i>Campus Cuiabá - Bela Vista</i>		
Santo Antônio do Leverger	<i>Campus São Vicente</i>		
Cáceres	<i>Campus Cáceres</i>	Alto Pantanal (04 municípios)	124.597
Barra do Garças	<i>Campus Barra do Garças</i>	Médio Araguaia (03 municípios)	79.134
Campo Novo do Parecis	<i>Campus Campo Novo do Parecis</i>	Parecis (05 municípios)	62.025
Confresa	<i>Campus Confresa</i>	Norte Araguaia (14 municípios)	87.644
Juína	<i>Campus Juína</i>	Aripuanã (08 municípios)	97.104
Pontes e Lacerda	<i>Campus Pontes e Lacerda</i>	Alto Guaporé (05 municípios)	59.722
Rondonópolis	<i>Campus Rondonópolis</i>	Rondonópolis (08 municípios)	223.866
TOTAL			1.476.067

Fonte: MATO GROSSO. Anuário Estatístico de Mato Grosso de 2006. Secretaria de Estado de Planejamento. Cuiabá: 2006.

1.4. Potencialidades de Atuação

Considerando o cenário estabelecido pela Chamada Pública MEC/SETEC 002/2007, pela Lei nº 11.892/2008, pelas Audiências Públicas realizadas com as comunidades residentes nas regiões dos 10 *campi* do Instituto e pelas demandas levantadas junto ao empresariado e autoridades do Estado, o IFMT propõe-se a:

- ofertar educação profissional e tecnológica, como processo educativo e investigativo, em todos os seus níveis e modalidades, sobretudo de nível médio, reafirmando a verticalização como um dos princípios;
- ofertar a educação técnica de nível médio, superior de tecnologia, licenciaturas e bacharelados nas áreas em que a ciência e a tecnologia são componentes determinantes, bem como ofertar estudos de pós-graduação *lato e stricto sensu*;

- orientar a oferta de cursos em sintonia com a consolidação, o fortalecimento e as potencialidades dos arranjos produtivos, culturais e sociais, de âmbito local e regional, privilegiando os mecanismos de inclusão social e de desenvolvimento sustentável;
- promover a cultura do empreendedorismo e do associativismo, apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda;
- constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, voltado à investigação científica, e qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas escolas públicas;
- oferecer programas especiais de formação pedagógica inicial e continuada com vistas à formação de professores para a educação profissional e tecnológica e educação básica, de acordo com as demandas de âmbito local e regional, em especial, nas áreas das ciências da natureza (biologia, física e química), matemática e ciências agrícolas;
- estimular a pesquisa e a investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da inovação, ressaltando a pesquisa aplicada;
- promover a divulgação científica e programas de extensão, no sentido de disponibilizar para a sociedade, considerada em todas as suas representatividades, as conquistas e benefícios da produção do conhecimento, na perspectiva da cidadania e da inclusão.

1.5. Objetivos

Tendo por base as metas e ações apontadas pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), respeitadas as possibilidades e condições atuais e considerando a evolução das ações do plano de expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica, o IFMT tem por objetivos:

- ministrar educação profissional técnica de nível médio (mínimo de 50% de suas vagas), na forma de cursos integrados, subsequentes ou concomitantes, incluindo-se PROEJA;
- ministrar em nível de educação superior:
 - cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

- cursos de licenciatura e programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica (mínimo de 20% de suas vagas);
- cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
- cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento e;
- cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vista ao processo de geração e inovação tecnológica;
- ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, nas modalidades presencial e à distância, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;
- fomentar a cultura do empreendedorismo e de apoio à inovação tecnológica, em consonância com as ações em curso no Estado de Mato Grosso;
- apoiar a oferta do ensino de ciências nas escolas públicas das redes municipal e estadual.

1.6. Missão

Proporcionar a formação científica, tecnológica e humanística, nos vários níveis e modalidades de ensino, pesquisa e extensão, de forma plural, inclusiva e democrática, pautada no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, preparando o educando para o exercício da profissão e da cidadania com responsabilidade ambiental.

1.7. Metas de Oferta de Vagas e Número de Matrículas

Sob a perspectiva de crescimento na oferta de vagas e no número de alunos matriculados nos próximos anos é uma meta do IFMT ofertar, inicialmente, a seguinte quantidade de vagas em cursos regulares. Destaque-se que, além das vagas aqui projetadas, o IFMT poderá ofertar vagas em Núcleos Avançados ou Pólos de Redes, em convênio com municípios, bem como participar de programas especiais do Ministério da Educação.

Quadro 02 - Oferta Educativa do IFMT 2009 – 2014⁸

PROJEÇÃO DE VAGAS A SEREM OFERTADAS ANUALMENTE 2009 - 2014						
IFMT						
<i>Campus</i>	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Total Cuiabá – Octayde Jorge da Silva	575	1465	1525	1605	1675	1725
Total São Vicente	724	885	1100	1235	1370	1370
Total Cáceres	400	520	760	800	800	800
Total Cuiabá - Bela Vista	270	540	610	610	610	610
Total Pontes e Lacerda	475	420	450	420	450	480
Total Campo Novo do Parecis	280	485	590	745	815	885
Total Juína	0	395	545	595	775	675
Total Confresa	—	460	460	460	460	460
Total Barra do Garças	—	240	520	520	520	520
Total Rondonópolis	—	350	315	315	595	805
Total EaD – UAB	760	2130	1630	1630	1630	1630
Total Geral IFMT	3484	7890	8505	8935	9700	9960

Quadro 03 - Número de Matrículas do IFMT 2009 – 2014

EXPECTATIVA DE MATRÍCULAS 2009 – 2014						
IFMT						
<i>Campus</i>	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Total Cuiabá – Octayde Jorge da Silva	2984	3833	4254	4778	5194	5394
Total São Vicente	1139	1620	2085	2435	2755	2755
Total Cáceres	832	1263	1598	1922	2082	2162
Total Cuiabá – Bela Vista	711	1186	1576	1896	2146	2286
Total Pontes e Lacerda	475	845	1175	1290	1260	1290
Total Campo Novo do Parecis	315	800	1270	1600	1790	1930
Total Juína	—	395	840	1335	1895	2105
Total Confresa	—	460	920	1500	1760	1760
Total Barra do Garças	—	240	760	1320	1320	1440
Total Rondonópolis	—	350	630	805	945	1155
Total EaD	1273	2893	3843	4543	4693	4743
Total Geral IFMT	7729	13885	18951	23424	25840	27020

⁸ Os dados completos da oferta de vagas e do número de matrículas de cada *Campus* aparecem nos Anexos I e II.

CAPÍTULO II

CONCEPÇÕES E POLÍTICAS PEDAGÓGICAS

2.1. Concepções de Ensino

A função da escola como espaço de preparação de pessoas para o mundo do trabalho foi construída ao longo da história. O que ocorria até então era um processo de aprendizagem informal, onde técnicas e rotinas eram aprendidas no dia-a-dia dos homens. No entanto, a expansão do capitalismo industrial, reforçou a necessidade da escola como agente de preparação para a inserção no mundo do trabalho.

Em se tratando do Brasil, inicialmente percebe-se que tanto as concepções quanto as práticas relativas à Educação Profissional estiveram fora daquilo que se denomina de educação formal.

Entre os povos nativos as práticas educativas estavam diretamente ligadas ao processo de socialização, através de observações e de participação direta nos afazeres dos adultos: plantar, colher, caçar e pescar.⁹

A qualificação informal no e para o trabalho prevaleceu no Brasil Colônia, embora tenham existido os colégios e casas dos jesuítas ou também chamadas de “escolas-oficinas” que foram considerados os primeiros centros de formação profissional durante o período colonial.

No período do Império, entre 1840 e 1857, foram criadas as “casas de educandos artífices”. Utilizava-se nestas casas o modelo pedagógico militar, onde tanto a disciplina quanto a hierarquia eram acatadas. De teor leigo, entre 1858 e 1886, foram criados liceus de artes e ofícios, que serviram de base para o surgimento de uma rede de escolas profissionalizantes.

Nos primeiros anos da Primeira República institucionaliza-se a Educação Profissional a partir dos órgãos oficiais do Estado. Não obstante, a confecção de políticas educacionais deve-se ao então presidente Nilo Peçanha que, através do Decreto nº 7.566 de 23/09/1909 cria dezenove escolas, uma em cada Estado, exceto no Distrito Federal e no Rio Grande do Sul. Daí por diante alguns governos estaduais

⁹ BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação Popular**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

criaram seu próprio modelo de Educação Profissional. Não se pode desconsiderar as iniciativas privadas e confessionais na construção de liceus de artes e ofícios.

Nas duas primeiras décadas do século XX, por iniciativa de movimentos sociais foram criados projetos voltados para a Educação Profissional diferenciados daqueles apresentados pelo Estado e pela Igreja, iniciativas estas silenciadas logo no período do Estado Novo.

O modelo construído para a formação profissional no Estado Novo, mais especificamente a partir dos anos 30, segundo indica Manfredi,¹⁰

combinou o cerceamento e o enquadramento institucional das associações de trabalhadores a uma política de convencimento e de disputa de hegemonia no plano ideológico. Assim, a montagem do sistema corporativista de representação sindical, além de possibilitar o desmantelamento das iniciativas dos trabalhadores, favoreceu a construção de um sistema, que paralelo ao sistema público (às redes públicas estaduais e à rede federal) era organizado e gerido pelos organismos sindicais patronais – o chamado ‘Sistema S’ que teve como primeiras estruturas o SENAI (1942) e o SENAC (1943).

No reordenamento do sistema escolar, subsequente ao primário a escolaridade dividia-se em duas partes: para as elites, oferecia-se o ensino secundário, de cunho propedêutico; para os demais o ensino profissional (industrial, comercial, agrícola). Esta concepção dualista foi historicamente se consolidando:

alunos tinham acesso a um conjunto básico de conhecimentos que eram cada vez mais amplos, a medida que progrediam nos seus estudos”, em contrapartida havia aquele “aluno [que] recebia um conjunto de informações relevantes para o domínio de seu ofício, sem aprofundamento teórico, científico e humanístico que lhe desse condições de prosseguir nos estudos ou mesmo de se qualificar em outros domínios.”¹¹

A equiparação entre Ensino Médio e profissional só aconteceu em 1971 através de Lei nº 5.692, que institui a “profissionalização universal e compulsória para o ensino secundário”. Esta organização prevaleceu, embora sem condições objetivas de efetivação, até o surgimento da nova LDB nº 9394/1996.

¹⁰ MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

¹¹ ALVES, Edgar (Org.). **Modernização produtiva e relações de trabalho**: perspectivas de políticas públicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9394/1996) mostra o grau de abrangência do vocábulo *educação*. O Artigo 1º: “... abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.” Em seguida, destaca a predominância da efetivação desta educação através do ensino em instituições próprias. Reforça no § 2º a vinculação deste tipo de educação ao mundo do trabalho e à prática social.

Quanto à Educação Profissional, a LDB reserva os artigos 39 a 42 do seu Capítulo III. Sendo que o primeiro percebe “A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.” Esta última parte é reforçada pela UNESCO (2000), ao propor que “A educação deve formar não apenas ofício, como também preparar os jovens para se adaptarem a trabalhos diferentes, à medida que evoluam as formas de produção.”

A relação educação/trabalho é salientada no Artigo 40 da LDB, “será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.” Em se tratando de instituições especializadas como coloca o artigo acima, o Decreto nº 5.224 de 1º/10/2004, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, dispõe sobre a organização dos Centros Federais de Educação Tecnológica, “criados mediante transformação das Escolas Técnicas Federais e Escolas Agrotécnicas Federais, nos termos das Leis nºs 6.545, de 30 de junho de 1978; 7.863, de 31 de outubro de 1989, 8.711, de 28 de setembro de 1993 e 8.948, de 8 de dezembro de 1994” que criou o Sistema Nacional de Educação Tecnológica. Os CEFETs eram definidos como autarquias federais “detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar”.

O decreto definia que os CEFETs eram “instituições de ensino superior pluricurriculares, especializados na oferta de educação tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino, caracterizando-se pela atuação prioritária na área tecnológica”. O artigo 2º dizia:

os CEFETs têm por finalidade formar e qualificar profissionais no âmbito da educação tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, bem como realizar pesquisa aplicada e promover o desenvolvimento tecnológico de novos processos,

produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, especialmente de abrangência local e regional, oferecendo mecanismos para a educação continuada.

As tentativas de reforma da Educação Profissional que se deu a partir da base legal, Decreto nº 2.208/1997, Medida Provisória 1.549/1997 e Portaria 646/1997 foram alvo de críticas severas, haja vista, estabelecer "... separação entre os ensinos médio e profissional, gerando sistemas e redes distintas e contrapondo-se à perspectiva de uma especialização profissional como etapa que ocorreria após a conclusão de uma escola básica unitária."

Nesta perspectiva, o ensino na modalidade profissional, orientado pelo Decreto nº 5154/2004, que regulamenta o § 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 41 da Lei nº 9.394/1996, que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, corroborado pela Lei nº 11.892/2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, tem como objetivo, segundo Pacheco, derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana. Para tanto, no que se refere à orientação pedagógica, deve recusar o conhecimento exclusivamente enciclopédico, assentando-se no pensamento analítico, buscando uma formação profissional mais abrangente e flexível, com menor ênfase na formação para ofícios e mais na compreensão do mundo do trabalho e em uma participação efetiva superior neste.

As ações pedagógicas deverão reafirmar que a formação humana, cidadã, precede à qualificação para a laboralidade e desta maneira, pautar-se no compromisso de assegurar aos profissionais formados a capacidade de manter-se em desenvolvimento. Neste contexto, a concepção de educação profissional e tecnológica que deve orientar as ações de ensino, pesquisa e extensão no Instituto, deverá ter por base a integração entre ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana e, ao mesmo tempo, no desenvolvimento da capacidade de investigação científica, essencial à construção da autonomia intelectual.

Quanto a esse tema, Pacheco salienta que para efeito de compreender o avanço no sentido da verticalização, é importante destacar a proposta curricular que integra o Ensino Médio à formação técnica em outras perspectivas. Essa nova possibilidade, além de estabelecer o diálogo entre os conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais

e humanísticos e conhecimentos e habilidades relacionadas ao trabalho, buscará também, além de superar o conceito da escola dual e fragmentada, que pode representar, em essência, a quebra da hierarquização de saberes e colaborar, de forma efetiva, para a educação brasileira como um todo, no desafio de construir uma nova identidade para essa última etapa da educação básica.

Assim sendo, ainda de acordo com o autor, “a educação para o trabalho nessa perspectiva se entende como potencializadora do ser humano, enquanto integralidade, no desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade, na perspectiva de sua emancipação”¹². Nesta mesma direção, a extensão desse preceito, refere-se a uma educação voltada para a construção de uma sociedade mais democrática, inclusiva e equilibrada social e ambientalmente. Em boa medida, as políticas públicas e inclusivas para a educação, com enfoque, sobretudo na educação especial, educação profissional e tecnológica, representam a intensificação da luta pela construção de um país que busca sua soberania, e a decisão de ultrapassar a condição de mero consumidor para a de produtor de ciência e tecnologia.

Hoje a estrutura da educação no Brasil mostra dois níveis de ensino: a educação básica e a educação superior. O primeiro compreende: 1) Educação Infantil; 2) Ensino Fundamental e, 3) Ensino Médio. O segundo abrange: 1) cursos sequenciais; 2) de graduação (bacharelado, licenciatura e tecnologia); 3) de pós-graduação (mestrado, doutorado, especialização e aperfeiçoamento); e 4) de extensão.

Neste contexto, mais que aliar ciência, cultura e trabalho, a perspectiva de oferta de um ensino politécnico ou Educação Profissional e Tecnológica se constitui em uma oportunidade ímpar para muitos estudantes de profissionalização e inserção no mundo do trabalho de forma a se realizar como pessoa, profissional e cidadão brasileiro e mato-grossense.

A noção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) na compreensão do IFMT se encaminha na direção da superação da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre instrução profissional e instrução geral, contrapondo a idéia de que existe divisão entre quem pensa e quem executa, postulando que o processo

¹²PACHECO, Eliezer. Os Institutos Federais: uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica. http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/insti_evolucao.pdf. Acessado em 20/06/09.

de trabalho desenvolva em uma unidade indissolúvel, os aspectos manuais e intelectuais.

Um pressuposto da concepção de EPT é que não existe trabalho manual puro e nem trabalho intelectual puro. Todo trabalho humano envolve a concomitância do exercício físico e mental. Isso está na própria origem do entendimento da realidade humana como constituída pelo trabalho. Se o homem se constitui a partir do momento em que age sobre a natureza, adaptando-a a si, ajustando-a às suas necessidades, então o exercício da função intelectual já está presente nos trabalhos manuais os mais rudimentares, os mais primitivos. A separação dessas funções é um produto histórico-social e não é absoluta, mas relativa.

Entende-se, como Demerval Saviani, que para uma formação em EPT:

já não basta dominar os elementos básicos e gerais do conhecimento que resultam e ao mesmo tempo contribuem para o processo de trabalho na sociedade. Trata-se, agora, de explicitar como o conhecimento (objeto específico do processo de ensino), isto é, como a ciência, potência espiritual, se converte em potência material no processo de produção. Tal explicitação deve envolver o domínio não apenas teórico, mas também prático sobre o modo como o saber se articula com o processo produtivo¹³.

Dentro desse contexto se faz importante o papel da leitura e da produção acadêmica, bem como dos mecanismos de divulgação dessa produção. Sendo assim, as bibliotecas são organismos de vital importância para o IFMT, tendo a função de apoiar os processos pedagógicos no tocante à organização e desenvolvimento de atividades de organização, tratamento e disseminação democrática de informações técnico, científico e cultural, objetivando:

- dar apoio à pesquisa institucional;
- organizar, tratar e disseminar informações técnico-científico e cultural;
- realizar pesquisas de cunho técnico, científico e cultural, quando de interesse da instituição;
- apoiar a projetos de estímulo à pesquisa e extensão;
- subsidiar pesquisas acadêmicas;
- disponibilizar recursos informacionais aos cursos ofertados.

¹³ SAVIANI, Demerval. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141324782007000100012&script=sci_arttext. Acessado em 18/06/09.

O IFMT através de sua missão assume, também, um compromisso com a inclusão social, tendo como primeiro passo a construção de uma Política de Inclusão Social via uma pedagogia centrada no aluno.

Para isso, segundo Booth e Ainscow,¹⁴ a inclusão depende de três dimensões inter-relacionadas: a construção de uma cultura inclusiva, de política inclusiva e de práticas inclusivas.

Cultura inclusiva é a possibilidade da criação de uma comunidade escolar segura, acolhedora, colaborativa e estimulante na qual cada sujeito é valorizado. Esses valores devem ser compartilhados por toda a comunidade escolar (estudantes, familiares, membros do conselho escolar, professores, funcionários e gestores).

Política inclusiva assegura que a inclusão seja o centro do desenvolvimento da escola, fomentando todas as ações e as políticas para que melhore a aprendizagem e a participação de todos discentes. Essas ações devem ser planejadas em função de contemplar a perspectiva do desenvolvimento dos alunos e não apenas as exigências administrativo-burocráticas dos sistemas de ensino, de forma a traduzir-se em mudanças nas condições objetivas, físicas, estruturais e pedagógicas da escola.

As práticas educativas devem assegurar que as atividades de sala de aula e as extra-escolares promovam a participação e o engajamento de todos os alunos. Ela deve considerar que o ensino e as atividades de apoio se integram para orquestrar a aprendizagem e superar barreiras nestas aprendizagens, bem como nas dificuldades de participação efetiva de todos os alunos nas práticas pedagógicas.

O IFMT, uma instituição pública compromissada com a educação para todos, buscará através de seu Projeto Político Institucional (PPI) ampliar seu alcance de atuação, e, através de vários Projetos Educacionais desenvolvidos, procurando garantir aos cidadãos possibilidades diversas de inserção social através da Educação Tecnológica.

¹⁴ BOOTH, T.; AINSCOW, M.; BLACK-HAWKINS, K.; VAUGHAN, M. e SNOW, L. Index for Inclusion: developing learning and participation in school. Bristol: Centre for Studies on Inclusive Education, 2000.

2.2. Modalidades de Ensino

A Organização de cursos e programas no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica deverá ocorrer mediante especificidades do Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que em seu artigo 1º define que a EPT será desenvolvida por meio de cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores; Educação profissional técnica de nível médio e a Educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

A oferta de cursos e programas de EPT, em todos os níveis e modalidades de ensino e setores da economia, deverá ser estruturado tendo por base os seguintes pressupostos, entre outros: sintonia com as características, necessidades e potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e tecnológico (local e regional) e a articulação e integração dos conhecimentos (científicos, tecnológicos, culturais e humanísticos) com o mundo do trabalho.

Terá como pressuposto básico, a interação com as políticas públicas de desenvolvimento local, regional, estadual e nacional, assim como a interação com todos os agentes sociais atuantes e comprometidos com esta modalidade educacional.

Os egressos da EPT deverão estar preparados para desempenhar o papel de “agentes de transformação” da realidade socioeconômica, especialmente no âmbito local e regional em que se encontram inseridos.

O IFMT, consoante com a Lei nº 11.892/2008, assume a oferta da educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, visando formar e qualificar cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.

2.2.1 Ensino Técnico

Os princípios que norteiam a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, em consonância com o Artigo 3º da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a Resolução CNE/CEB nº. 04/99, de 22 de dezembro de 1999, o Decreto nº. 5.154, de 23 de julho de 2004, o Decreto nº. 5.840, de 13 de julho de 2006 e a Resolução CNE/CEB nº 1, de 03 de fevereiro de 2005, são:

- I. articulação da Educação Profissional Técnica com o Ensino Médio;
- II. respeito aos valores estéticos, políticos e éticos;
- III. desenvolvimento de competências para a laboralidade;
- IV. flexibilidade, interdisciplinaridade e contextualização;
- V. identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso;
- VI. atualização permanente dos cursos e currículos;
- VII. autonomia da Instituição de Ensino em seu projeto pedagógico.

Os cursos técnicos oferecidos pelo IFMT apresentam as seguintes organizações:

2.2.1.1 *Ensino Técnico Integrado*

O Ensino Médio Integrado à Educação Profissional é regulamentado pelo Decreto nº 5154/2004 e assegura a oferta de uma formação geral de qualidade associada a uma qualificação profissional sólida. Essas características são obtidas através de uma composição curricular idêntica à do Ensino Médio, acrescida dos componentes da formação profissional articulados pedagogicamente.

O termo integrado nesta proposta de ensino implica e significa que o curso deve garantir tanto a formação do Ensino Médio quanto a Formação Técnica Profissional. Portanto, a proposta curricular desta modalidade de Educação Profissional deverá estar necessariamente organizada numa perspectiva pedagógica com uma carga horária de 3.000 horas a 3.200 horas, dependendo da área do conhecimento pretendida, integradas num período mínimo de 3 a 4 anos de duração.

Nesta concepção de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada, a mesma deverá ser concebida de forma integrada e se constituirá em etapa de consolidação da formação básica, atendendo a finalidade precípua de formar sujeitos autônomos, protagonistas da cidadania ativa, tecnicamente capazes de responder às demandas da produção do conhecimento e aptos a dar prosseguimento aos estudos.

Convém ressaltar e reforçar que a concepção pedagógica da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada no IFMT é estruturada na maior parte dos seus conteúdos necessários a uma formação profissional, de maneira a coincidir com os conteúdos habitualmente desenvolvidos nos tradicionais componentes curriculares que compõem o currículo do Ensino Médio propedêutico, tais como

Português, Matemática, Língua Estrangeira, Física, Química, Biologia, Geografia, História, Educação Física, Artes e os componentes recentemente reintegrados ao currículo: Filosofia e Sociologia.

Nessa probabilidade, o que se denomina educação geral torna-se parte inseparável da educação profissional. O ensino técnico de nível médio integrado, portanto, deve valorizar aspectos clássicos do conhecimento, respaldados pela formação geral, sempre articulando os conhecimentos específicos da área técnica, de modo que desenvolva os atributos intelectuais dos alunos para saber lidar com a complexidade do mundo do trabalho e estar preparado para a vida.

2.2.1.2 *Ensino Técnico Concomitante ou Subseqüente*

O IFMT, mediante demanda, poderá ofertar cursos técnicos nas modalidades concomitante ou subseqüente.

O ensino técnico concomitante é oferecido somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental ou esteja cursando o Ensino Médio, sendo que a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o Ensino Médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer:

- a) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis, ou;
- b) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados.

O ensino técnico subseqüente é oferecido somente a quem já tenha concluído o Ensino Médio. Conforme previsto em lei, o aluno deverá concluir o Ensino Médio para obter o diploma de técnico, podendo receber certificados de qualificação profissional antes do término, dependendo da estrutura curricular de cada curso e a obtenção das competências exigidas.

É um curso que objetiva capacitar o aluno com conhecimentos teóricos e práticos nas diversas atividades do setor produtivo, sendo que somente são ministradas as disciplinas técnicas, permitindo a certificação profissionalizante em menor tempo.

2.2.1.3 *PROEJA*

A Educação de Jovens e Adultos - EJA - é uma modalidade de ensino que se destina a oferecer oportunidades de estudos para aquelas pessoas que não tiveram acesso ao Ensino Fundamental ou Médio na idade regular, considerando as condições de vida e de trabalho do aluno. O IFMT oferece assim, curso técnico integrado ao Ensino Médio na Modalidade de Jovens e Adultos, destinado a quem já concluiu o Ensino Fundamental e ainda não possui o Ensino Médio e pretende adquirir o título de técnico.

2.2.1.4 *Formação Inicial e Continuada - FIC*

A Formação Inicial e Continuada - FIC - é uma modalidade de ensino que se destina a oferecer oportunidade de estudos para trabalhadores, visando o desenvolvimento de aptidões para a vida social, conforme o Decreto nº 5.154/2004. Nessa perspectiva, o IFMT oferecerá cursos objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica.

2.2.2 *Graduação*

Os cursos de graduação no IFMT, ligados às grandes áreas do conhecimento, estão organizados em:

- a) cursos superiores de tecnologia, que visam à formação de profissionais para os diferentes setores da economia, cuja metodologia utilizada busca o conhecimento a partir da prática reflexiva de forma aprofundada e específica em um determinado campo de atuação, com duração média de 04 a 06 semestres, o que permite um ingresso mais rápido no mundo do trabalho;
- b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências da natureza e matemática, e para a educação profissional;

- c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento.

Os cursos de licenciaturas e bacharelados têm duração mais ampla, atendendo a especificidade de cada área. Amparada na prática profissional e na investigação do conhecimento científico, a metodologia utilizada visa a uma formação ampla, de base crítica, que garante a construção do conhecimento da área específica e a excelência na atuação profissional.

O IFMT deve garantir o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para os cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de Ciências da Natureza e Matemática, e para a educação profissional.

Para garantir formas eficazes de suporte a construção do conhecimento, a biblioteca se constitui um dos elementos chave no que se refere aos recursos de pesquisa e realização de atividades.

2.3 Políticas de Ensino

Com base na missão do IFMT, a educação se constitui um mecanismo de transformação humana, em que o processo de passagem da consciência ingênua para a consciência crítica e criativa representa a plenitude do trabalho educativo, tendo como resultado a produção científica como forma de melhorar a qualidade de vida no planeta.

Sabe-se que a educação é um instrumento ideológico que atua na manutenção do sistema ou como instrumento de transformação, se trabalhada no sentido da libertação e da autonomia. É nesta perspectiva que o IFMT delineia sua política de ensino com as seguintes diretrizes:

- desenvolver políticas no sentido da verticalização do ensino e elevação do nível de escolaridade, atendendo desde o Ensino Médio, a Educação de Jovens e Adultos e Formação Inicial e Continuada do trabalhador até a Pós-Graduação;

- garantir a articulação teoria e prática, considerando o saber científico e o saber tácito; na perspectiva de romper com a dualidade propedêutico x profissional;
- buscar a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

As atividades de ensino serão organizadas de modo a:

- a) assegurar a oferta de ensino de qualidade em seus diferentes níveis e modalidades de acordo com a demanda do estado;
- b) garantir uma política de capacitação e valorização do profissional da educação;
- c) ampliar a oferta de cursos, observando a inclusão social, a democratização do acesso e permanência na escola.

Neste sentido, a fim de cumprir os objetivos propostos pelo IFMT no campo do ensino, são estabelecidas as seguintes estratégias, com suas respectivas ações:

Estratégia I - Consolidar a Política de Ensino no IFMT

Ações

1. Possibilitar a adoção de um currículo dinâmico, flexível e interdisciplinar nos diversos níveis e modalidades de ensino.
2. Trabalhar a difusão e a utilização dos conhecimentos e das tecnologias.
3. Desenvolver pesquisa aplicada nos cursos de: bacharelado, licenciatura, tecnologia e de cursos técnicos, que possam também concorrer para o desenvolvimento local e regional de forma sustentável.
4. Conceber a avaliação da aprendizagem nas concepções diagnóstica e formativa.
5. Desenvolver canais de comunicação com as esferas públicas e com a sociedade organizada, tendo em vista a educação inicial e continuada dos trabalhadores.
6. Desenvolver trabalho em função da valorização da rede pública de ensino via parcerias.

Estratégia II - Implementar a Política de Formação de Profissionais da Educação do IFMT

Ações

1. Realizar fóruns permanentes de reflexão quanto a temáticas inerentes ao contexto educativo.
2. Estabelecer parceria com a Pró-Reitoria de pós-graduação visando a capacitação de profissionais da educação.
3. Implantar políticas de participação em eventos de cunho científico com apresentação de trabalhos.
4. Incentivar projetos de dedicação exclusiva visando pesquisas e suas publicações.

Estratégia III - Garantir a efetivação de Ações Institucionais com vistas a atender ao Ensino

Ações

1. Fortalecer o sistema de avaliação institucional.
2. Implantar um programa único de sistema acadêmico.
3. Garantir a efetivação da gestão democrática.

Estratégia IV - Facilitar o acesso ao IFMT para camadas da população historicamente desfavorecidas

Ações

1. Ofertar cursos de PROEJA.
2. Desenvolver programa de apoio aos discentes com deficiência (Bolsas de Estágio reserva de vagas ao Ensino Médio e Técnico e Núcleo de Apoio aos alunos com necessidades educacionais especiais- NAPNEs).
3. Estabelecer programa de Concomitância Externa (Reserva de vagas na Educação Profissional para alunos oriundos da Rede Pública de Ensino, incluindo a Educação de Jovens e Adultos, desde que conveniada).
4. Valorizar o resultado do ENEM para alunos que desejam ingressar nos cursos superiores.

5. Valorizar o aluno-trabalhador com concessão de pontos a experiência profissional devidamente comprovada, no processo seletivo dos cursos técnicos e de formação inicial e continuada.

Estratégia V - Desenvolver Programas de Incentivo à Permanência.

Ações

1. Viabilizar programa de incentivo ao desempenho acadêmico e desenvolvimento de projetos, como as Bolsas de Iniciação Científica e as Bolsas de Monitoria.
2. Incentivar a permanência do aluno carente, através das bolsas de estágio; Isenção das taxas de alimentação, assistência médica/odontológica através de parcerias e moradia nos *campi* que assim permitir.
3. Incentivar e apoiar a existência de cursos em diversas modalidades e níveis no turno noturno, com o objetivo de atendimento a trabalhadores, assim permitindo que estes possam completar ou iniciar seus estudos.
4. Instituir programas de monitoria e plantões de atendimento social e pedagógico a alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem.
5. Favorecer que sejam reconhecidas e atendidas as particularidades de cada aluno com deficiência, como: ensino e interpretação de Libras; ensino de Língua Portuguesa para surdos; Sistema Braile; orientação e mobilidade; utilização do soroban; as ajudas técnicas, incluindo informática adaptada; mobilidade e comunicação alternativa/aumentativa; tecnologias assistivas, etc.
6. Garantir aplicação da Lei nº 10.639/2003, alterada pela Lei nº 11.645/2008.
7. Promover a cultura, o esporte e o lazer.

Estratégia VI - Incentivar a Inserção do Aluno Concluinte no Mercado de Trabalho

Ações

1. Incentivar projetos de empreendedorismo e associativismo.
2. Estabelecer parcerias com a Pró-Reitoria de Extensão visando à inserção de alunos dos cursos do IFMT em estágios e em primeiro emprego.
3. Programar visitas técnicas e participação em eventos de cunho científico para alunos nos cursos de: bacharelado, licenciatura, tecnologia e técnicos.

Estratégia VII - Estruturar adequadamente as Bibliotecas

Ações

1. Criar comissão para analisar se os espaços físicos para as bibliotecas dos *Campi* são satisfatórios, bem como uma política de preservação do acervo bibliográfico.
2. Ampliar o acervo bibliográfico do IFMT.
3. Implantar amplos espaços físicos setorizados, incluindo salas de estudo, salas de acesso à Internet, salão para exposições artísticas e culturais, dentre outras.
4. Ampliar os recursos da biblioteca: acervo técnico-científico, equipamentos e sistemas de modernização tecnológica.
5. Adquirir material bibliográfico, com base em um orçamento crescente.
6. Atualizar todos os recursos das Bibliotecas por meio de sistema unificado.
7. Criar um sistema unificado de rede de informação das bibliotecas do IFMT.
8. Implantar sistema de empréstimos *on-line*, assim como reservas, verificação das datas de retorno das obras, localização nas prateleiras, títulos relacionados, dentre outros.

Estratégia VIII - Implantar um sistema gerenciador de Bancos de Dados

Ações

1. Digitalizar a produção acadêmica do IFMT, propiciando a criação de um banco de dados constantemente atualizado.
2. Criar *links* para outras Bibliotecas Virtuais e Temáticas do Brasil e exterior.
3. Intensificar o intercâmbio do acervo com outras bibliotecas, quer através dos métodos tradicionais, quer através dos recursos digitais de transferência de dados.

O IFMT estabelece, assim, como política para o desenvolvimento de seus diferentes setores educacionais, linhas básicas de ação aqui apresentadas, que, a

cada Projeto Pedagógico de Curso serão retomadas, aprofundadas ou mais detalhadamente especificadas.

Todas essas linhas se fazem norteadoras do trabalho educativo nos diferentes níveis e modalidades de ensino, além de se evidenciarem, também, na pesquisa e na extensão, e perpassarem ações que caracterizam uma gestão participativa.

CAPÍTULO III

POLÍTICAS DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

3.1 Concepções de Ensino

As atividades do ensino de pós-graduação no IFMT estarão intimamente ligadas à sua concepção e ao seu Projeto Pedagógico, enquadrando-se na concepção interdisciplinar do saber e da visão crítica da sociedade. Para tanto, será estabelecida, na estrutura organizacional, uma forma de atuação de modo a promover constante integração com as demais unidades didático-pedagógicas.

A pós-graduação do IFMT oferece cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*, que serão gerenciados pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação e suas diretorias, tendo como objetivo maior formar docentes e profissionais altamente qualificados, nas áreas de conhecimento que caracterizam este instituto.

Em relação ao *Lato Sensu*, a oferta dos cursos no IFMT seguirá a demanda social, concentrando-se em suas áreas de atuação, nas modalidades presencial e a distância. Cada curso terá um Docente como Coordenador, que responderá pedagogicamente pelo curso, a fim de garantir a qualidade do conteúdo ministrado. Os cursos terão carga horária mínima de 360 horas, atendendo à determinação da CAPES (Resolução CNE/CES 001/07) e, para a sua conclusão, exige-se a apresentação de monografia sobre tema escolhido pelo discente.

Em relação ao *Stricto Sensu*, o IFMT buscará oferecer curso de Mestrado nas diversas áreas de atuação dos *campi*. O IFMT buscará ampliar o número de programas de Minter e Dinter e as áreas de abrangências dos mesmos, tendo como meta atingir, nos próximos cinco anos, pelo menos 1/3 de docentes doutores, ampliar em metade o número de docentes mestres e, pelo menos, triplicar o número de técnicos administrativos com mestrado.

Pretende-se estreitar os vínculos com os órgãos de fomento, como CAPES, CNPq, FAPEMAT, FAPESP, dentre outros, na perspectiva de aperfeiçoar, cada vez mais, o Plano Institucional de Qualificação e Capacitação de Docentes e Técnicos Administrativos, bem como os programas de pós graduação destinados à comunidade em geral.

3.2 Objetivos da Pós-Graduação no IFMT

A Pós Graduação do IFMT, embasada na busca da operacionalização e formação de nível mais avançado, será estruturada de modo a atender não só às necessidades da instituição, mas também colaborar com os diversos setores da economia, com o serviço público e outras instituições de ensino, de conformidade com os seguintes objetivos:

- fortalecer e inovar o programa de socialização do conhecimento;
- possibilitar aos graduados e pós-graduados, a oportunidade de se aperfeiçoarem nas áreas de conhecimento de sua formação;
- criar cursos de mestrado de acordo com as necessidades de Capacitação dos servidores do IFMT e comunidade;
- viabilizar convênios com outras IES do país e do exterior para a cooperação de seus mestres e doutores para ensino de pós-graduação;
- estabelecer, nos trabalhos de conclusão dos cursos, linhas de pesquisa definidas, sempre de acordo com o PPI e PDI do IFMT;
- integrar a pós-graduação com os cursos de graduação, envolvendo nos seus quadros, docentes capacitados a ministrarem suas disciplinas com uma nova postura, voltada para a inovação de práticas pedagógicas e da pesquisa, dinamizando o processo educacional;
- viabilizar o aperfeiçoamento no exterior prioritariamente à comunidade docente, técnicos-administrativos, discente, pesquisadores e egressos do IFMT.

As atividades de pós-graduação serão organizadas da seguinte forma:

- a) Garantia da organicidade aos programas de pós-graduação próprios ou em parceria com outras IES:** torna-se imprescindível a articulação dos programas regulares de pós-graduação com as linhas de pesquisa definidas pelo IFMT, mesmo em cursos conveniados.
- b) Expansão do âmbito de atuação da pós-graduação:** a realização de programas especiais de pós-graduação fora da sede da instituição constitui ação estratégica para atender *in loco* necessidades de aperfeiçoamento e

atualização profissional em municípios distantes dos grandes centros e da capital do Estado.

- c) Ampliação da oferta dos cursos de pós-graduação:** a ampliação da oferta de programas, para atender à grande demanda por qualificação técnica e acadêmica da região, será viabilizada na medida em que o IFMT for adequando os cursos que oferece e aprimorando os seus mecanismos de divulgação.

Neste sentido, a fim de cumprir os objetivos básicos propostos, são estabelecidas as seguintes estratégias, com suas respectivas ações:

Estratégia I – Consolidar a política de pós-graduação no IFMT

Ações

1. Definição de parâmetros para a consolidação dos programas de pós-graduação.
2. Compor grupos de estudo para a implantação dos programas regulares de pós-graduação – *Stricto sensu*, em 2011.
3. Articular os cursos com os programas regulares de pós-graduação às linhas de pesquisa estabelecidas na IES.
4. Elaboração de programas regulares de pós-graduação compatíveis com as linhas de pesquisa existentes.
5. Consolidar a sistemática de avaliação das atividades de pós-graduação até 2010.

Estratégia II – Desenvolver programas de pós-graduação no IFMT

Ações

1. Implantar programas de pós-graduação *Lato Sensu* em cada área de graduação do IFMT.
2. Implantar programas especiais e desenvolver novos cursos de pós-graduação.
3. Implantar novos programas de pós-graduação a partir de 2010.
4. Aperfeiçoar e dar continuidade as atividades de pós-graduação empreendidas.

5. Celebrar convênios com outras IES para a realização de programas de pós-graduação, ampliando o número de convênios para um total de 2 (dois) convênios a cada ano letivo, através de recursos próprios e por agências de fomento.

Estratégia III – Consolidar a política de divulgação das atividades de pós-graduação no IFMT

Ações

1. Ampliar os veículos institucionais regulares para a divulgação das atividades de pós-graduação.
2. Implantar, durante o período de 2009 a 2014, novos meios de divulgação permanentes para atividades de pós-graduação.

Estratégia IV – Consolidar a Política de Qualificação dos servidores do IFMT

Ações

1. Dar continuidade ao programa de capacitação docente/técnico-administrativo, mediante a oferta de cursos de especialização.
2. Desenvolver uma política de capacitação visando ampliar a titulação dos técnicos administrativos.
3. Desenvolver uma política de capacitação visando ampliar a titulação do corpo docente.

Quadro 04: Cronograma e plano de expansão das atividades de pós-graduação

ATIVIDADES	2010	2011	2012	2013	2014
Estabelecer e manter convênios com instituições para oferta de cursos de pós-graduação <i>Lato Sensu e Stricto Sensu</i> .	X	X	X	X	X
Ampliar a oferta de cursos de pós-graduação <i>Lato Sensu e Stricto Sensu</i> .	X	X	X	X	X
Estabelecer política de qualificação para seu quadro técnico-administrativo e docente;	X	X	X	X	X
Ampliar a participação dos servidores do IFMT nos cursos de graduação e de pós-graduação <i>Lato e Stricto Sensu</i> .	X	X	X	X	X
Promover a Integração entre graduação e pós-graduação.	X	X	X	X	X

CAPÍTULO IV

POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

4.1 Concepção de Educação a Distância no IFMT

Em face às constantes mudanças e da crescente demanda pela qualificação, aperfeiçoamento profissional voltado ao mundo do trabalho, surge no IFMT a Educação a Distância como possível resposta para a questão, pois a mesma exerce papel fundamental na formação de profissionais qualificados e daqueles que almejam fazer parte da sociedade do conhecimento.

Deve-se considerar que esta modalidade educativa permite a descentralização do acesso ao conhecimento, notadamente dos atores sociais residentes em espaços distantes de centros urbanos e de escolas, bem como com a impossibilidade de acessar aos estudos avançados, na modalidade presencial, em função de ocupações funcionais diárias.

Até a pouco tempo, quando se ouvia falar em EaD pensava-se em alguém num lugar bem distante, com poucos recursos para seu aprendizado. Essa imagem foi substituída pela de alguém com acesso à televisão, que assiste a cursos veiculados por parabólicas, ou a de alguém diante de um computador, acompanhando cursos on-line, via Internet, participando de salas de bate-papo, entre outros recursos.

A educação nunca foi tão adjetivada como nas últimas décadas: educação sexual, educação para o trabalho, educação para o trânsito, educação para a vida, educação para a paz e EaD.

EaD é, antes de tudo, educação, formação humana, prática social, processo interativo de hetero-educação e auto-educação. Com o desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação que rompem com a clássica concepção mecanicista de tempo e espaço, faz sentido falar em “distância”.

Muitos se referem à EaD em oposição à educação presencial, à sala de aula ou a partir do que ela é. Por um lado, alguns a entronizam porque estaria permitindo, através do uso de novas tecnologias, a ampliação do acesso à escola, à democratização do conhecimento, possibilitando “ensinar tudo a todos”, como dizia

Comênio, em sua obra *Didática Magna*, em 1657. Por outro lado, outros a execram, sustentando tratar-se de uma educação de terceira categoria, supletiva, não capaz de qualificar e formar adequadamente o profissional do futuro.

Muitos teóricos colocam ênfase nos processos de organização do sistema de EaD, com seus sub-sistemas: comunicação, tutoria, produção de material didático, gerenciamento etc. Outros colocam o foco em sua possibilidade de diálogo entre educadores e educandos, embora separados no tempo e no espaço, de promover processos de aprendizagem autônoma, independente, respeitando os ritmos particulares de cada indivíduo, de desenvolver práticas mais interativas e menos objetivadas que o ensino presencial.

Sem dúvida, um dos grandes diferenciais da EaD é a sua capacidade de proporcionar facilmente a utilização da estratégia de ensino-aprendizagem conhecida como aprendizagem colaborativa, que tem por princípio encarar o estudante como um agente ativo de sua aprendizagem.

O estudante se envolve diretamente na execução de tarefas e na reflexão sobre essa execução, tendo a oportunidade de desenvolver o pensamento crítico, pensando por si mesmo e comparando seu processo de pensamento com o dos outros. Deve-se, na prática, envolver o desenvolvimento de atividades em que os alunos trabalhem juntos para atingir uma determinada meta.

O conceito de ambiente de aprendizagem colaborativa baseado em computador implica em ferramentas e metodologias nas quais a comunicação se realiza de forma dinâmica entre várias pessoas, com independência de ritmo, onde o aprendizado pode acontecer em qualquer tempo e em qualquer lugar. O trabalho com esse tipo de ambiente permite a troca de informações e experiências entre os participantes, com o objetivo de se construir um conhecimento mais amplo, de maneira conjunta e coordenada.

Com base na aprendizagem colaborativa, o educando é integrado a um universo composto de diferentes opiniões e idéias. A argumentação e a expressão de conhecimentos e conceitos é constantemente exigida visando a defesa de seu ponto de vista e a re-elaboração de suas idéias baseada nas colocações dos colegas. As trocas são inúmeras e constantes e a busca do consenso é o ideal a ser atingido.

A EaD mediada por computador torna-se, portanto, um instrumento perfeito para se trabalhar com essa estratégia, visto a grande facilidade que proporciona para a

comunicação entre os alunos. Ela é caracterizada pela utilização de diversas tecnologias de comunicação e informação no desenvolvimento profissional e humano, atendendo às tendências do mundo contemporâneo, em que fazer uso de vários meios para propagar o conhecimento permite que o aluno determine o como, o quando e o onde aprender.

Partindo dessas premissas é que o IFMT pretende expandir suas atividades em EaD, socializando a informação nos municípios mais distantes do Estado, transmitindo conhecimentos e principalmente concretizando a sua missão.

4.1.1 Histórico da EaD no IFMT

A opção pela modalidade a distância se deve não só à necessidade de atender aos estudantes residentes em regiões sem instituições de ensino superior, mas também para formar profissionais sem essa qualificação.

O IFMT, enquanto CEFET MT, passou a atuar na modalidade do ensino a distância desde 2002, nos diversos níveis de ensino, próprios e em parceria com outras IES de renome. Inicialmente, com o curso de extensão Saúde e Ciências Biológicas On Line (Sacibol). Em 2003, implantou-se o projeto Ciranda de Educação Profissional. No período 2006-2008 sediou o mestrado interinstitucional “Política Científica e Tecnológica”, em parceria com a UNICAMP. Ainda em 2006 iniciou a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* a distância, sendo oferecido o curso de “Gestão Pública Judiciária”, utilizando um ambiente virtual para aprendizagem proprietário.

Um dos desafios do CEFET MT foi a implantação do Sistema Universidade Aberta do Brasil, a partir da aprovação da proposta de participação no Edital da Universidade Aberta do Brasil – UAB. Essa aprovação possibilitou firmar uma parceria entre o Ministério da Educação, Secretaria de Educação a Distância, as Prefeituras Municipais de Juara, Pontes e Lacerda, Primavera do Leste, Ribeirão Cascalheira em Mato Grosso e a Prefeitura Municipal de Coromandel em Minas Gerais, para oferta de 500 (quinhentas) vagas anuais do Curso Superior de Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas para Informática e 450 (quatrocentas e cinquenta) vagas anuais do curso de Licenciatura Plena em Química, ambos na modalidade a distância.

Com a criação do IFMT, os cursos a distância, em andamento e a serem implementados, passam a ser responsabilidade da Reitoria, que autorizará a criação de

coordenações descentralizadas de EaD, de acordo com a necessidade e atendidos os requisitos mínimos.

4.2 Objetivos

As atividades acadêmicas serão exercidas mediante estrutura e métodos que preservem a integração das funções do ensino, pesquisa e extensão, tendo como principais objetivos:

- ministrar cursos de graduação compreendendo principalmente licenciaturas na modalidade à distância;
- ministrar cursos de pós-graduação na modalidade a distância, compreendendo programas de especialização, mestrado e doutorado, inclusive através do programa UAB;
- ampliar as vagas oferecidas através do programa UAB;
- criar cursos de extensão abertos inclusive aos candidatos que atendam os requisitos estabelecidos no Regulamento da UAB;
- utilizar extensão para desenvolver o processo educativo, cultural e científico, em articulação e com participação da comunidade externa para assegurar relações transformadoras entre a sociedade e a EaD/IFMT;
- produzir e difundir conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais;
- associar a pesquisa ao ensino e à extensão como meio de desenvolver o pensamento crítico;
- viabilizar ações pedagógicas e administrativas que possam garantir o acesso e a permanência dos alunos de graduação;
- garantir condições necessárias para o crescimento qualitativo das ações acadêmicas;
- promover a produção científica, garantindo meios que permitam o alcance da Missão Institucional, promovendo o entendimento do ser humano sobre o meio em que vive;
- gerar mecanismos para o fortalecimento do ensino, pesquisa e extensão.

Neste sentido, a fim de cumprir os objetivos propostos, são estabelecidas as seguintes estratégias, com suas respectivas ações:

Estratégia I - Fortalecer a qualidade do Ensino a Distância

Ações

- Capacitar adequadamente os servidores docentes, técnico e cooperadores bolsistas para atender as necessidades dos cursos oferecidos.
- Criar a Comissão de Avaliação Interna da EaD.
- Desenvolver programas de reformulação e atualização curricular dos cursos de graduação em andamento.
- Desenvolver, produzir e disseminar conteúdos, programas e ferramentas para uso nos diversos níveis de ensino.
- Difundir o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), estimulando o domínio das novas linguagens de informação e comunicação junto a comunidade acadêmica.
- Implementar políticas e programas de educação a distância (EaD), visando à democratização do acesso à educação, a informação e ao conhecimento e à interiorização da oferta de vagas.
- Propiciar uma educação voltada para o progresso científico e tecnológico, mediante ações de inclusão digital e acessibilidade às pessoas com deficiência.

Estratégia II - Estabelecer a relação Ensino/Pesquisa e Extensão na EaD

Ações

- Ofertar cursos de pós-graduação com cursos *Lato sensu* à comunidade da UAB/IFMT.
- Criar cursos de extensão a distância.
- Fomentar a pesquisa e a inovação em tecnologias educacionais, por meio de aplicações de TICs aos processos didático-pedagógicos.
- Estruturar coordenação para acompanhar a extensão, a pesquisa e a pós-graduação da EaD.

Estratégia III - Difundir os conhecimentos de EaD

Ações

- Estruturar a revista científica para a divulgação das produções relacionadas a EaD.
- Organizar o seminário anual de EaD.

4.3 Delimitação Territorial

A delimitação territorial para o ensino a distância da UAB/IFMT abrange, em 2009, os Estado de Mato Grosso e de Minas Gerais, contando com cinco pólos: Pólo de Coromandel - MG; Pólo de Juara-MT; Pólo de Pontes e Lacerda-MT; Pólo de Primavera do Leste-MT; Pólo de Ribeirão Cascalheira-MT e com possibilidade de ampliação em todo Estado do Mato Grosso para atender a demanda de desenvolvimento do Estado, principalmente nas áreas de Licenciatura, pois, de acordo com o MEC, o Estado apresenta um dos maiores índices de professores leigos.

No segundo semestre de 2009 serão abertos quatro pólos, sendo eles: Barra do Bugres, Guarantã do Norte, Pedra Preta e Diamantino, todos ofertando o curso de Licenciatura em Química. Há, ainda, a previsão de encerramento gradual da oferta de curso em Coromandel (MG), passando o IFMT a atuar na EaD somente no Estado de Mato Grosso.

4.4 Metas da EaD/IFMT

Sob a perspectiva de crescimento na oferta de vagas e aumento do número de alunos matriculados nos próximos anos, é uma meta da UAB/IFMT a oferta de novos cursos e/ou novos Pólos. Será uma busca constante para atender a necessidade de desenvolvimento do Estado de Mato Grosso. Há uma meta a ser atingida, porém sempre estará vinculada à demanda da região.

Com a implantação de novos pólos e cursos nas áreas de Licenciatura, Tecnólogo, pós- graduação *Lato sensu* e extensão, a previsão de aumento de vagas é conforme a tabela abaixo:

Quadro 05 - Projeção de Vagas a Serem Ofertadas pela EaD 2009 – 2014

PROJEÇÃO DE VAGAS A SEREM OFERTADAS ANUALMENTE 2009 – 2014						
Universidade Aberta do Brasil						
Curso	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Nível Superior						
Sistema para Internet	250	500	-	-	-	-
Licenciatura em Química	200	400	-	-	-	-
Licenciatura em Ciências Sociais	-	400	400	400	400	400
Ciências da natureza e matemática com ênfase em química	-	100	500	500	500	500
Total Nível Superior	450	1400	900	900	900	900
Pós graduação (Lato sensu)						
Educação, com ênfase em Educação a distância.	-	200	200	200	200	200
Gestão Ambiental	-	200	200	200	200	200
Total Lato Sensu	-	400	400	400	400	400
Curso de Extensão						
Capacitação para Secretários de Pólos e Coordenadores	30	30	30	30	30	30
Capacitação de Tutores à Distância	180	200	200	200	200	200
Capacitação para Professores autores de materiais didáticos em EaD	50	50	50	50	50	50
Redação Comercial e Oficial	50	50	50	50	50	50
Total Extensão	310	330	330	330	330	330
Total Geral IFMT	760	2130	1630	1630	1630	1630

Sob a perspectiva de crescimento no número de alunos matriculados nos próximos anos, é uma meta da UAB/IFMT alcançar a seguinte quantidade de alunos matriculados em cursos regulares, considerando a abertura de novos Pólos e cursos:

Quadro 06 - Expectativa de Matrícula da EaD 2009 – 2014

EXPECTATIVA DE MATRÍCULAS 2009 2009 – 2014						
Universidade Aberta do Brasil - UAB						
CURSO	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Curso de Licenciatura em Química	465	765	665	515	315	155
Curso Superior de Tecnologia de Sistema para Internet	498	898	648	398	348	258
Curso de Licenciatura em Ciências sociais.	-	400	800	1200	1200	1200
Ciências da natureza e matemática com ênfase em química	-	100	600	900	1100	1200
Pós-graduação em Educação, com ênfase em Educação à distância.	-	200	400	600	700	800
Pós-graduação em Gestão Ambiental	-	200	400	600	700	800
Cursos de Extensão	310	330	330	330	330	330
TOTAL	1.273	2.893	3.843	4.543	4.693	4.743

No quadro a seguir são apresentadas as metas da EaD do IFMT para os próximos cinco anos.

Quadro 07 – Objetivos e Metas da EaD 2009 – 2014

OBJETIVOS E METAS	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Abrir dois pólos no Estado no segundo semestre.	X					
Abrir quatorze pólos no Estado.		X				
Abrir dois cursos novos de graduação no Estado.		X				
Abrir dois cursos de especialização no Estado.		X				
Abrir coordenação em EaD no <i>Campus</i> São Vicente (Unidade Avançada Campo Verde).		X				
Dotar a UAB/IFMT de uma infra-estrutura adequada para o EaD, especialmente instalações físicas adequadas.	X	X	X			
Atuação na inclusão digital e social das populações do entorno da UAB/IFMT na capital Cuiabá e no interior do Estado, nos Pólos.		X				
Gerar e disseminar a Pesquisa e o Ensino de pós-graduação da UAB/IFMT, objetivando-se tornar referência nacional e internacional.		X				
Criar indicadores de pesquisa e pós-graduação.	X					
Criar programa de pós-graduação.		X				
Criar mecanismos da avaliação institucional de curso de pós-graduação.			X			
Implementação de avaliação do curso de pós-graduação.			X			
Estimular a produção intelectual dos docentes e discentes dos programas de pós-graduação da UAB/IFMT de maneira a atingir 01 publicação por ano.		X	X	X	X	X
Qualificação do corpo docente ¹⁵ .			X	X	X	X
Atingir o conceito da CAPES com os cursos, visando à implantação de mestrado.						X
Implantação de programas estratégicos de pesquisa de caráter interdisciplinar e interinstitucional.			X			
Consolidar as ações de extensão, centradas em indicadores de qualidade, por meio de atividades que integram a UAB/IFMT e a sociedade.					X	
Criar mecanismos de registro e controle das ações de extensão.				X		
Tornar-se referência às comunidades interna e externa em relação à EaD.					X	
Participar de editais nacionais e internacionais com financiamento para ações de extensão			X	X	X	X
Instalar de escritório próprio e desenhado para comportar todos os colaboradores em condições favoráveis de trabalho, visando à qualidade de vida no ambiente de trabalho e produtividade	X	X				
Instalar Servidor de Rede próprio para desempenhar as rotinas de interatividade e conectividade conforme demanda a ser aberta junto aos pólos	X	X				
Instalar Ilha de Edição de áudio e vídeo para a interatividade junto a plataforma M'oodle e portal da UAB	X	X				
Instalar Studio de Filmagens e gravações de áudio para apoio à interatividade	X	X				
Elaborar e registrar a Revista Científica da UAB/IFMT		X				

¹⁵ Esta qualificação refere-se aos professores envolvidos com a EaD.

CAPÍTULO V

POLÍTICAS DE PESQUISA

5.1 Concepção de Pesquisa no IFMT

Entende-se que ensino, pesquisa e extensão compõem uma unidade, portanto, devem necessariamente caminhar juntas no processo de ensino-aprendizagem. Compreende-se que o currículo do Instituto deve apresentar um conjunto de habilidades e competências que consigam resgatar a unidade entre as três facetas que formam o escopo da formação acadêmico-profissional.

Desta forma, pretende-se resgatar a integridade do conhecimento, pulverizada com a extrema especialização e cientificismo da última metade do século XX. Resgatar a unicidade do conhecimento não significa voltar ao passado, mas buscar um novo paradigma, adequado à percepção contemporânea do mundo e a uma nova visão do homem e do próprio conhecimento.

O IFMT, nos seus *campi*, tem sido direcionado basicamente para as atividades de ensino, entretanto, na época da elaboração deste PDI, nutre o desejo de fomentar pesquisa e extensão articulado com o ensino em seus diversos níveis e modalidades, para tanto propomos que este espaço seja ocupado através de metodologias inovadoras.

O IFMT tem como objetivo contribuir para a ampliação do conhecimento científico em diferentes áreas do conhecimento, por meio de pesquisas desenvolvidas por servidores e discentes dos diferentes níveis de ensino.

O Projeto Pedagógico do IFMT colocará a pesquisa como um de seus princípios fundamentais. Entendendo a pesquisa como procedimento racional e sistemático, voltado à produção acadêmica, com objetivo de manter um processo constante de ação-reflexão-ação com a realidade circundante. Reflexão esta que impõe não somente apreendê-la de forma mais abrangente, como também de propor alternativas para os problemas existentes no contexto institucional, regional e nacional.

5.2 Áreas de Atuação e Desenvolvimento de Projetos de Pesquisa

A Pesquisa, embora sendo um objetivo institucional desde as antigas Escolas Técnicas e Agrotécnicas, foi realizada de forma incipiente, pois não havia programas de incentivo à capacitação, havendo um número reduzido de mestres e doutores, o que levava as instituições a concentrar suas ações apenas no ensino.

Na década de 90 surgiram alguns incentivos para capacitação de docentes, tal como o Programa Institucional de Capacitação de Docentes do Ensino Tecnológico (PICDTec), com bolsas apenas para mestrado, sendo finalizado em 2003.

Em 2006 o governo reativou o programa de capacitação docente através do Programa Institucional de Qualificação Docente para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (PIQDTec), com bolsas de mestrado e doutorado. Nesse mesmo ano houve a implantação de Mestrados e Doutorados interinstitucionais (MINTER e DINTER), direcionados ao segmento da educação profissional e tecnológica.

Em função dos incentivos a capacitação aos docentes houve a necessidade da participação discente, favorecida pelos programas de bolsas de pesquisa tais como o PIBIC (2004); PIBIC Junior (2006); PIBITI (2007).

Tais iniciativas, embora muito aquém da real necessidade, permitiu a implantação, no âmbito das Instituições de Educação Profissional e Tecnológica, da cultura investigativa, da produção e divulgação do conhecimento, com a realização de pesquisas científicas. Entretanto, o que predominou até o momento foi a realização de pesquisas individuais, sem apoio e sem a sistematização institucional, limitando-se, portanto, a conquista pelo servidor pesquisador de recursos externos através de projetos encaminhados às instituições de fomento a pesquisa.

A situação atual da pesquisa no IFMT pode ser melhor entendida com a apresentação dos quadros a seguir:

Quadro 08 - Número de Professores por Campus e Nível de Capacitação

CAMPUS	Doutores		Mestres		Especialistas		Graduados		Total
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Cuiabá	24	10,1%	80	33,7%	117	49,3%	16	6,7%	237
Bela Vista	5	11,9%	19	45,2%	16	38,1%	2	4,7%	42
São Vicente	11	19,2%	25	43,8%	15	35,7%	6	10,5%	57
Cáceres	2	7,7%	16	61,5%	4	15,4%	4	15,4%	26
Pontes e Lacerda	1	3,8%	10	38,4%	11	42,3%	4	15,4%	26
Campo Novo do Parecis	3	11%	9	32%	13	46%	3	11%	28
TOTAL	46	11%	159	38,2%	176	42,3%	35	8,4%	416

Quadro 09 - Número de Servidores Técnico-Administrativos por Campus e Nível de Capacitação

CAMPUS	Mestre		Especialista		Graduado		Não graduado		Total
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Cuiabá	3	2,2%	36	26,6%	45	33,3%	56	41,5%	135
Bela Vista	0	0%	0	0%	14	70%	6	30%	20
São Vicente	1	1,1%	5	5,7%	36	41,4%	45	51,7%	87
Cáceres	3	5,1%	8	13,5%	14	23,7%	34	57,6%	59
Pontes e Lacerda	0	0%	1	6,6%	9	60%	5	33,3%	15
Campo Novo do Parecis	0	0%	4	18,2%	11	50%	7	31,8%	22
TOTAL	7	2%	54	15,7%	129	37,6%	153	44,6%	343

Quadro 10 - Professores e Servidores Administrativos em Capacitação

CAMPUS	Capacitação			Tipo de Afastamento		Nº Bolsas	
	Esp.	MSc	DSc	Total	Parcial	MSc	DSc
Cuiabá	21	33	53	19	67	1	10
Bela Vista	0	1	3	0	4	0	0
São Vicente	6	8	5	5	8	0	5
Cáceres	0	3	5	7	1	0	5
Pontes e Lacerda	17	1	2	0	0	0	0
Campo Novo do Parecis	12	8	5	0	13	0	0
TOTAL	56	54	73	31	93	1	20

Quadro 11 - Bolsas de Pesquisa para Discentes (médio/técnico e graduação)

CAMPUS	Pibic	Pibic Jr.	Pibict	Iniciação Científica	Institucional (alimentação)
Cuiabá	0	6	21	0	0
Bela Vista	7	12	0	1	0
São Vicente	0	28	0	2	6
Cáceres	0	0	0	0	0
Pontes e Lacerda	0	0	0	0	0
Campo Novo do Parecis	0	0	0	0	0
TOTAL	7	46	21	3	6

Quadro 12 - Grupos de Pesquisa Cadastrados no CNPq e Projetos de Pesquisa em Andamento

CAMPUS	Grupos de Pesquisa (CNPq)	Projetos de Pesquisa em Andamento (2009)
Cuiabá	2	24
Bela Vista	0	9
São Vicente	5	25
Cáceres	2	2
Pontes e Lacerda	0	0
Campo Novo do Parecis	1	0
TOTAL	10	60

5.2.1 Áreas de pesquisa

Considerando sua preocupação em produzir e socializar conhecimento prioritariamente sobre temas de interesse principalmente regional, o IFMT contará com projetos de pesquisa aplicada, criando mecanismos que possibilitem dar suporte ao desenvolvimento de experiências e domínios de novas técnicas nos diversos campos do saber.

As áreas de pesquisa instituída no IFMT serão norteadas pela tabela das áreas do conhecimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A política institucional de pesquisa buscará incentivar a implementação e o desenvolvimento de linhas de pesquisa levando em consideração as especificidades e demandas locais e articulação entre os *campi*.

São elencadas abaixo sub-áreas e linhas de pesquisa que refletem as pesquisas desenvolvidas até o momento da elaboração deste PDI, que são de relevância para o Instituto e para o desenvolvimento local e regional.

- a) **EDUCAÇÃO:** Educação é um dos pontos privilegiados na proposta de pesquisa do IFMT, pois considera-se este aspecto da vida social uma questão fundamental para a garantia do exercício da cidadania e para o desenvolvimento econômico e tecnológico, atendendo, de um lado, à população em geral e, de outro, ao setor empresarial e tecnológico. Para tanto, propõe-se a priorizar pesquisas relacionadas à cidadania, educação ambiental, metodologias alternativas de ensino e educação para o trabalho.
- b) **DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO REGIONAL:** A vocação agro-industrial e de prestação de serviços indicam que o IFMT precisa estudar as potencialidades e necessidades relativas ao seu processo de desenvolvimento sócio-econômico, sempre em concordância com o princípio de uma racionalidade multidisciplinar. Caberá ao IFMT estimular e desenvolver pesquisas sobre os diversas áreas da qualidade e produtividade, da competitividade internacional, da expansão urbana, das políticas públicas e do planejamento governamental, voltando seu viés para o empreendedorismo e o processo de gestão empresarial.
- c) **ECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO:** O desenvolvimento de pesquisa sobre questões sócio-ambientais das Regiões ao entorno dos *campus*, possibilitará o conhecimento de sua realidade em relação à qualidade de vida de sua população.
- d) **TECNOLOGIA, CIÊNCIA E INFORMAÇÃO:** A pesquisa sobre as realidades que constituem demanda por Tecnologia de serviços e de produção e de sistemas de informação.
- e) **PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA:** O estado de Mato Grosso é essencialmente agrícola. Possui tecnologia de ponta na produção agropecuária e o agronegócio é uma dos maiores componentes do PIB do Estado. Este setor demanda constante aperfeiçoamento das técnicas de produção para que a competitividade seja mantida. Por outro lado, Mato Grosso é um dos estados com maior número de assentamentos rurais. A agricultura familiar deve, portanto, ganhar especial atenção no

desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão, para que estas famílias possam não só receber a terra, mas fazê-la produzir de forma sustentável e economicamente viável.

- f) **AGROINDÚSTRIA:** Embora o Estado de Mato Grosso seja um dos maiores produtores agrícolas do país, o que predomina é a saída desta produção de forma primária, sem agregação de valor. Assim, pesquisas para o desenvolvimento de produtos e serviços neste setor da economia deverá contribuir para a melhoria desta situação.

5.2.2 Operacionalização da pesquisa

O IFMT, com vistas ao estabelecimento de bases sólidas para o desenvolvimento de pesquisa científica relevante, compatível com as áreas de conhecimento que promove, apresenta as seguintes diretrizes:

- a) **Melhorar os mecanismos de articulação entre ensino, pesquisa e extensão:** o espírito científico deve permear as práticas pedagógicas exercidas nos cursos de graduação e pós-graduação, de modo a tornar evidente, para os discentes, a importância do saber-fazer ciência ao longo da formação profissional.
- b) **Melhorar a interação com a comunidade:** as linhas de pesquisa regulares, a serem implantadas no IFMT contemplarão as potencialidades acadêmicas existentes, devidamente articuladas com as demandas locais e regionais.
- c) **Implementar o Fundo de Apoio à Pesquisa:** as atividades científicas serão consolidadas na medida em que sejam disponibilizados os recursos financeiros necessários, garantidos pela criação de um fundo de apoio específico.

5.3 Estratégias e Ações Para o Desenvolvimento da Pesquisa no IFMT

A fim de cumprir as diretrizes propostas, são estabelecidas as seguintes estratégias, com suas respectivas ações:

Estratégia I - Sistematizar e Institucionalizar a pesquisa no IFMT

Ações

1. Criar um banco de dados no IFMT com todas as informações referentes à pesquisa, tais como Grupos de Pesquisa, Linhas de Pesquisa, dados de cada pesquisador, número de pesquisas, número de bolsistas e demais informações necessárias para acompanhamento, avaliação e bom andamento dos projetos de pesquisa.
2. Implantar o Programa de Qualificação Institucional (PQI) no IFMT.
3. Formar grupos de pesquisa a partir da definição das linhas de pesquisas institucionais.
4. Criar mecanismos de proteção à propriedade intelectual, estimulando o registro de patentes, processos, softwares, entre outros.
5. Criar mecanismos para apoiar, nos *campi* agrícolas, a realização de pesquisas nas Unidades Educativas de Produção (UEPs).

Estratégia II - Ampliar e modernizar a infra-estrutura para a pesquisa e para os pesquisadores

Ações

1. Obter acesso irrestrito na consulta do portal de periódico da CAPES.
2. Criar espaço físico para o trabalho dos pesquisadores, com salas individuais ou para grupos de pesquisa.
3. Ampliar a destinação de recursos para aquisição de materiais para pesquisa.
4. Aumentar o número de servidores técnico administrativos de apoio a pesquisa.
5. Criar laboratórios de pesquisa, priorizando os necessários para abertura dos programas de pós-graduação *Stricto Sensu* do IFMT.

Estratégia III - Ampliar e melhorar a participação do DISCENTE na pesquisa

Ações

1. Fomentar, no âmbito do IFMT, a importância da participação discente no desenvolvimento de projetos de pesquisa.
2. Buscar, nas entidades de fomento a pesquisa, recursos para concessão de bolsas de pesquisa para os discentes.
3. Criar um Programa Institucional de Iniciação Científica para concessão de bolsas de pesquisa aos discentes.
4. Gerir a política de distribuição de bolsas, considerando o número de grupos de pesquisa, o número de docentes e de discentes de cada *Campus*.
5. Criar mecanismos para acompanhar de forma eficaz os programas relativos às bolsas de pesquisa.
6. Incentivar a criação de Núcleos ou Grupos de Estudo nas diferentes áreas, com servidor orientador e discentes, como forma de fomentar o interesse pela pesquisa;

Estratégia IV - Valorizar e Incentivar o servidor pesquisador

Ações

1. Viabilizar a distribuição de carga horária, como forma de contemplar o servidor que realiza pesquisa, incluindo a pesquisa como parte da avaliação docente ou para concessão de Dedicação Exclusiva (DE), incluindo também o tempo dedicado pelo servidor na orientação de discentes.
2. Institucionalizar o incentivo ao afastamento para realização de capacitação.
3. Criar mecanismos para acompanhar de forma eficaz os programas relativos ao afastamento para capacitação e os auxílios financeiros aos projetos de pesquisa obtidos pelo pesquisador ou grupo de pesquisa.

Estratégia V - Apoiar, de forma institucional, os projetos de pesquisa de interesse do IFMT

Ações

1. Prever, no orçamento anual, recursos do IFMT para apoio à pesquisa;
2. Garantir a criação da Comissão de Ética na Pesquisa.
3. Viabilizar o apoio técnico à pesquisa, visando auxiliar o pesquisador ou grupo de pesquisa nas atividades inerentes à pesquisa.
4. Promover a capacitação de docentes na elaboração de projetos de pesquisa através de cursos e treinamentos específicos, visando à captação de recursos externos para pesquisa.
5. Fortalecer as linhas de pesquisa prioritárias de cada *campus*, incentivando e apoiando formação de novos Grupos de Pesquisa.
6. Dar condições efetivas aos pesquisadores para participar de eventos e congressos científicos mediante aprovação do Comitê da área.

Estratégia VI - Fortalecer as parcerias com agências de fomento, FAPs, governo, e instituições públicas e privadas

Ações

1. Buscar a ampliação de recursos externos destinados à pesquisa, tanto para apoio financeiro aos projetos, como para concessão de bolsas de pesquisa para docentes e discentes.
2. Firmar parcerias com empresas públicas e privadas para o desenvolvimento de pesquisas conjuntas, bem como para testar novos produtos, equipamentos ou serviços.
3. Melhorar a participação em conselhos, comitês e demais fóruns regionais e estaduais relativos à pesquisa e inovação tecnológica.
4. Buscar a realização de intercâmbios regionais, nacionais e internacionais com instituições de pesquisa.
5. Garantir a propriedade da produção intelectual dos pesquisadores.

Estratégia VII - Melhorar/criar mecanismos de divulgação da pesquisa que possam atingir tanto a comunidade interna quanto a externa

Ações

1. Realizar ações em conjunto com a extensão para a divulgação da pesquisa, através de dias de campo, palestras e cursos dentre outros, na comunidade interna e externa.
2. Melhorar a divulgação da pesquisa através da Publicação Periódica de Revista Científica (impressa e eletrônica).
3. Publicar, a cada dois anos, coletâneas de resumos das publicações do IFMT;
4. Apoiar o Conselho Editorial do IFMT.
5. Divulgar todos os eventos relacionados a pesquisa, tais como a aprovação de projetos de pesquisa, a aprovação de trabalhos em congressos, premiações e demais ações relativas a pesquisa.
6. Criar mecanismos para melhorar a comunicação entre o IFMT e a comunidade externa visando, principalmente, captar as demandas e as necessidades reais de cada região.

Estratégia VIII - Avaliar as ações da pesquisa no IFMT de forma sistematizada e periódica

Ações

1. Criar mecanismos para formular, acompanhar e avaliar as políticas de pesquisa no IFMT, através de índices e/ou indicadores de gestão.
2. Promover fórum anual de avaliação da pesquisa, envolvendo todos os *campi*.
3. Realizar, anualmente, o planejamento para a pesquisa, revendo programas, objetivos e metas em função dos resultados obtidos e da avaliação realizada.

Estratégia IX Promover a integração e a cooperação, na área de pesquisa, entre os CAMPI do IFMT

Ações

1. Criar mecanismos que visem maximizar a utilização dos espaços físicos da pesquisa dos recursos para aquisição de insumos, máquinas e

equipamentos, bem como a colaboração mútua entre pesquisadores e grupos de pesquisa de cada *campus*.

2. Criar um banco de informações relativas à disponibilidade de laboratórios e de serviços que possam atender os demais *campi*.
3. Promover a socialização de experiências positivas de cada *campus*.

5.4 Relação da Pesquisa com o Ensino e a Extensão no IFMT

A pesquisa no IFMT deverá ser uma prática acadêmica e social. Como prática acadêmica deve priorizar o envolvimento do corpo discente, pois além da busca de uma solução científica, terá como objetivo o exercício desta busca, em sintonia com o ensino. Tão importante quanto o resultado obtido será o aprendizado produzido. Como prática social deverá ser realizada em constante relação com as necessidades e demandas da sociedade, em sintonia com a extensão. Sendo assim, é uma meta do IFMT desenvolver, no campo da pesquisa, as atividades apontadas no quadro a seguir.

Quadro 13 - Cronograma e plano de expansão das atividades de pesquisa

ATIVIDADES	2010	2011	2012	2013	2014
Implantação e consolidação de núcleos e grupos de pesquisas	X	X	X	X	X
Institucionalizar todas as pesquisas que serão desenvolvidas nos <i>campi</i>	X	X	X	X	X
Incentivar aos servidores apresentação de projetos de pesquisa aos agentes de fomento da pesquisa	X	X	X	X	X
Apoio a eventos científicos	X	X	X	X	X
Dar prioridade às práticas investigativas que contribuem para a solução de problemas sociais	X	X	X	X	X
Incentivar a proteção a propriedade intelectual dos pesquisadores	X	X	X	X	X
Criar programa de avaliação da pesquisa e divulgação da produção científica	X				
Desenvolver projetos e cooperações para atender e solucionar problemas das regiões atendidas pelos <i>campi</i> .	X	X	X	X	X
Incentivar a produção científica nos <i>campi</i> .	X	X	X	X	X
Incentivar a participação dos alunos nas atividades de iniciação científica	X	X	X	X	X
Consolidar, fortalecer e ampliar o programa de incentivo à pesquisa	X	X	X	X	X

CAPÍTULO VI

POLÍTICAS DE EXTENSÃO

6.1 Concepção de Extensão no IFMT

A extensão compreende um processo educativo, cultural e científico, articulando-se ao ensino e à pesquisa de forma indissociável, ampliando a relação transformadora entre a instituição de ensino e os diversos segmentos sociais, promovendo o desenvolvimento local e regional, socialização da cultura e do conhecimento técnico científico. Pode ser compreendido também como um espaço de articulação, entre o conhecimento e a realidade sócio-econômica, cultural e ambiental da região. Educação, Ciência e Tecnologia devem se articular tendo como perspectiva o desenvolvimento local e regional, possibilitando assim, a interação necessária a vida acadêmica.

Tendo em vista que o processo educativo está edificado sobre os três pilares: ensino, pesquisa e extensão, com dimensões formativas e libertadoras indissociáveis e sem hierarquização, a relação que a extensão estabelece com o ensino e a pesquisa é dinâmica e potencializadora. Assim, a extensão intensifica sua relação com o ensino, oferecendo elementos para transformações no processo pedagógico, onde professores e alunos constituem-se como sujeitos do ato de ensinar e aprender, levando à socialização e a aplicação do saber acadêmico. Ao mesmo tempo intensifica sua relação com a pesquisa que, utilizando-se de metodologias específicas, compartilha conhecimentos produzidos pela instituição, contribuindo para a melhoria das condições de vida da sociedade.

Neste sentido, é imperativo conceber a Extensão como uma prática que possibilita o acesso aos saberes produzidos e experiências acadêmicas, oportunizando, desta forma, o usufruto direto e indireto, por parte de diversos segmentos sociais. E que se revela numa prática que vai além da visão tradicional de formas de acesso da sociedade às tecnologias e ao conhecimento acadêmico, bem como, a sua efetiva participação.

Desta maneira tem como objetivo, aprofundar os vínculos existentes entre o Instituto e a sociedade, com o propósito de alcançar novas alternativas de transformação da realidade, nas quais, mediante ações extensionistas, se reafirme o

ideal de construção e fortalecimento da cidadania, num contexto político e de justiça social, através de diretrizes voltadas ao atendimento de demandas oriundas das diferentes políticas públicas de alcance social. A intervenção das atividades de extensão deve ocorrer de forma natural, adotando metodologias participativas e uma pedagogia construtivista e humanista, tendo sempre como ponto de partida a realidade e o conhecimento local.

6.2 Áreas de Atuação e Desenvolvimento de Programas de Extensão

A Extensão, embora sendo um dos eixos da educação proposta pelos Institutos Federais e contemplada na Constituição Federal de 1988 como uma prática pedagógica, vem, ao longo do tempo, sendo efetuada e desenvolvida de maneira aquém das possibilidades e expectativas nas Autarquias Federais de Ensino de Mato Grosso.

Algumas iniciativas, desenvolvidas especialmente em parceria com outras Instituições Públicas Federais e Estaduais, bem como com as Empresas Privadas, comprovam a eficiência, a importância e a necessidade do estreitamento dos laços do IFMT com os outros setores da economia, para atendimento à emergente demanda da sociedade adjacente, no âmbito da Extensão.

As políticas de extensão devem contemplar três grandes áreas da atividade Institucional:

- a) Relação Instituto-Empresa.
- b) Integração Instituto-Comunidade.
- c) Produção e Difusão de Conhecimento Científico, Tecnológico e Cultural.

Assim, a atuação da Extensão do IFMT contemplará, especialmente, as seguintes áreas.

1. Projetos Tecnológicos: Desenvolvimento de atividades de investigação científica, técnica e tecnológica em parceria com instituições públicas ou privadas que tenham interface de aplicação.
2. Serviços Tecnológicos: oferta de serviços de consultoria, assessoria, e outros serviços de cunho técnico e tecnológico, para o mundo produtivo.

3. Eventos: Realização de ações de interesse técnico, social, científico, esportivo, artístico e cultural favorecendo a participação da comunidade externa e/ou interna.
4. Projetos Sociais: Projetos que agregam um conjunto de ações, técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social, geração de oportunidades e melhoria das condições de vida.
5. Estágio e Emprego: Compreende todas as atividades de prospecção de oportunidades de estágio/emprego e a operacionalização administrativa do estágio.
6. Cursos de Extensão: Ação pedagógica de caráter teórico e prático de oferta não regular, que objetiva a capacitação de cidadãos.
7. Projetos Culturais Artísticos e Esportivos: Compreende ações de apoio e promoção de eventos de caráter cultural, cívico, artístico e desportivo.
8. Visitas Técnicas e Gerenciais: Interação das áreas educacionais da instituição com o mundo do trabalho.
9. Empreendedorismo: Compreende o apoio técnico educacional com vistas a formação empreendedora, bem como o desenvolvimento de serviços e produtos tecnológicos.
10. Acompanhamento de egressos: Constitui-se no conjunto de ações implementadas que visam acompanhar o desenvolvimento profissional do egresso, na perspectiva de identificar cenários junto ao mundo do trabalho e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão.
11. Relações Internacionais: Tem por finalidade o desenvolvimento de intercâmbios e cooperações internacionais, como um instrumento para socialização de conhecimentos e culturas, proporcionando a melhoria do ensino, da pesquisa e da extensão.

6.3 - Estratégias e Ações Para o Desenvolvimento da Extensão no IFMT

A fim de cumprir os objetivos propostos, são estabelecidas as seguintes estratégias, com suas respectivas ações:

Estratégia I - Institucionalizar e Sistematizar as atividades de Extensão no IFMT

Ações

1. Criar um banco de dados na pró-Reitoria de Extensão do IFMT com todas as informações referentes às atividades de Extensão desenvolvidas nos *campi*, no âmbito da sua abrangência.
2. Fortalecer e empodeirar Diretorias, Coordenações, fóruns e grupos de Extensão, nos *campi*, principalmente por intermédio de treinamentos e compartilhamento de experiências.

Estratégia II - Promover a integração e a cooperação, na área de Extensão, entre os CAMPI do IFMT

Ações

1. Criar mecanismos que visem maximizar a utilização dos espaços físicos da pesquisa dos recursos para aquisição de insumos, máquinas e equipamentos, bem como a colaboração mútua entre pesquisadores e grupos de pesquisa de cada *campus*.
2. Criar um banco de informações relativas a disponibilidade de laboratórios e de serviços que possam atender os demais *campi*.
3. Promover a socialização de experiências positivas de cada *campus*.

Estratégia III - Fomentar novas iniciativas de extensão no *campi*

Ações

1. Criar programas, projetos, bolsas, cursos, eventos, e outros produtos acadêmicos, que beneficiem o servidor e docente extensionista.
2. Incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social, ambiental e política, formando profissionais cidadãos.

Estratégia IV - Promover integração entre o IFMT e a sociedade

Ações

1. Incentivar a participação dos servidores e discentes nas ações integradas com as administrações públicas, em suas várias instâncias, e com as entidades da sociedade civil.

2. Participar de projetos que objetivem o desenvolvimento regional sustentável em todas as suas dimensões.
3. Articular políticas com municípios, estado e iniciativa privada que oportunizem o acesso à Formação Inicial e Continuada (FIC).
4. Garantir a oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), atendendo a demandas sociais emergentes nos diversos *campi* do instituto.
5. Desenvolver parcerias com órgãos públicos ou privados para atuação na área artística e cultural, consolidando a participação do IFMT como agente cultural nas regiões onde atua.
6. Aprofundar o relacionamento institucional com as comunidades já atingidas pelas ações de extensão.
7. Promover em parceria com o setor público e privado ações de inclusão social nos campos da educação, saúde e cidadania.
8. Integrar o ensino e a pesquisa com as demandas da sociedade, seus interesses e necessidades, estabelecendo mecanismos que interrelacionem o saber acadêmico e o saber popular.
9. Ampliar as parcerias com órgãos públicos para atuar na área da Extensão Tecnológica, apoiando a Inovação e o Empreendedorismo regional através da oferta de serviços tecnológicos.

Estratégia V – Intensificar o acompanhamento aos discentes na busca e desenvolvimento do Estágio e Emprego

Ações

1. Elaborar programas institucionais e ampliar as cooperações técnicas e parcerias com instituições e empresas nacionais e internacionais de modo que assegure aos estudantes as possibilidades necessárias de ingresso ao estágio curricular e intercâmbios.
2. Viabilizar o acompanhamento de egressos mediante cadastros, eventos e pesquisas da sua inserção no mundo do trabalho bem como sua satisfação pessoal e profissional.

Estratégia VI - Criar mecanismos de divulgação das atividades de Extensão com vistas a atingir a comunidade interna e a externa

Ações

1. Realizar ações em conjunto com a pesquisa para a divulgação da extensão, através de dias de informativo periódico, palestras e cursos dentre outros;
2. Apoiar o Conselho Editorial do IFMT.
3. Realizar publicações em jornais de circulação e abrangência estadual.
4. Divulgar atividades de Extensão em programas televisivos de abrangência local, regional e estadual.

Estratégia VII - Avaliar as ações da Extensão no IFMT de forma sistematizada e periódica.

Ações

1. Criar mecanismos para formular, acompanhar e avaliar as políticas de pesquisa no IFMT, através de índices e/ou indicadores de gestão.
2. Promover fórum anual de avaliação da pesquisa, envolvendo todos os *Campi*.
3. Realizar, anualmente, o planejamento para a pesquisa, revendo programas, objetivos e metas em função dos resultados obtidos e da avaliação realizada.

Quadro 14 - Cronograma e Plano de Expansão das Atividades de Extensão

ATIVIDADES	ANO				
	2010	2011	2012	2013	2014
Viabilizar as condições de participação de docentes, técnicos administrativos e alunos em programas e atividades de extensão.	X	X	X	X	X
Aprimorar e intensificar as ações de extensão já desenvolvidas nos <i>campi</i> .	X	X	X	X	X
Articular políticas públicas que oportunizem o acesso a educação profissional	X	X	X	X	X
Participar de projetos que objetivem o desenvolvimento regional sustentável em todas as suas dimensões.	X	X	X	X	X
Desenvolver programas para oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC),	X	X	X	X	X
Realizar parcerias com órgãos públicos ou privados para atuação na área artística e cultural	X	X	X	X	X
Atuar na área da Extensão Tecnológica, apoiando a Inovação e o Empreendedorismo regional através da oferta de serviços tecnológicos.	X	X	X	X	X
Elaborar Programas Institucionais e ampliar as cooperações técnicas e parcerias com Instituições e Empresas Nacionais e Internacionais de modo que assegure aos estudantes as possibilidades necessárias de ingresso ao Estágio Curricular e intercâmbios	X	X	X	X	X
Elaborar e implantar programas de avaliação e acompanhamento de egressos	X	X	X	X	X
Avaliar permanentemente as atividades de extensão desenvolvidas.	X	X	X	X	X
Realizar discussões para a institucionalização do Conselho de Extensão	X				

CAPÍTULO VII

POLÍTICAS DE GESTÃO INSTITUCIONAL

7.1 Concepção de Gestão Institucional no IFMT

A dinâmica organizacional tem sido tema bastante explorado nos últimos anos. Pesquisas e ensaios teóricos freqüentemente abordam as mudanças no ambiente empresarial e a utilização de tecnologias gerenciais para fazer frente a uma conjuntura cada vez menos estável. São comuns as tentativas de identificar modelos de gestão mais eficazes, fontes de vantagem competitiva e mecanismos para promover o desenvolvimento organizacional.

Nessa dinâmica, a administração age no sentido de legitimar as posições das diversas equipes, sincronizada com os objetivos fins das ações educativas. Por outro lado, uma estrutura administrativa e organizacional flui à medida que as ações setoriais se realizam na busca da unidade, ou seja, ações conjuntas. Para tanto, faz-se necessário a prática da comunicação instrumentalizada e sintonizada com o desenvolvimento das novas tecnologias disponíveis, onde os investimentos aportados são primordiais para a disseminação do conhecimento.

Portanto, as ações administrativas devem atender aos objetivos estabelecidos na missão institucional, exigindo a competência de seus agentes, o que requer programas permanentes de capacitação e de apoio institucional.

Para atender aos seus objetivos institucionais, o IFMT, a partir da sua estrutura básica, dispõe de uma organização administrativa definida e especificado no Estatuto da Instituição.

Dentro desse contexto, são objetivos estratégicos para o IFMT:

- incentivar a participação e o compromisso da comunidade na definição e implementação de políticas institucionais;
- gerir de forma integrada as atividades acadêmicas e de apoio como parte dos processos de formação profissional, construção e difusão do conhecimento;
- estimular, valorizar e fortalecer as funções administrativas de modo a promover a qualidade nas atividades de ensino, pesquisa e extensão;

- garantir a clareza das atribuições das funções de apoio e permitir a descentralização da capacidade de decisão;
- aperfeiçoar processos administrativos buscando agilidade, eficiência e economia de recursos;
- assegurar ampla participação nas decisões e transparência no manejo dos recursos do Instituto (orçamento, captação, distribuição e execução);
- buscar novas formas de captação de recursos para o Instituto, em consonância com seu caráter público e com a democratização do acesso;
- aprimorar os critérios de distribuição de recursos, visando o aperfeiçoamento de políticas institucionais de apoio a programas, cursos e áreas de conhecimento;
- promover o acompanhamento, avaliação e melhoria permanente do trabalho de apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão, de forma a sustentar o projeto acadêmico do Instituto;
- aperfeiçoar critérios para a alocação de vagas de docentes, permitindo a implementação de políticas institucionais de apoio a cursos e áreas do conhecimento;
- apoiar os *campi* de forma integrada e equilibrada nas áreas acadêmica e administrativa;
- planejar e garantir a infra-estrutura física, material e de pessoal de apoio às atividades de gestão;
- promover a segurança no trabalho e a saúde ocupacional dos servidores do Instituto;
- implantar a Coordenadoria para o Meio Ambiente (CEMA);
- ampliar e aprimorar a utilização racional e sustentável dos recursos naturais renováveis e não renováveis, buscando implementar inovações;
- elaborar procedimentos ambientais que orientem licitações e concessões, visando a redução da utilização de recursos e da geração de resíduos;
- promover a integração e a melhoria da qualidade de vida da comunidade acadêmica;
- garantir condições para o desenvolvimento de atividades que otimizem o atendimento social da comunidade acadêmica, por meio da integração com os departamentos afins.

7.2 Organização e Gestão de Pessoal

O Governo Federal através do Decreto nº. 2.794 de 1º de outubro de 1998, instituiu a Política Nacional de Capacitação dos Servidores para a administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Sua finalidade é a melhoria da eficiência do serviço público e da qualidade dos serviços prestados ao cidadão, a valorização do servidor público por meio de sua capacitação e qualificação permanente, adequação do quadro de servidores aos novos perfis profissionais requeridos no setor público, a divulgação e controle de resultados de capacitação e qualificação e a racionalização e efetividade dos gastos nesta esfera.

A política de gestão de pessoas é um elemento fundamental no planejamento estratégico no IFMT, e tendo em vista o desenvolvimento de suas potencialidades, a área de gestão de pessoas define duas áreas a serem trabalhadas, a saber: a qualificação profissional e a motivação para o trabalho, que a prática deve corresponder as seguintes ações:

- estruturação do projeto institucional de capacitação e qualificação dos servidores;
- promoção de atividades de humanização e valorização profissional.

No que tange à estruturação do projeto institucional de capacitação dos servidores é de fundamental importância que este favoreça a constante capacitação e qualificação profissional dos mesmos, sintonizada com as demandas sociais e sua relação com as bases de pesquisa e função social da instituição, buscando, por um lado, a otimização dos serviços oferecidos e, por outro, o crescimento pessoal dos indivíduos, fatores imprescindíveis, respectivamente, para o desenvolvimento institucional e auto realização das pessoas.

Contudo, essa ação deve atender as especificidades do corpo de servidores, sendo necessário, por exemplo, uma formação didática pedagógica para os docentes que atuam nos níveis técnico e tecnológico. Além de uma redefinição de critérios para a participação em cursos, programas de pós-graduação, eventos técnico científicos, estágios e etc.

Quanto aos servidores técnicos administrativos é imprescindível uma definição de uma política mais ampla atrelada ao novo plano de carreira, instituído pela Lei nº

11.091 de 12 de janeiro de 2005, e que garanta a formação inicial e continuada, contemplando desde o Ensino Fundamental e médio (formação básica) até a graduação e pós-graduação, além da capacitação e qualificação técnica para o desempenho de suas funções.

Merece também uma atenção especial a situação dos gestores, para cuja formação se torna indispensável a aquisição de conhecimentos nas áreas de gestão educacional, de pessoal e administrativo, políticas públicas, negócios, marketing, empreendedorismo e cooperativismo, com vistas a melhorar o desempenho administrativo. Essa formação, inclusive, poderia constituir pré-requisito para a ocupação das funções e, ao mesmo tempo, ser disponibilizada à comunidade externa, tendo em vista a necessidade de composição de novos quadros.

Em referência às atividades de informação e análise funcional, deve se buscar ampliar a participação do servidor em projetos institucionais, propondo-lhe desafios que estimulem as suas potencialidades.

Considera-se que o papel dos servidores deve ser de compromisso com a instituição, com a qualidade no serviço prestado interna e externamente na comunidade.

Ele precisa estar consciente de seus direitos e deveres como cidadão. Por isso é importante definir uma ética institucional vinculada à função social do IFMT, a qual poderá servir de referência para todas as ações desenvolvidas pelos servidores no âmbito institucional.

Neste contexto, deve se incentivar o estudo do código de ética do servidor público, assim como as leis que regem a categoria, bem como as atribuições inerentes à função exercida. Aos gestores (pró-reitores, diretores, chefes de departamentos e coordenadores) cabe a atualização, divulgação e cumprimento efetivo das normas, regras e penalidades.

Não se pode esquecer, também, que toda essa formação deve estar direcionada para a atividade fim da instituição. Os servidores devem, portanto, ter a consciência de que, sendo membros de uma instituição de educação, o seu trabalho precisa estar orientado em função disso e, conseqüentemente, para a promoção de uma educação de qualidade. Destaca-se também a promoção de atividades de valorização profissional, buscando-se para isso, uma estabelecer uma parceria entre o setor de

gestão de pessoas de que dispõe a instituição e as entidades de representação dos servidores.

Portanto, a filosofia que permeia este documento é a de que a estrutura de funcionamento da área de gestão de pessoas deve ser voltada não somente para o treinamento das habilidades dos servidores, mas, fundamentalmente para que sejam desenvolvidas todas as suas reais potencialidades.

7.2.1 Diretrizes da Capacitação de Servidores

Com enfoque na qualificação profissional, na motivação para o trabalho e na melhoria da qualidade de vida dos servidores, serão adotadas algumas diretrizes básicas para definir a política de capacitação e qualificação da Instituição e, conseqüentemente, delinear um programa de desenvolvimento de gestão de pessoas, conforme segue abaixo:

- Criar e/ou estabelecer procedimentos sistemáticos de capacitação e qualificação.
- Criar e/ou estabelecer normas que regulamentem a destinação de percentual dos recursos destinados para capacitação e qualificação.
- Promover ações visando motivar os servidores a buscar níveis mais elevados de educação formal como meio de assegurar o desenvolvimento na carreira funcional.
- Incentivar os servidores à procura constante de melhor qualificação e capacitação profissional.
- Estabelecer oportunidades iguais para todos os profissionais que atuam nos diversos setores da Instituição.
- Capacitar os servidores para o desempenho de cargos e funções, através da implementação de programa de desenvolvimento gerencial e de capacidade técnica de equipes.
- Manter quadro atualizado da situação de capacitação e qualificação dos servidores.
- Realizar seminários de ingresso para os novos servidores.

7.2.2 Objetivos da Gestão de Recursos Humanos

- a) Ampliar o conceito de capacitação e qualificação, entendendo como políticas destinadas ao aprimoramento do servidor enquanto indivíduo, profissional e cidadão e direcionadas à consecução dos objetivos institucionais.
- b) Envidar esforços para que, ao final de 2014, 80% dos servidores que não têm o Ensino Fundamental, o tenham concluído; 50% dos servidores que só têm o Ensino Fundamental tenham concluído o Ensino Médio; e 50% do pessoal com Ensino Médio concluam curso superior.
- c) Ampliar as ações propriamente ditas, agregando desde a educação formal fundamental, média, superior e de pós-graduação até treinamento profissional, capacitação gerencial, formação para a cidadania e participação em eventos de atualização.
- d) Definir claramente o aspecto financeiro da capacitação condizente com os objetivos institucionais e incluídos no orçamento da Instituição, em percentual mínimo de 5% do orçamento inicial aprovado pela Lei Orçamentária Anual, relativo ao custeio dos *Campi* ou em conformidade com os índices previstos na legislação vigente.
- e) Articular as políticas de capacitação e qualificação com as demais políticas de gestão de pessoas.
- f) Detalhar as possibilidades de afastamento para todos os níveis de capacitação e qualificação.
- g) Criar e unificar critérios para a concessão de afastamentos para todos os níveis de capacitação e qualificação em todos os *campi*.
- h) Realizar levantamento das necessidades de capacitação e qualificação, e posteriormente avaliar as ações e definir prioridades e competências conforme as necessidades apontadas pela instituição.
- i) Criar condições para operacionalização do sistema de capacitação e qualificação.
- j) Garantir transparência das ações de capacitação e qualificação, através de sua divulgação, da elaboração de relatórios, etc.
- k) Estabelecer condições para a participação coletiva nas ações de capacitação e qualificação.

7.2.3 Ações Propostas

Na definição das ações do Programa de Desenvolvimento de Gestão de Pessoas está prevista sua correlação com as condições existentes na Instituição. Cada uma das metas a seguir listadas não está, necessariamente, associada a uma única diretriz ou objetivo, mas, sim, ao conjunto das diretrizes e objetivos ou parte deles, pois a Instituição é um todo e, conseqüentemente, a ação sobre cada parte tem reflexo sobre as demais.

1. Promover eventos de capacitação e qualificação específicos para os diversos setores da Instituição, de modo que, até o final de 2014, cada servidor tenha participado de, pelo menos, 02 (dois) eventos.
2. Promover treinamentos específicos para os docentes e técnico administrativo das diversas áreas, com metas definidas para cada ano letivo, incluindo programa de formação continuada, além de curso de capacitação pedagógica para os servidores docentes recém ingressos que não possuem licenciatura e de iniciação ao serviço público a todos os servidores ingressantes no quadro de pessoal do IFMT.
3. Maximizar o número de servidores com pós-graduação *lato sensu* (especialização) e *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em suas áreas de atuação, tendo em vista as necessidades da Instituição.
4. Promover capacitações específicas visando formar um quadro de servidores aptos a ocupar funções gerenciais.
5. Distribuir aos servidores as oportunidades de participação em eventos científicos e culturais de forma proporcional às necessidades das áreas e dos setores administrativos e conforme critérios estabelecidos neste documento.
6. Definir critérios de remoção *inter-campus*.
7. Criar centro de treinamento com infra-estrutura para cursos e hospedagem.
8. Mensurar força de trabalho dentro dos *campi* e levantar a necessidade de alocação de pessoal.
9. Buscar o apoio e a participação de todas as instâncias administrativas da Instituição, para a implementação da política de capacitação dos servidores docentes e técnico administrativo da Instituição.

10. Definir, juntamente com os representantes da CPPD, as áreas de Ensino, Pesquisa e Extensão e os colegiados de departamento e da equipe pedagógica, os cursos prioritários de formação geral e específica, em cada área de conhecimento, para a melhoria do desempenho das atividades dos servidores.
11. Definir, juntamente com os representantes da Comissão Interna de Supervisão – CIS e de cada Diretoria, as áreas de treinamento prioritárias para a capacitação e qualificação desses servidores, como também os cursos específicos para a melhoria do desempenho de suas atividades.
12. Ofertar cursos de relações humanas aos servidores pelo menos uma vez por ano.
13. Criar uma comissão para análise curricular dos funcionários, sondagem das habilidades e do potencial dos técnicos para orientar a lotação.
14. Fortalecer a CPPD e a CIS e os servidores responsáveis pelas áreas de recursos humanos, através da capacitação continuada de seus membros, com cursos voltados à área de gerenciamento de Recursos Humanos e Administração Pública.

7.3 Estrutura Física e Laboratorial

A estrutura física e de laboratórios do IFMT é, em linhas gerais, insuficiente para atender a demanda atual. O processo de implantação do Instituto impõe a abertura de novos cursos nas diversas modalidades. Associado a isso, as atividades de pesquisa e extensão, que junto ao ensino compõem o tripé da educação, deverão ser ampliadas e priorizadas em consonância com o desenvolvimento da área pedagógica.

Diante desse quadro, torna-se necessário garantir a infra-estrutura adequada para atender satisfatoriamente as metas institucionais, em relação à produção de conhecimento, desenvolvimento profissional e formação didático-pedagógica dos alunos e comunidade. É imperativa, portanto, a implantação de novas instalações e laboratórios, devendo ser garantido os investimentos na construção de salas de aulas, salas administrativas, laboratórios, áreas de lazer, refeitórios, entre outros, além de compra, instalação e manutenção dos equipamentos, aquisição de materiais de

consumo e treinamento de pessoal para uso adequado dos equipamentos e instalações.

Sendo assim, quanto aos aspectos físicos e laboratoriais, são objetivos do IFMT:

- Fortalecer e implementar a estrutura física e laboratorial de modo a promover a qualidade nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- Planejar e garantir a infra-estrutura física, material e de pessoal de apoio às atividades de gestão.
- Dotar de estrutura adequada a gestão ambiental dos *campi*, com órgãos aparelhados e profissionais capacitados.
- Ampliar e aprimorar a utilização racional e sustentável dos recursos naturais renováveis e não renováveis, buscando implementar inovações.
- Consolidar política de redução, destinação e tratamento adequado de resíduos potencialmente perigosos com programas e parcerias com outras instituições.
- Planejar e buscar a garantia de infra-estrutura física, material e humana necessária à implementação da gestão social.
- Discutir e aprimorar o gerenciamento dos serviços prestados na área de alimentação no interior dos *campi*, atuando de forma integrada na garantia da qualidade nutricional, sanitária e ambiental.
- Aprimorar o gerenciamento dos serviços de limpeza, quanto ao saneamento e a destinação de resíduos sólidos dos *campi*, atuando de forma integrada para garantir a qualidade social e ambiental.

A fim de cumprir os objetivos propostos, são estabelecidas as seguintes estratégias, com suas respectivas ações:

Estratégia I – Implementar instalações, estruturas e serviços

Ações

1. Efetuar análise da documentação legal, realizando levantamento de todas as áreas físicas pertencentes ao IFMT.
2. Realizar o levantamento das necessidades estruturais de cada *campus*.
3. Instituir Comissão Permanente de Elaboração de projetos, a fim de atender às demandas dos *campi*.

4. Viabilizar espaço físico adequado, incluindo a construção de espaços para laboratórios, em todos os *campi*.
5. Propor uma política de parcerias para viabilizar a expansão de infraestrutura necessária para o funcionamento adequado dos pólos.
6. Construir salas de aulas e espaços para laboratórios nos *Campi*.
7. Construir prédio próprio para a Reitoria.
8. Adequar as instalações físicas dos *Campi*, no sentido de tornar mais agradáveis e funcionais os ambientes de convivência e alimentação dos servidores.

Estratégias II - Equipar os *Campi* com recursos e laboratórios necessários

Ações

1. Realizar anualmente, uma previsão, pelos Colegiados de Curso, de aquisição de materiais e equipamentos necessários.
2. Ampliar, gradativamente, a inserção de vídeoconferência nos *Campi* do IFMT.
3. Implementar em todos os *campi* estrutura básica de Multimeios, datashow, laboratórios de informática e laboratório de línguas, suficientes para atender às especificidades acadêmicas.
4. Discutir o orçamento de forma participativa, buscando recursos para a implantação de novos laboratórios e manutenção dos existentes.
5. Levantar as necessidades e adquirir veículos e ônibus escolares para os *campi*.
6. Manter um alto grau de conectividade digital entre os *campi* e a reitoria, permitindo conferências virtuais para reduzir deslocamentos físicos.
7. Gerenciar a aplicação dos recursos financeiros oriundos do orçamento do IFMT na construção dos prédios necessários.
8. Negociar com outros órgãos públicos a doação de prédios ociosos para instalação de museus, herbários, centros de divulgação científica e cultural, dentre outros.
9. Delinear políticas inclusivas de utilização dos laboratórios pelos pesquisadores, permitindo o acesso aos serviços e equipamentos disponíveis.

7.4 Gestão Orçamentária

O primeiro aspecto a ser observado em um trabalho de reorganização, sobretudo nas áreas de planejamento e orçamento, é a necessária distinção entre sistema e processo. Dessa forma, o processo orçamentário, basicamente, diz respeito aos papéis e funções do orçamento e o sistema orçamentário às estruturas, instrumentos, procedimentos e classificações necessárias ao cumprimento dessas funções e papéis.

No orçamento tradicional, que caracteriza os primeiros estágios evolutivos da técnica orçamentária, a orientação predominante é a do controle. Prevalece a preocupação com o cumprimento dos tetos orçamentários e o estabelecimento de limites para as unidades orçamentárias no que se refere a tipos de despesas (pessoal, serviços de terceiros, equipamentos etc) e as classificações de despesas são estruturadas com base em itens pormenorizados de objeto de gastos.

A predominância da orientação gerencial no processo orçamentário traduz uma preocupação maior com o trabalho a ser feito e as realizações a serem alcançadas. As informações são estruturadas segundo funções, projetos e atividades, evidenciando-se o trabalho ou serviço a ser cumprido, com os respectivos custos. As categorias orçamentárias são classificadas em termos funcionais, com mensurações que possibilitem a avaliação do desempenho das atividades previstas. Essas características identificam o orçamento funcional ou de desempenho.

A orientação para o planejamento marca o advento do orçamento-programa, que tem como característica a racionalização do processo de fixação de políticas, mediante dados sobre custos e benefícios das formas alternativas de se atingir os objetivos propostos e a mensuração dos produtos para propiciar eficácia no alcance desses.

A relevância da gestão do orçamento tem sido destacada, no tocante às reformas recentes da administração pública em vários países, que não têm ficado somente nas reformas administrativas e organizacionais, que estão fadadas a desfazerem-se em curto prazo, se não utilizarem, como ponta de lança da reforma, uma série de procedimentos que tenham como finalidade transformar um dos mecanismos de ação principais de qualquer governo: a gestão do orçamento. Os processos de gestão do orçamento surgem como um elemento indispensável das

reformas administrativas quando se quer dirigir os governos para atuar com base na obtenção de resultados, além do controle de recursos e despesas.¹⁶

Nesse contexto, o IFMT adotará a descentralização orçamentária em consonância com os dispositivos legais adotados pelo MEC e respeitando a autonomia de cada *campus* afim de se obter a eficiência, eficácia e efetividade da alocação dos recursos públicos preconizados pela lei.

A peça orçamentária do IFMT será através da participação dos *campi* que o constitui e conforme o parágrafo primeiro, do artigo primeiro da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, mais conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, “A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas...”.

Além disso, o IFMT é vinculado diretamente à Secretaria de Educação Tecnológica do Ministério da Educação e, conseqüentemente, apresenta sua sustentabilidade financeira apoiada primordialmente em recursos oriundos da União, que é sua mantenedora.

Os recursos orçamentários são consignados anualmente no Orçamento Geral da União por meio de Lei específica (LOA), o que permite visualizar de forma clara os limites da gestão financeira, com foco fechado no exercício em questão. O orçamento anual do IFMT compreende as despesas de custeio, investimentos, pessoal ativo, inativo, pensionistas, enfim todas as despesas relativas aos *campi*.

A captação das receitas orçamentárias necessárias aos investimentos e à manutenção da Instituição compreende recursos repassados do Tesouro Nacional, recursos diretamente arrecadados pelo IFMT e recursos obtidos por meio de convênios firmados com órgãos públicos e privados. Sendo o IFMT uma instituição pública, a totalidade dos recursos orçamentários e financeiros deve ser submetida aos procedimentos e normas da gestão pública, notadamente a Lei nº 8666/1993.

¹⁶ GAULT, David Arellano; GIL, José Ramón; MACIAS, Jesus Ramires; ROJANO, Angeles. Nueva gerencia pública en acción: procesos de modernización presupuesta. Un análisis inicial en términos organizativos (Nueva Zelanda, Reino Unido, Australia y México), 1999.

A fim de cumprir a proposição de orçamento participativo e de resguardar as bases legais orçamentárias, são estabelecidas pelo IFMT as seguintes estratégias, com suas respectivas ações:

Estratégia I - Compreender a estrutura e funcionamento do sistema de acompanhamento e projeção de receitas

Ações

1. Realizar fóruns e seminários de discussão acerca das necessidades dos *campi*.
2. Buscar junto aos órgãos públicos e privados parcerias para a alocação eficiente dos recursos.
3. Ampliar a oferta de aquisição de mobiliários e equipamentos através de registros de preços.
4. Criar um comitê de licitação para viabilizar as aquisições do instituto em conjunto com os *Campi*.
5. Garantir a aquisição de bens e serviços através dos mecanismos previstos na Lei nº 8666/1993.

Estratégia II - Sistema de acompanhamento e projeção de receitas

Ações

1. Aumentar a eficiência e a agilidade dos serviços acadêmicos e administrativos prestados à sociedade através do aumento do acervo bibliográfico.
2. Realizar ações em conjunto com os *campi* no planejamento orçamentário.
3. Promover a socialização dos gastos dos recursos a todos os *Campi* através de relatórios de gestão e planilha orçamentária.
4. Adequar receitas e despesas por meio de mecanismos sistemáticos de planejamento orçamentário.

CAPÍTULO VIII

POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO

O IFMT tem como meta, no que se refere às Comunicações e Tecnologia da Informação (TIC), possibilitar a otimização dos serviços convergentes – dados, voz, e imagem – a centralização dos serviços acadêmicos, sítios institucionais, sistemas administrativos, tendo sua equipe concentrada na Reitoria, com perfil para sistemas e gerenciamento da infra estrutura e, em seus *campi*; quadros de servidores e infra-estruturas capazes de manter os sistemas disponíveis para funcionamento dos mesmos garantindo suporte aos servidores e alunos dos *campi*.

A missão da Diretoria de Gestão de Tecnologias da Informação (DGTI) é trazer novas tecnologias para o IFMT, buscando sempre inovar, otimizar serviços e garantir acessibilidade à comunidade escolar e à sociedade, divulgando todas as informações corretamente com transparência, confiabilidade e garantindo segurança nas informações institucionais.

8.1 Histórico

Realizou-se em 14 de abril de 2009, junto a todos os campi em funcionamento, um levantamento de dados com o objetivo de verificar a infra-estrutura disponível. Com estes dados, apresentados na seqüência, foi possível conhecer a estrutura atual, cujo panorama indica o que se faz necessário para que o Instituto melhore sua estrutura e consiga atender as normas brasileiras existentes e demande um melhor serviço à comunidade escolar e à sociedade.

8.1.1 *Campus* Cuiabá – Octayde Jorge da Silva

O *Campus* Cuiabá é o *campus* com maior infra-estrutura dentro do IFMT. Possui hoje cerca de 300 estações de trabalho e, para controle dos serviços prestados, 19 máquinas servidoras, com os serviços de sítio institucional, educação a distância, entre outros serviços, além dos sistemas acadêmico, administrativos, biblioteca, e do sistema para ingresso de alunos na Instituição.

Os sistemas operacionais das estações de trabalho e servidores se dividem entre o Windows e Linux e com suítes *office* Microsoft Office 2003 e BrOffice.

Por ser o maior *campus*, também tem maiores problemas estruturais devido à falta de planejamento em épocas anteriores, que não esperavam um crescimento tão rápido em pouco tempo. Um dos seus problemas é a saturação da estrutura lógica, com falta de pontos lógicos, ao que se buscou soluções alternativas através da tecnologia *wireless*.

A aquisição de equipamentos para que garantissem um melhor aparelhamento em termos de recursos computacionais não acompanhou o crescimento dos recursos humanos no *campus*, como também não houve uma distribuição adequada dos profissionais dentro do setor de TI. Verifica-se a centralização de alguns serviços em poucas pessoas, cujos perfis são muito diferenciados, há falta de profissionais de infraestrutura e tem como ponto forte a análise e desenvolvimento de sistemas.

Além da demanda interna, o *Campus* Cuiabá também está responsável pela implantação de suas antigas Unidades Descentralizadas de Ensino na cidade de Pontes e Lacerda e no bairro Bela Vista, na própria capital do estado, dificultando ainda mais o atendimento e qualidade no serviço prestado a comunidade escolar do *Campus*.

Está sendo executada a reformulação da distribuição dos serviços nas máquinas servidoras, juntamente com a busca de soluções para os problemas de suporte aos servidores, bem como a melhoria dos serviços prestados à comunidade escolar.

8.1.2 *Campus* São Vicente

O *campus* São Vicente é, entre os *campi* em funcionamento, um dos mais antigos do IFMT, contendo 158 estações de trabalho e máquinas servidoras, com sistemas operacionais Linux e Windows. Possui uma rede mista, contendo conexões com fibra óptica, redes *wireless*, e rede cabeada, sem aplicação de estruturamento na mesma.

Seu quadro de recursos humanos foi ampliado recentemente, no ano de 2007, com o trabalho de reestruturação do sítio institucional e da melhora ao atendimento aos servidores, habilitando serviços que não estavam em funcionamento a mais de um ano e tem metas para reestruturar sua rede lógica e melhorar as condições da rede elétrica

para solucionar a problemática de falta de energia, além das descargas elétricas constantes existentes da região.

Além disso, o *Campus* conta ainda com um núcleo avançado no município de Campo Verde e está implantando mais dois núcleos avançados em Barão de Melgaço e Jaciara.

8.1.3 *Campus Cáceres*

O *Campus Cáceres* possui uma rede cabeada, com pontos de rede sem fio, onde está tendo ênfase a aplicação das redes sem fio. Possui 30 *access points*, juntamente com 50 *switches*. Todo o cabeamento é feito na própria escola, atendendo uma demanda de 150 estações de trabalho e 06 servidores, com processadores entre Pentium III e Pentium IV e com memória de 1GB em média, onde os monitores dos mesmos estão sendo substituídos por monitores LCD. Também estão sendo implantados e adquiridos materiais ergonômicos para evitar doenças laborais como LER (Lesão por Esforço Repetitivo), entre outros transtornos do trabalho.

Os sistemas operacionais Windows e Linux e antivírus gratuitos como AVAST e AVG e as suítes de *office* que são o BR Office e o Microsoft Office na sua versão 2003, mantendo os serviços de sítios institucionais, correio eletrônico, educação a distância, impressão e hospedagem do sistema acadêmico, através do sistema GIZ.

O *Campus* de Cáceres já possui conexão com a Rede Nacional de Pesquisa, através de um link de fibra óptica, com banda de 2Mbps.

Todos os departamentos da escola já possuem um computador para otimização do trabalho e a manutenção das mesmas é feita pelos próprios servidores e estagiários da Instituição e não há intenção de terceirização deste serviço pela Direção do *Campus*.

8.1.4 *Campus Cuiabá-Bela Vista*

O *Campus Cuiabá-Bela Vista* hoje possui 14 estações de trabalho e 02 máquinas servidoras com sistemas operacionais Windows e Linux. Não há estações de trabalho para todos os servidores devido à falta de estrutura elétrica do prédio e

estrutura lógica. Os serviços prestados pelo *campus* são de Ensino a distância e autenticação de usuários, utilizando o *Active Directory* da Microsoft.

Atualmente não estão realizando manutenções preventivas e dispõe em seu ativo, de computadores relativamente novos. O *Campus* ainda conta com 2 laboratórios de informática para as aulas dos cursos de Ensino Médio integrado e superior. A suíte de *office* utilizada é da Microsoft, na sua versão 2003 e vale salientar também que o *Campus* conta ainda com a Universidade Aberta do Brasil (UAB), que detém máquinas servidoras e estações de trabalho próprias para seus coordenadores e tutores.

No mês de junho de 2009 foi implantado o *link* experimental de 20Mb da Rede Comep da Rede Nacional de Pesquisa, tendo seu aumento de banda programado para o mês de julho de 2009, dando maior suporte a Universidade Aberta do Brasil e também aos demais serviços prestados a comunidade escolar.

8.1.5 *Campus* Pontes e Lacerda

O Campus Pontes e Lacerda, por ainda estar em estruturação, possui grande parte de sua infra-estrutura de Tecnologia da Informação ainda em fase de aquisição e de implantação. Porém o campus conta hoje com um total de 34 estações de trabalho, com sistema operacional Windows XP Profissional; com um maquinário para os laboratórios de informática e para os setores essenciais, que garantem o atendimento na área de TI; e com máquinas servidoras e cabeamento lógico em término de implantação.

8.1.6 *Campus* Campo Novo do Parecis

O *campus* de Campo Novo do Parecis começou suas atividades em Agosto de 2008, com deficiência de infra estrutura em TIC, devido atraso no processo licitatório e demanda de início das atividades conforme cronograma estabelecido pela SETEC.

Contém em torno de 20 máquinas que estão sendo destinadas para os serviços essenciais e também para atender as aulas de informática dos cursos técnicos e superior, utilizando sistemas operacionais Windows e Linux.

Também estão sendo implantados no *campus* nobreaks para este maquinário e já está sendo elaborado o plano para implantação de conectividade definitiva no *campus*, com auxílio da equipe de TIC da Reitoria.

8.1.7 *Campi* Confresa, Juína, Barra do Garças e Rondonópolis

Os *Campi* de Confresa, Juína, Barra do Garças e Rondonópolis estão em fase de construção de seus prédios e a equipe de TIC da Reitoria já está auxiliando nos trabalhos para colocar uma estrutura com qualidade, atendendo as normas e legislação vigente e também para que o início das atividades atendam as necessidades da comunidade escolar.

8.2 Objetivos da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação

O objetivo principal das TIC é fazer com que todos os serviços sejam executados com qualidade, eficiência e transparência nas ações realizadas por seus servidores, tendo como objetivos específicos:

- buscar a adequação da estrutura e instalações existentes;
- buscar soluções adequadas para as demandas e os problemas existentes;
- buscar conhecimento de todas as áreas da instituição para que possam ser implantados serviços e sistemas de qualidade e adequados a realidade existente dos *campi* em funcionamento e que estão para entrar em funcionamento;
- implantar sistemas para atendimento adequado dos serviços hoje existentes dentro dos *Campi*, e também conforme determinação dos órgãos competentes;
- implantar políticas de equipamentos laborais para melhor desempenho do servidor, evitando doenças laborais como LER e outros problemas.
- implantar políticas de utilização dos recursos computacionais, como maquinário, mensagem eletrônica, sitios institucionais entre outros serviços;
- auxiliar e implantar, baseado nos sistemas implantados e/ou a serem implantados no Instituto, na montagem das políticas dos serviços

administrativos e acadêmicos do Instituto como Protocolo, Veículos, Almoxarifado, Compras, Licitação, Sistema Acadêmico, entre outros.

- auxiliar na implantação de novos *campi* e/ou *campi* em construção e núcleos avançados.

8.3 Estratégias previstas na área de TIC

A fim de cumprir os objetivos propostos, são estabelecidas as seguintes estratégias, com suas respectivas ações:

Estratégia I - Definir equipes, políticas, normatizações e levantamentos para implantação de sistemas

Ações

1. Integrar as equipes e políticas entre os *campi*.
2. Promover Intercâmbios e cooperações técnicas na área de TI e telecomunicações com outras instituições, visando o intercâmbio de informações e soluções.
3. Definir os planos de renovação anual de tecnologias.
4. Definir política de aquisição de *softwares* e licenças.
5. Normatizar e padronizar os procedimentos e serviços, baseados na legislação em vigor.
6. Implantar sistemas de *help desk* (serviço de apoio a usuários para suporte e resolução de problemas técnicos em informática, telefonia e tecnologias de informação).
7. Definir política interna de *software* livre, de acordo com as necessidades e recursos (capacitação e disponibilidade de serviços) da Instituição.
8. Realizar levantamento dos sistemas existentes no mercado e aquisição e implantação de sistema integrado administrativo, englobando os módulos de Patrimônio, Almoxarifado, Compras, Veículos, Protocolo e Requisições.
9. Promover estudos para terceirização dos serviços de manutenção de hardware e de impressão.

10. Definir responsabilidades pelo controle de acesso de pessoas à instituição, ficando a área de TI responsável pelo suporte à terceirização do serviço.
11. Definir procedimentos e responsabilidades para a execução dos processos seletivos dos *campi*, ficando os setores de TI responsáveis pelo suporte.
12. Criar e implantar estrutura de *videoconferência* e *webconferência* que possibilitem a realização de reuniões, intercâmbio, treinamentos e capacitação e a disseminação.
13. Integrar o IFMT às políticas sociais, de inclusão de digital, envolvendo o descarte e reaproveitamento de materiais e equipamentos, além de proporcionar seus serviços com acessibilidade a todos, incluindo-se os portadores de necessidades especiais.

Estratégia II - Levantar, implementar e customizar sistemas pela própria equipe de TIC

Ações

1. Capacitar e/ou contratar equipe de desenvolvimento para atendimento às necessidades da Instituição, contemplando profissionais como a arquitetos de *softwares*, *web designers*, administradores de banco de dados, gerentes de projetos e desenvolvedores.
2. Levantar as necessidades e aquisição de ferramentas para apoio e *design* ao desenvolvimento.
3. Adquirir equipamentos e softwares para a execução de testes, evitando-se assim a utilização dos equipamentos em produção esse objetivo.
4. Padronizar (com capacitação) linguagem para desenvolvimento, ferramenta de gerenciamento de banco de dados e suporte dos sistemas adotados e garantir a compatibilidade com a implantação de acessibilidade nos softwares a serem desenvolvidos.

Estratégia III - Implantar Serviço de Mensageria Eletrônica e Serviços Web

Ações

1. Implantar serviço de mensageria próprio para o IFMT, garantindo a utilização de ferramentas de proteção como anti vírus, anti spyware, entre outros para que não haja contaminação da rede interna da Instituição.
2. Adquirir máquinas servidoras específicas para serviços *WEB* (sítio Institucional, *e-mail* e DNS (*Domain Name Service*), mas verificando novas tecnologias como serviços de virtualização, como forma de reduzir custos com maquinário e de minimizar o acúmulo de equipamentos no setor.
3. Adquirir máquina exclusiva para serviço de *firewall*, servindo de verificador de conteúdo para garantir a confiabilidade e segurança das informações trafegadas na rede interna.
4. Promover a acessibilidade a portadores de necessidades especiais através dos serviços *web*, seja ela qual for sua natureza para que haja a inclusão social em todos os seus sentidos.
5. Capacitar os servidores de TI em serviços *web* para implantação com segurança e garantir a integridade das informações tanto interna como externamente.

Estratégia IV - Implantar Segurança da Informação

Ações

1. Implantar políticas e serviços de segurança da informação.
2. Levantar demandas e adquirir *softwares*, tais como, licenças, sistemas operacionais, *firewalls*, filtros de conteúdos etc; tendo sempre em vista a possibilidade de se adotar *software* livre e o princípio da economicidade.
3. Adquirir equipamentos para redes com funções de seguranças (*switches* que integrem com os serviços de rádios etc.).
4. Adquirir equipamentos para redes sem fio com funções de rede *mesh* (ou rede em malha, é uma alternativa de protocolo ao padrão 802.11 para diretrizes de tráfego de dados e voz além das redes a cabo ou infra-estrutura

wireless) e/ou outros equipamentos que implementem tecnologia sem fio com segurança e proporcionem gerenciamento de tráfego com suporte à convergência dos serviços.

5. Implantar e administrar de pontos de acesso centralizados das redes lógicas para melhor controle das políticas de segurança.
6. Criar e implantar de sistema de trocas de certificados digitais interno e externo.
7. Criar e implementar VPNs e/ou VLANs com funções de segurança, com autenticação de usuários centralizada.
8. Adquirir de equipamentos e/ou implementar *softwares* para *backup* de todas as informações institucionais e também de configuração dos serviços.
9. Capacitar os servidores para serviços de implantação de segurança e para garantir a integridade das informações, tanto interna como externamente.

Estratégia V - Readequar e /ou Implantar Ambientação e Sistema de Fornecimento de Energia Elétrica e Refrigeração

Ações

1. Investir na rede elétrica de alimentação, com sistema e rede de alimentação especial, com vistas à garantia de confiabilidade.
2. Implantar sistemas adequados de aterramento, não só para a Tecnologia da Informação e Comunicação, mas também para suprir todas as necessidades dos *Campi*.
3. Implantar e/ou adequar o sistema de condicionamento de ar.
4. Adquirir mobiliário, materiais e equipamentos que atendam aos pré-requisitos de ergonomia e em quantidade suficiente.
5. Investir na segurança física das instalações do controle de acesso (equipamentos contra incêndio, portas com acesso por biometria, centrais de alarme etc.).
6. Definir os ambientes para trabalho das equipes de TI e definir ambientes para o maquinário de conectividade e máquinas servidoras em locais isolados com acesso restrito apenas ao pessoal autorizado.

7. Reestruturar a rede física, para novas tecnologias como forma de melhorar o desempenho e proporcionar ambiente próprio para convergência de serviços como vídeo conferências, voz sobre IP entre outros.
8. Adquirir *nobreaks* (sistemas responsáveis pelo fornecimento de energia condicionada para cargas críticas sem interrupções, mesmo durante uma falta no fornecimento de energia das concessionárias) baseados em banco de baterias e em grupos geradores.

Estratégia VI - Implantar sistemas de Telecomunicações

Ações

1. Implantar sistema de voz sobre IP (VoIP), deixando de usar sistemas analógicos e promover a convergência dos serviços e gerando economicidade para a Instituição.
2. Integrar os sistemas internos de telefonia às redes lógicas estruturadas.
3. Contratar de sistema de comunicação e/ou participar em projetos nacionais, como da Rede Nacional de Pesquisa para garantir a comunicação intra-*campi*, com banda adequada à transmissão de serviços de dados, voz, e imagem, inclusive participar de serviços já existentes disponibilizados para a convergência dos serviços.
4. Garantir serviços de telecomunicações para todos os *campi*.

Estratégia VII - Implantar e/ou Readequar as Estruturas de Redes Lógicas

Ações

1. Contratar recursos humanos voltados para a área de infra-estrutura como analistas de segurança da informação; analistas de suporte; técnico de suporte; analistas de telecomunicações e técnicos em telecomunicações.
2. Implantar e/ou readequar a estruturação da física tanto da Reitoria (*datacenter*) quanto nos *Campi*.
3. Definir projetos integrados de redes sem fio, criando zonas com *wifi* entre *campi* e dentro dos *campi*, de acordo com as possibilidades existentes.
4. Adquirir e/ou readequar as redes lógicas e, se técnica e economicamente viável, implantar sistemas em fibra óptica nos *campi* que apresentarem

dificuldades para transmissão de dados ou que não detenham redes lógicas estruturadas e/ou que tenham redes deficientes.

5. Adquirir equipamentos para medições de redes, possibilitando a certificação e garantia de qualidade na prestação do serviço de transmissão de dados.
6. Garantir redundância lógica dos *links* Reitoria - *Campi* e garantir o serviço para as redes internas dos *Campi*.
7. Implantar conectividade para os *campi* que ainda não tenham e também readequar aquelas que estão em funcionamento para que haja qualidade nos serviços.

Estratégia VIII - Padronizar as Comunicações

Ações

1. Implantar a criação e a padronização das páginas eletrônicas em níveis, que contemplem: a reitoria, *campi*, diretorias e departamentos educacionais, bem como os setores da administração, cujas informações sejam de interesse do público externo (os setores de licitações, por exemplo).
2. Garantir a divulgação eletrônica das informações de interesse público de forma descentralizada e também garantir a divulgação eletrônica do Portal da Transparência do Governo Federal, portais de periódicos como o da CAPES entre outros de interesse acadêmicos.
3. Implantar portal do aluno para divulgação das informações como suas notas, materiais de aula, agenda – para visitas técnicas, provas e trabalhos – e diversos outros serviços.
4. Implantar portal do professor para proporcionar maior flexibilidade ao docente na digitação das notas, lista de presença de suas turmas, disponibilização para os alunos dos materiais de apoio para as aulas e outros serviços levantados conforme a demanda da Instituição.
5. Implantar sistemas de *extranet* e *intranet* para divulgação das informações institucionais a sociedade e a comunidade escolar.
6. Fazer levantamento dos *softwares* para gerenciamento de projetos existentes no mercado e adquirir *softwares* para gerenciamento de projetos que atenda as necessidades e objetivos da Instituição.

7. Implantar sistema de ouvidoria eletrônica aberto à comunidade escolar e também à sociedade.

Estratégia IX - Adequar e implantar Padrões de Acessibilidade

Ações

1. Adequar-se ao prescreve a legislação e aos padrões governamentais de acessibilidade (e-ping, e-mag).
2. Promover a integração de *softwares* para ambiente *desktop* e sítios, dentro dos padrões sugeridos pela SETEC/MEC.
3. Promover a acessibilidade aos portadores de necessidades especiais tanto para servidores da Instituição, comunidade escolar e a sociedade em geral em seus sistemas acadêmicos, administrativos e em demais serviços.
4. Adquirir mobiliário adequado de trabalho para servidores da Instituição, englobando servidores que possuem necessidades especiais, seja ela de qualquer natureza.
5. Promover treinamento para o pessoal técnico e usuários para adequação aos padrões hoje existentes e também proporcionar treinamento de acessibilidade de *softwares*, *hardware* e atendimento aos usuários portadores de necessidades especiais, seja ela de qualquer natureza.

Estratégia X - Desenvolvimento do Marketing Institucional

Ações

1. Desenvolver ações de *marketing* direcionadas a preservar e a ampliar o reconhecimento desta Instituição e de sua marca, além de divulgar seus produtos e serviços na sociedade, incluindo a comunidade empresarial, através das Pró-Reitorias e setores responsáveis.
2. Proporcionar a divulgação dos eventos realizados pela Instituição para que haja participação da sociedade em geral, proporcionando ainda mais o fortalecimento da Instituição.

Estratégia XI - Padronização de Sistemas e Serviços de Dados Institucionais

Ações

1. Implantar sistemas principalmente com confiabilidade e segurança das informações.
2. Seguir as normas e padrões sugeridos pela SETEC/MEC.
3. Não terceirizar informações institucionais, incluindo não colocar terceiros para montagem e manipulação de informações da Instituição, segundo a legislação vigente em máquinas servidoras, manipulação das informações, protocolos da instituição entre outros serviços.
4. Implantar política de cliente-servidor em todos os *campi*, garantindo que todas informações institucionais sejam armazenadas em máquina servidora central e não mais nas máquinas clientes e preferencialmente, centralizar as informações na Reitoria, fazendo aplicação das políticas a serem formuladas.

Estratégia XII - Infra Estrutura para a Universidade Aberta do Brasil

Ações

- 9 Garantir o funcionamento da Universidade Aberta do Brasil, proporcionando implantação de infra-estrutura para máquinas servidoras e estações de trabalho para coordenadores, tutores e responsáveis pela Universidade.
- 10 Proporcionar rede elétrica e rede lógica para funcionamento com segurança e confiabilidade, tanto para servidores quando para maquinário.
- 11 Garantir redundância dos serviços para não haver interrupção do serviço.

Quadro 15 – Cronograma das Ações de TIC

ESTRATÉGIA	ANO				
	2010	2011	2012	2013	2014
Definir equipes, políticas, normatizações e levantamentos para implantação de sistemas	X	X	X	X	X
Levantar, implementar e customizar sistemas pela própria equipe de TIC		X	X	X	X
Implantar Serviço de Mensageria Eletrônica e Serviços Web	X	X	X	X	X
Implantar Segurança da Informação	X	X	X	X	X
Readequar e /ou Implantar Ambientação e Sistema de Fornecimento de Energia Elétrica e Refrigeração	X	X	X	X	X
Implantar sistemas de Telecomunicações	X	X	X	X	X
Implantar e/ou Readequar as Estruturas de Redes lógicas	X	X	X	X	X
Padronizar as Comunicações	X	X	X	X	X
Adequar e implantar Padrões e Acessibilidade	X	X	X	X	X
Desenvolvimento do Marketing Institucional	X	X	X	X	X
Padronização de Sistemas e Serviços de Dados Institucionais	X	X	X	X	X
Infra-estrutura para a Universidade Aberta do Brasil	X	X	X	X	X

CAPÍTULO IX

AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO INSTITUCIONAL

9.1 Importância da Avaliação Institucional

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, fundamenta-se na necessidade de promover a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e, especialmente, do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais. São princípios fundamentais do SINAES:

- Responsabilidade social com a qualidade da educação superior.
- Reconhecimento da diversidade do sistema.
- Respeito à identidade, à missão e à história das instituições.
- Globalidade, isto é, compreensão de que a instituição deve ser avaliada a partir de um conjunto significativo de indicadores de qualidade, vistos em sua relação orgânica e não de forma isolada.
- Continuidade do processo avaliativo.

O SINAES integra três modalidades principais de instrumentos de avaliação, aplicados em diferentes momentos:

1. Avaliação das Instituições de Educação Superior (AVALIES) – é o centro de referência e articulação do sistema de avaliação que se desenvolve em duas etapas principais:
 - a) Auto-avaliação – coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada Instituição de Ensino Superior;
 - b) avaliação externa – realizada por comissões designadas pelo INEP, segundo diretrizes estabelecidas pela Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior – CONAES.
2. Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG) – avalia os cursos de graduação por meio de instrumentos e procedimentos que incluem visitas *in loco* de comissões externas. A periodicidade desta avaliação depende diretamente

do processo de reconhecimento e renovação de reconhecimento a que os cursos estão sujeitos;

3. Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE) – aplica-se aos estudantes do final do primeiro e do último ano do curso, estando prevista a utilização de procedimentos amostrais. Anualmente, o Ministro da Educação, com base em indicação da CONAES, definirá as áreas que participarão do ENADE.

9.2 Auto-avaliação

A auto-avaliação constitui uma das etapas do processo avaliativo e institui um processo por meio do qual um curso ou instituição analisa internamente o que é e o que deseja ser, o que de fato realiza, como se organiza, administra e age, buscando sistematizar informações para analisá-las e interpretá-las com vistas à identificação de práticas de sucesso, bem como a percepção de omissões e equívocos, a fim de evitá-los no futuro.

Tem, como eixo central, dois objetivos, respeitadas as diferentes missões institucionais:

- avaliar a instituição como uma totalidade integrada que permite a auto-análise valorativa da coerência entre a missão e as políticas institucionais efetivamente realizadas, visando à melhoria da qualidade acadêmica e o desenvolvimento institucional;
- privilegiar o conceito da auto-avaliação e sua prática educativa para gerar, nos membros da comunidade acadêmica, autoconsciência de suas qualidades, problemas e desafios para o presente e o futuro, estabelecendo mecanismos institucionalizados e participativos para a sua realização.

Entende-se a auto-avaliação como um processo cíclico, criativo e renovador de análise e síntese das dimensões que definem a instituição. O seu caráter diagnóstico e formativo de auto-conhecimento deve permitir a re-análise das prioridades estabelecidas no Projeto Político Institucional e o engajamento da comunidade acadêmica na construção de novas alternativas e práticas.

Dentro desse contexto, é uma política institucional do IFMT desenvolver e consolidar o Projeto de Auto-avaliação institucional, considerando as diferentes

dimensões instituídas pelo SINAES e também pelo sistema de avaliação do IFMT em todos os níveis e modalidades de ensino, e do próprio PDI, colocando em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela instituição, com vistas ao cumprimento de sua missão, visando contribuir para a elevação da qualidade da educação ofertada e do seu alcance social.

Sendo assim, são objetivos da política de Avaliação Institucional:

- Desenvolver uma cultura de auto-avaliação no IFMT.
- Identificar as causas dos problemas e deficiências acadêmicas e administrativas apresentadas pelos *campi*.
- Analisar a gestão acadêmica do IFMT em termos da organização do Projeto Político Institucional, dos Projetos Pedagógicos dos Cursos e do Plano de Desenvolvimento Institucional.
- Tornar mais efetiva a vinculação do instituto com a comunidade local.
- Fortalecer as ações sociais promovidas pela instituição.
- Situar as ações de extensão e pesquisas desenvolvidas, em relação à sua inserção e relevância local, regional e nacional.
- Analisar dados da infra-estrutura física e de recursos tecnológicos, verificando a compatibilidade com as reais necessidades da instituição.
- Elaborar diagnóstico sobre os egressos da Instituição, em relação à sua formação acadêmica e à sua inserção profissional.
- Avaliar a política de atendimento aos alunos.
- Prestar contas à sociedade das ações e políticas propostas pelo Instituto, ao fim da validade de cada PDI.

O processo de avaliação do IFMT será construído de forma integrada e participativa, atendendo aos princípios da globalidade, continuidade, legitimidade e do respeito à identidade institucional, a fim de que se possam estimular os atores – docentes, técnico-administrativos e discentes – a estarem efetivamente participando. Sendo assim, o processo de sensibilização é fundamental por focar a avaliação como oportunidade de desenvolvimento pessoal e institucional.

Deverá haver uma Comissão Permanente de Avaliação (CPA) dos variados níveis de ensino, em cada *campus*, garantindo sua autonomia. À reitoria compete criar uma política para sistematizar as informações de todos os *campi* e conduzir as ações que lhe são pertinentes.

Quanto à metodologia, a comissão, sendo permanente, deverá promover a avaliação anualmente, devendo todos os *campi*, obrigatoriamente, realizar sua avaliação a partir de 2009. Quanto ao tipo de pesquisa a ser executada, sugere-se utilizar pesquisa quantitativa e qualitativa; exploratória, para identificar novos indicadores de avaliação; e intervencionista para provocar mudanças, quando necessário.

A auto-avaliação realizará uma retrospectiva crítica, configurando um diagnóstico para explicitação dos vários propósitos institucionais e assim realizar uma avaliação, através de uma abordagem qualitativa e quantitativa que utilize os instrumentos mais adequados para a coleta de dados. Concluído esse diagnóstico se construirá a base de dados necessários ao estabelecimento dos indicadores e variáveis específicas levando-se em consideração as dimensões estabelecidas pela Lei nº 10.861/2004, Artigo 3º.

A prática da auto-avaliação como processo permanente será instrumento de construção e/ou consolidação de uma cultura de avaliação da instituição, com a qual a comunidade interna se identifique e comprometa. O seu caráter formativo deve permitir o aperfeiçoamento tanto pessoal (dos docentes, discentes e corpo técnico-administrativo) quanto institucional, pelo fato de colocar todos os atores em um processo de reflexão e autoconsciência institucional.

Os resultados da auto-avaliação serão submetidos ao olhar externo de especialistas de áreas/cursos, de planejamento e de gestão da educação superior, na perspectiva de uma avaliação externa das propostas e das práticas desenvolvidas.

As ações de avaliação interna e externa devem ser realizadas de forma combinada e complementar, havendo em ambas plena liberdade de expressão e busca de rigor e de justiça. A instituição deve fazer um grande esforço para motivar a comunidade e para envolver vários setores da comunidade externa a participarem dos processos avaliativos. O exame “de fora para dentro” pode corrigir eventuais erros de percepção produzidos pela ação dos agentes internos, muitas vezes acostumados, acriticamente, às rotinas e, mesmo, aos interesses corporativos.

ANEXOS

I - PROJEÇÃO DE VAGAS A SEREM OFERTAS ANUALMENTE

II – EXPECTATIVA DE MATRÍCULAS

**III – ATA E LISTA DE PRESENÇA DO FÓRUM DE PLANEJAMENTO E
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**

ANEXO I

PROJEÇÃO DE VAGAS A SEREM OFERTADAS ANUALMENTE 2009 - 2014						
Campus Cuiabá - Octayde Jorge da Silva						
CURSO	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio						
Técnico em Agrimensura	—	120	120	120	120	120
Técnico em Edificações	—	60	60	60	60	60
Técnico em Edificações – PROEJA	30	60	60	60	60	60
Técnico em Eletrônica	—	35	35	35	60	60
Técnico em Eletrotécnica	—	35	35	35	35	35
Técnico em Eletrotécnica – PROEJA	30	60	60	60	60	60
Técnico em Refrigeração e Climatização – PROEJA	30	30	30	30	30	30
Técnico em Eventos	—	60	60	60	60	60
Técnico em Secretariado	—	60	60	60	60	60
Técnico em Telecomunicações	—	35	35	35	35	35
Cursos Técnicos Subseqüentes						
Técnico em Agrimensura	50	30	30	30	30	30
Técnico em Edificações	50	180	180	180	180	180
Técnico em Eletrônica	25	30	30	30	30	30
Técnico em Eletrotécnica	55	120	120	120	120	120
Técnico em Segurança do Trabalho	—	—	—	30	30	30
Técnico em Telecomunicações	55	30	30	30	30	30
Técnico em Manutenção e Suporte em Informática	25	50	50	50	50	50
Técnico em Guia de Turismo	70	60	60	60	60	60
Técnico em Secretariado	70	60	60	60	60	60
Cursos Superiores						
Tecnologia em Construção de Edifícios	—	60	60	60	60	60
Tecnologia em Controle de Obras	—	60	60	60	60	60
Tecnologia em Geoprocessamento	—	30	30	30	30	30
Tecnologia em Automação Industrial	35	70	70	70	70	70
Tecnologia em Redes de Computadores	—	50	50	50	50	50
Tecnologia em Sistemas para Internet	50	50	50	50	50	50
Tecnologia em Secretariado	—	—	60	60	60	60
Engenharia da Computação	—	—	—	50	50	50
Cursos de Especialização						
Especialização em Automação Agrícola	—	—	—	—	25	25
Especialização em Eficiência Energética	—	—	—	—	25	25
Especialização em Redes e Computação Distribuída	—	30	30	30	—	—
Especialização em Manutenção Industrial	—	—	—	—	25	25
Curso de Pós-graduação <i>Strictu Sensu</i>						
Mestrado em Engenharia de Automação	—	—	—	—	—	25
Mestrado em Engenharia da Computação	—	—	—	—	—	25
Outros Cursos						
FIC – Construção Civil	—	—	—	—	—	—
Total Cuiabá – Octayde Jorge da Silva	575	1465	1525	1605	1675	1725

Campus São Vicente						
CURSO	2009	2010	2011	2012	2013	2014
São Vicente (Sede)						
Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio						
Técnico em Agropecuária	140	140	140	140	140	140
Técnico em Agropecuária - Proeja	40	—	—	—	—	—
Cursos Superiores						
Tecnologia em Alimentos	35	35	35	35	35	35
Bacharelado em Zootecnia	70	35	35	35	35	35
Bacharelado em Agronomia	70	—	—	—	—	—
Cursos de Especialização						
Educação do campo: Saberes e fazeres da terra	139	—	—	—	—	—
Total São Vicente (Sede)	494	210	210	210	210	210
Núcleo Avançado de Campo Verde						
Cursos Técnicos Subseqüentes						
Técnico em Informática	70	70	70	70	70	70
Técnico em Alimentos	35	35	35	35	35	35
Cursos Superiores						
Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	35	35	35	35	35	35
Bacharelado em Agronomia	—	40	40	40	40	40
Cursos de Especialização						
Gestão e manejo da cultura do algodão	45	45	45	45	45	45
Gestão e manejo da cultura do algodão	45	45	45	45	45	45
Fitotecnia: milho	—	—	45	45	45	45
Controle de qualidade e segurança alimentar	—	—	45	45	45	45
Manejo, água e solo	—	—	—	45	45	45
Plantio direto	—	—	—	45	45	45
Processamento de alimentos	—	—	—	45	45	45
Máquinas e instrumentação agrícola	—	—	—	—	45	45
Docência no ensino superior	—	—	45	45	45	45
A educação a distância e a aprendizagem virtual	—	—	45	45	45	45
Curso de Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i>						
Mestrado em Fitotecnia	—	—	—	—	45	45
Mestrado em Ciência e tecnologia em alimentos	—	—	—	—	45	45
Total do Núcleo Avançado Campo Verde	230	270	450	585	720	720
Núcleo Avançado de Jaciara						
Cursos Superiores						
Licenciatura em Educação no campo	—	70	70	70	70	70
Licenciatura em Ciências	—	70	70	70	70	70
Cursos de Especialização						
Educação do campo	—	180	180	180	180	180
Educação profissional	—	50	50	50	50	50
Total Núcleo Avançado Jaciara	0	370	370	370	370	370
Extensão de Barão de Melgaço						
Técnico Subseqüente em recursos pesqueiros	—	35	35	35	35	35
Curso Superior de Tecnologia em pescado	—	—	35	35	35	35
Total Barão de Melgaço	0	35	70	70	70	70
Total São Vicente	724	885	1100	1235	1370	1370

Campus Cáceres						
CURSO	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio						
Técnico em Agropecuária	80	80	80	80	80	80
Técnico em Desenvolvimento de Sistemas	40	40	40	40	40	40
Técnico em Agroindústria - PROEJA	40	40	40	40	40	40
Técnico em Aqüicultura e Pesca - PROEJA	—	40	40	40	40	40
Técnico em Sistema de Informação - PROEJA	—	—	—	—	—	—
Cursos Técnicos Subseqüentes						
Técnico em Agropecuária	40	40	40	40	40	40
Técnico em Agropecuária (Extensão)	—	40	40	40	40	40
Técnico em Agricultura	40	40	40	40	40	40
Técnico em Agroindústria	40	40	40	40	40	40
Técnico em Agroindústria (Extensão)	—	40	40	40	40	40
Técnico em Florestas	40	40	40	40	40	40
Técnico em Zootecnia	40	40	40	40	40	40
Técnico em Rede de Computadores	40	40	40	40	40	40
Cursos Superiores						
Tecnologia em Biocombustíveis	—	40	40	40	40	40
Tecnologia em Sistemas para Internet	—	—	40	40	40	40
Engenharia Florestal	—	40	40	40	40	40
Licenciatura em Ciências Agrárias	—	—	40	40	40	40
Medicina Veterinária	—	—	—	40	40	40
Cursos de Especialização						
Formação de Professores para a EPT	—	—	40	40	40	40
Formação de Professores em PROEJA	—	—	40	40	40	40
Total Cáceres	400	520	760	800	800	800

Campus Bela Vista						
CURSO	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio						
Técnico em Meio Ambiente	70	70	70	70	70	70
Técnico em Química	50	50	50	50	50	50
Técnico em Alimentos modalidade PROEJA	—	70	70	70	70	70
Cursos Técnicos Subseqüentes						
Técnico em Alimentos	50	50	50	50	50	50
Técnico em Química	50	50	50	50	50	50
Cursos Superiores						
Tecnologia em Gestão Ambiental	50	50	50	50	50	50
Engenharia de Alimentos	—	70	70	70	70	70
Engenharia Ambiental	—	—	70	70	70	70
Licenciatura em Ciências da Natureza (QUI/BIO)	—	60	60	60	60	60
Cursos de Especialização						
Especialização em Química	—	35	35	35	35	35
Especialização em Meio Ambiente	—	35	35	35	35	35
Total Cuiabá - Bela Vista	270	540	610	610	610	610

Campus Pontes e Lacerda						
CURSO	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio						
Técnico em Química	60	30	30	30	30	30
Técnico em Informática	60	90	90	90	90	90
Técnico em Secretariado	60	60	60	60	60	60
Técnico em Edificações: Modalidade PROEJA	65	60	60	60	60	60
Cursos Técnicos Subseqüentes						
Técnico em Edificações	60	60	60	60	60	60
Técnico em Secretariado	60	60	—	—	—	—
Técnico em Segurança do Trabalho	—	—	60	60	60	60
Cursos Superiores						
Engenharia Mecânica	—	—	—	—	—	30
Tecnologia em Redes de Computadores	—	—	—	—	30	30
Tecnologia em Gestão Comercial	—	—	30	30	30	30
Licenciatura Plena em Física	30	30	30	30	30	30
Cursos de Especialização						
Formação de Professores em PROEJA	50	—	—	—	—	—
Núcleo Avançado de Jauru						
Cursos Técnicos Subseqüentes						
Técnico em Eletrotécnica	30	30	30	—	—	—
Total Pontes e Lacerda	475	420	450	420	450	480

Campus Campo Novo do Parecis						
CURSO	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio						
Técnico em Agropecuária	140	140	140	140	140	140
Técnico em Comércio – PROEJA	—	35	35	35	35	35
Cursos Técnicos Subseqüentes						
Técnico em Secagem e Armazenagem de Grãos	—	—	—	—	35	35
Técnico em Segurança de Trabalho - Subseqüente	—	—	—	—	35	35
Cursos Superiores						
Tecnologia em Agroindústria	35	35	35	35	35	35
Tecnologia em Gestão Ambiental	—	—	35	35	35	35
Licenciatura em Matemática	35	35	35	35	35	35
Licenciatura em Química	—	—	—	—	35	35
Bacharelado em Agronomia	70	70	70	70	70	70
Medicina Veterinária	—	—	—	—	—	70
Cursos de Especialização						
Didática do Ensino Superior	—	50	50	50	50	50
Processamento de Carnes	—	—	—	50	50	50
Outros Cursos						
FIC em Operação e Manutenção de Máquinas	—	—	35	35	35	35
FIC em Construção Civil Rural	—	—	35	35	35	35
FIC em Classificação de Grãos	—	—	—	35	35	35
FIC em Segurança Alimentar	—	—	—	35	35	35
Curso de extensão em Matemática Básica	—	30	30	30	30	30
Curso de extensão em Inglês Instrumental	—	30	30	30	30	30
Curso de extensão em Plantas Medicinais	—	30	30	30	30	30
Curso de extensão em Metodologia do Ensino de Ciências	—	30	30	30	30	30
Total Campo Novo do Parecis	280	485	590	745	815	885

Campus Juína						
CURSO	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio						
Técnico em Agroecologia	—	—	—	35	35	35
Técnico em Agroecologia - PROEJA	—	—	—	35	35	35
Técnico em Agropecuária	—	70	70	70	70	70
Técnico em Agropecuária – PROEJA	—	35	35	35	35	35
Técnico em Cooperativismo	—	—	70	70	70	70
Técnico em Meio Ambiente	—	70	70	70	70	70
Cursos Superiores						
Tecnologia em Agrimensura	—	40	40	40	40	40
Tecnologia em Agronegócio	—	40	40	40	40	40
Bacharelado em Zootecnia	—	—	80	80	80	80
Engenharia Agrícola	—	—	—	—	80	80
Licenciatura Plena em Matemática	—	40	40	40	40	40
Licenciatura Plena em Ciências Biológicas	—	—	—	80	80	80
Cursos de Especialização						
Didática e Metodologias de Ensino	—	100	100	—	100	—
Total Juína	0	395	545	595	775	675

Campus Confresa						
CURSO	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio						
Técnico em Agropecuária	—	120	120	120	120	120
Técnico em alimentos	—	80	80	80	80	80
Técnico em alimentos - PROEJA	—	40	40	40	40	40
Cursos Superiores						
Licenciatura em Ciência da Natureza e Matemática – Habilitação em Biologia	—	35	35	35	35	35
Licenciatura em Ciência da Natureza e Matemática – Habilitação em Química	—	35	35	35	35	35
Licenciatura em Ciência da Natureza e Matemática – Habilitação em Física	—	35	35	35	35	35
Licenciatura em Ciências Agrícolas	—	35	35	35	35	35
Bacharelado em Agronomia	—	80	80	80	80	80
Total Confresa	0	460	460	460	460	460

Campus Barra do Garças						
CURSO	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio						
Técnico em Informática	—	40	40	40	40	40
Técnico Agropecuária	—	40	40	40	40	40
Cursos Técnicos Subseqüentes						
Técnico em Controle Ambiental	—	—	40	40	40	40
Técnico em Guia de Turismo	—	40	80	80	80	80
Técnico em Informática	—	40	80	80	80	80
Técnico em Serviço de Restaurante e Bar	—	40	80	80	80	80
Cursos Superiores						
Tecnologia em Agronegócio	—	—	40	40	40	40
Tecnologia em Gestão Ambiental	—	—	40	40	40	40
Tecnologia em Gestão de Tecnologia da informação	—	40	40	40	40	40
Licenciatura em Ciências Agrícolas	—	—	40	40	40	40
Total Barra do Garças	0	240	520	520	520	520

Campus Rondonópolis						
CURSO	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio						
Técnico em Alimentos	—	70	35	35	35	35
Técnico em Química	—	70	35	35	35	35
Técnico em Informática	—	70	35	35	35	35
Técnico em Secretariado	—	70	35	35	35	35
Técnico em Secretariado - PROEJA	—	70	35	35	35	35
Cursos Técnicos Subseqüentes						
Técnico em Alimentos	—	—	—	—	70	70
Técnico em Química	—	—	—	—	70	70
Técnico em Secretariado	—	—	—	—	70	70
Técnico em Informática	—	—	70	70	70	70
Cursos Superiores						
Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	—	—	70	70	70	70
Tecnologia em Agroindústria	—	—	—	—	70	70
Tecnologia em Gestão Ambiental	—	—	—	—	—	70
Licenciatura Plena em Química	—	—	—	—	—	70
Licenciatura Plena em Biologia	—	—	—	—	—	70
Total Rondonópolis	0	350	315	315	595	805

EaD – Universidade Aberta do Brasil						
CURSO	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Cursos Superiores						
Tecnologia em Sistema para Internet	250	500	—	—	—	—
Licenciatura em Química	200	400	—	—	—	—
Licenciatura em Ciências Sociais	—	400	400	400	400	400
Licenciatura em Ciências da natureza e matemática	—	100	500	500	500	500
Total Nível Superior	450	1400	900	900	900	900
Cursos de Especialização						
Educação, com ênfase em Educação a distância.	—	200	200	200	200	200
Gestão Ambiental	—	200	200	200	200	200
Total Lato Sensu	0	400	400	400	400	400
Cursos de Extensão						
Capacitação para Secretários de Pólos e Coordenadores.	30	30	30	30	30	30
Capacitação de Tutores à Distância	180	200	200	200	200	200
Capacitação para Professores autores de materiais didáticos em EaD	50	50	50	50	50	50
Redação Comercial e Oficial	50	50	50	50	50	50
Total Extensão	310	330	330	330	330	330
Total EaD - UAB	760	2130	1630	1630	1630	1630

TOTAL GERAL DO IFMT						
	2009	2010	2011	2012	2013	2014
TOTAL GERAL DO IFMT	3484	7925	8460	8820	9585	9845

ANEXO II

EXPECTATIVA DE MATRÍCULAS 2009 – 2010						
Campus Cuiabá - Octayde Jorge da Silva						
CURSO	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio						
Técnico em Agrimensura	—	120	240	360	480	480
Técnico em Edificações	—	60	120	180	240	240
Técnico em Edificações – PROEJA	140	200	234	266	241	241
Técnico em Eletrônica	38	73	108	143	165	190
Técnico em Eletrotécnica	—	35	70	105	140	140
Técnico em Eletrotécnica – PROEJA	110	170	207	249	241	241
Técnico em Refrigeração e Climatização – PROEJA	106	136	147	151	121	121
Técnico em Eventos	—	60	120	180	180	180
Técnico em Secretariado	202	201	191	181	181	181
Técnico em Telecomunicações	—	35	70	105	140	140
Técnico em Guia de Turismo Regional - Integrado	119	70	—	—	—	—
Técnico em Informática – Integrado	63	—	—	—	—	—
Cursos Técnicos Subseqüentes						
Técnico em Eletrônica	163	160	158	98	98	98
Técnico em Eletrotécnica	331	419	386	387	387	387
Técnico em Manutenção e Suporte em Informática	50	100	100	100	100	100
Técnico em Geomensura	54	—	—	—	—	—
Técnico em Edificações	184	328	418	458	458	458
Técnico em Agrimensura	98	128	60	60	60	60
Técnico em Segurança do Trabalho	—	—	—	30	60	60
Técnico em Telecomunicações	250	232	191	72	72	72
Técnico em Guia de Turismo	126	186	119	119	119	119
Técnico em Guia de Turismo Regional	53	—	—	—	—	—
Técnico em Secretariado	266	251	142	142	142	142
Cursos Superiores						
Tecnologia em Construção de Edifícios	—	60	120	180	240	240
Tecnologia em Controle de Obras	138	198	258	270	270	270
Tecnologia em Geoprocessamento	—	30	60	90	120	120
Tecnologia em Automação Industrial	124	194	255	315	302	302
Tecnologia em Redes de Computadores	121	159	176	151	151	151
Tecnologia em Sistemas para Internet	133	168	184	156	131	131
Tecnologia em Secretariado	—	—	60	120	180	180
Bacharelado em Engenharia da Computação	—	—	—	50	100	150
Cursos de Especialização						
Redes e Computação Distribuída	30	30	30	30		
Automação Agrícola	—	—	—	—	25	50
Eficiência Energética	—	—	—	—	25	50
Manutenção Industrial	—	—	—	—	25	50
Educação de Jovens e Adultos	55	—	—	—	—	—
Curso de Pós-graduação <i>Strictu Sensu</i>						
Mestrado em Engenharia da Computação	—	—	—	—	—	25
Mestrado em Engenharia de Automação	—	—	—	—	—	25
Outros Cursos						
FIC – Construção Civil	30	30	30	30	—	—
Total Cuiabá – Octayde Jorge da Silva	2984	3833	4254	4778	5194	5394

Campus São Vicente						
CURSO	2009	2010	2011	2012	2013	2014
São Vicente (Sede)						
Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio						
Técnico em Agropecuária	345	420	420	420	420	420
Técnico em Agropecuária – Proeja	40	—	—	—	—	—
Cursos Superiores						
Tecnologia em Alimentos	105	105	105	105	105	105
Bacharelado em Zootecnia	105	140	175	175	175	175
Bacharelado em Agronomia	105	105	105	105	75	35
Cursos de Especialização						
Educação do campo: Saberes e fazeres da terra	139	—	—	—	—	—
Total São Vicente (Sede)	839	770	805	805	775	735
Núcleo Avançado de Campo Verde						
Cursos Técnicos Subseqüentes						
Técnico em Informática	105	140	140	140	140	140
Técnico em Alimentos	35	70	70	70	70	70
Cursos Superiores						
Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	70	105	105	105	105	105
Bacharelado em Agronomia	—	40	80	120	160	200
Cursos de Especialização						
Gestão e manejo da cultura do algodão	45	45	45	45	45	45
Gestão e manejo da cultura do algodão	45	45	45	45	45	45
Fitotecnia-milho	—	—	45	45	45	45
Controle de qualidade e segurança alimentar	—	—	45	45	45	45
Manejo, água e solo	—	—	—	45	45	45
Plantio direto	—	—	—	45	45	45
Processamento de alimentos	—	—	—	45	45	45
Máquinas e instrumentação agrícola	—	—	—	—	45	45
Docência no ensino superior	—	—	45	45	45	45
A educação a distância e a aprendizagem virtual	—	—	45	45	45	45
Curso de Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i>						
Fitotecnia	—	—	—	—	45	45
Ciência e tecnologia em alimentos	—	—	—	—	45	45
Total do Núcleo Avançado Campo Verde	300	445	665	840	1015	1055
Núcleo Avançado de Jaciara						
Cursos Superiores						
Licenciatura em Educação do Campo	—	70	140	210	280	280
Licenciatura em Ciências	—	70	140	210	280	280
Total		140	280	420	560	560
Cursos de Especialização						
Educação do campo	—	160	180	180	180	180
Educação profissional	—	50	50	50	50	50
Total		230	230	230	230	230
Total Núcleo Avançado Jaciara		370	510	650	790	790
Extensão de Barão de Melgaço						
Técnico em Recursos Pesqueiros	—	35	70	70	70	70
Tecnologia em Pescado	—	—	35	70	105	105
Total Extensão de Barão de Melgaço		35	105	140	175	175
Total Geral São Vicente	1139	1620	2085	2435	2755	2755

Campus Cáceres						
CURSO	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio						
Técnico em Agropecuária	286	332	318	320	320	320
Técnico em Desenvolvimento de Sistemas	80	105	120	122	122	122
Técnico em Sistema de Informação - PROEJA	37	26	—	—	—	—
Técnico em Aqüicultura e Pesca - PROEJA	—	40	80	120	120	120
Técnico em Agroindústria Integrado - PROEJA	40	80	120	120	120	120
Cursos Técnicos Subseqüentes						
Técnico em Agropecuária	40	80	80	80	80	80
Técnico em Agropecuária (Extensão)	—	40	80	120	120	120
Técnico em Agricultura	64	80	80	80	80	80
Técnico em Agroindústria	63	80	80	80	80	80
Técnico em Agroindústria (Extensão)	—	40	80	120	120	120
Técnico em Florestas	75	80	80	80	80	80
Técnico em Zootecnia	79	80	80	80	80	80
Técnico em Rede de Computadores	68	80	80	80	80	80
Cursos Superiores						
Tecnologia em Biocombustível	—	40	80	120	120	120
Tecnologia em Sistemas de Internet	—	—	40	80	120	120
Engenharia Florestal	—	40	80	120	160	160
Licenciatura em Ciências Agrárias	—	—	40	80	120	160
Medicina Veterinária	—	—	—	40	80	120
Cursos de Especialização						
Formação de Professores em PROEJA	—	—	40	40	40	40
Formação para Professores para a EPT	—	40	40	40	40	40
Total Cáceres	832	1263	1598	1922	2082	2162

Campus Cuiabá – Bela Vista						
CURSO	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio						
Técnico Integrado em Química	—	50	100	150	200	200
Técnico Integrado em Meio Ambiente	213	283	283	283	283	283
PROEJA em Alimentos	—	70	140	210	210	210
Cursos Técnicos Subseqüentes						
Técnico em Alimentos	155	160	160	160	160	160
Técnico em Química	193	223	223	223	223	223
Cursos Superiores						
Tecnologia em Gestão Ambiental	150	200	200	200	200	200
Engenharia de Alimentos	—	70	140	210	280	350
Engenharia Ambiental	—	—	70	140	210	280
Licenciatura em Ciências da Natureza (QUI/BIO)	—	60	120	180	240	240
Cursos de Especialização						
Química	—	35	70	70	70	70
Meio Ambiente	—	35	70	70	70	70
Total Cuiabá – Bela Vista	711	1186	1576	1896	2146	2286

Campus Pontes e Lacerda						
CURSO	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio						
Técnico em Química	60	90	120	150	150	150
Técnico em Informática	60	150	240	270	270	270
Técnico em Secretariado	60	120	180	180	180	180
Técnico em Edificações - PROEJA	65	125	185	180	180	180
Cursos Técnicos Subseqüentes						
Técnico em Edificações	60	120	120	120	120	120
Técnico em Secretariado	60	120	60	30	—	—
Técnico em Segurança do Trabalho	—	—	60	120	120	120
Cursos Superiores						
Engenharia Mecânica	—	—	—	—	—	30
Tecnologia em Redes de Computadores	—	—	—	—	30	60
Tecnologia em Gestão Comercial	—	—	30	60	60	60
Licenciatura em Física	30	60	90	120	120	120
Cursos de Especialização						
Formação de Professores em PROEJA	50	—	—	—	—	—
Núcleo Avançado de Jauru						
Cursos Técnicos Subseqüentes						
Técnico em Eletrotécnica	30	60	90	60	30	—
Total Pontes e Lacerda	475	845	1175	1290	1260	1290

Campus Campo Novo do Parecis						
CURSO	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio						
Técnico em Agropecuária	140	280	420	420	420	420
Técnico em Comércio - PROEJA	—	35	70	105	105	105
Cursos Técnicos Subseqüentes						
Técnico em Secagem e Armazenagem de Grãos - Subseqüente	—	—	—	35	70	70
Técnico em Segurança de Trabalho - Subseqüente	—	—	—	—	35	70
Cursos Superiores						
Tecnologia em Agroindústria	35	70	105	105	105	105
Tecnologia em Gestão Ambiental	—	—	35	70	70	70
Licenciatura em Matemática	70	105	140	175	140	140
Licenciatura em Química	—	—	—	—	35	70
Bacharelado em Agronomia	70	140	210	280	350	350
Medicina Veterinária	—	—	—	—	—	70
Cursos de Especialização						
Didática do Ensino Superior	—	50	100	100	100	100
Processamento de Carnes	—	—	—	50	100	100
Outros Cursos						
FIC em Construção Civil Rural	—	—	35	35	35	35
FIC em Operação e Manutenção de Máquinas	—	—	35	35	35	35
FIC em Classificação de Grãos	—	—	—	35	35	35
FIC em Segurança Alimentar	—	—	—	35	35	35
Curso de extensão em Matemática Básica	—	30	30	30	30	30
Curso de extensão em Inglês Instrumental	—	30	30	30	30	30
Curso de extensão em Plantas Medicinais	—	30	30	30	30	30
Curso de extensão em Metodologia do Ensino de Ciências	—	30	30	30	30	30
Total Campo Novo do Parecis	315	800	1270	1600	1790	1930

Campus Juína						
CURSO	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio						
Técnico em Agroecologia	—	—	—	35	79	105
Técnico em Agroecologia - PROEJA	—	—	—	35	70	105
Técnico em Agropecuária	—	70	140	210	210	210
Técnico em Agropecuária – PROEJA	—	35	70	105	105	105
Técnico em Cooperativismo	—	—	70	140	210	210
Técnico em Meio Ambiente	—	70	140	210	210	210
Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio						
Tecnologia em Agrimensura	—	40	80	120	120	120
Tecnologia em Agronegócio	—	40	80	120	120	120
Bacharelado em Zootecnia	—	—	80	160	320	320
Engenharia Agrícola	—	—	—	—	80	160
Licenciatura Plena em Matemática	—	40	80	120	120	120
Licenciatura Plena em Ciências Biológicas	—	—	—	80	160	320
Cursos de Especialização						
Didática e Metodologias de Ensino	—	100	100	—	100	—
Total Juína		395	840	1335	1895	2105

Campus Confresa						
CURSO	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio						
Técnico em Agropecuária	—	120	240	480	480	480
Técnico em alimentos	—	80	160	240	240	240
Técnico em alimentos - PROEJA	—	40	80	120	160	160
Cursos Superiores						
Licenciatura em Ciência da Natureza e Matemática – Habilitação em Biologia	—	35	70	105	140	140
Licenciatura em Ciência da Natureza e Matemática – Habilitação em Química	—	35	70	105	140	140
Licenciatura em Ciência da Natureza e Matemática – Habilitação em Física	—	35	70	105	140	140
Licenciatura em Ciências Agrícolas	—	35	70	105	140	140
Bacharelado em Agronomia	—	80	160	240	320	320
Total Confresa		460	920	1500	1760	1760

Campus Barra do Garças						
CURSO	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio						
Ensino Médio Integrado em Agropecuária	—	40	80	120	120	120
Ensino Médio Integrado em Informática	—	40	80	120	120	160
Cursos Técnicos Subseqüentes						
Técnico em Controle Ambiental	—	—	40	80	120	120
Técnico em Guia de Turismo	—	40	120	240	240	240
Técnico em Serviço de Restaurante e Bar	—	40	120	240	120	120
Técnico em Informática	—	40	120	160	120	160
Cursos Superiores						
Tecnologia em Agronegócio	—	—	40	80	120	120
Tecnologia em Gestão Ambiental	—	—	40	80	120	120
Tecnologia em Gestão de Tecnologia da informação	—	40	80	120	120	120
Licenciatura em Ciências Agrícolas	—	—	40	80	120	160
Total Barra do Garças		240	760	1320	1320	1440

Campus Rondonópolis						
CURSO	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio						
Técnico em Alimentos	—	70	105	105	105	105
Técnico em Química	—	70	105	105	105	105
Técnico em Informática	—	70	105	105	105	105
Técnico em Secretariado	—	70	105	105	105	105
Técnico em Secretariado - PROEJA	—	70	105	105	105	105
Cursos Técnicos Subseqüentes						
Técnico em Alimentos	—	35	70	70	70	70
Técnico em Química	—	—	—	70	70	70
Técnico em Secretariado	—	35	70	70	70	70
Técnico em Informática	—	35	70	70	70	70
Cursos Superiores						
Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	—	70	70	70	70	70
Tecnologia em Agroindústria	—	—	70	70	70	70
Tecnologia em Gestão Ambiental	—	—	—	—	—	70
Licenciatura em Química	—	—	—	—	—	70
Licenciatura em Biologia	—	—	—	—	—	70
Total Rondonópolis		350	630	805	945	1155

EaD - Universidade Aberta do Brasil						
CURSO	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Cursos Superiores						
Licenciatura em Química	465	765	665	515	315	155
Tecnologia em Sistema para Internet	498	898	648	398	348	258
Licenciatura em Ciências sociais.	—	400	800	1200	1200	1200
Licenciatura em Ciências da natureza e matemática	—	100	600	900	1100	1200
Cursos de Especialização						
Educação, com ênfase em Educação à distância.	—	200	400	600	700	800
Gestão Ambiental	—	200	400	600	700	800
Cursos de Extensão						
Capacitação para Secretários de Pólos e Coordenadores.	30	30	30	30	30	30
Capacitação de Tutores à Distância	180	200	200	200	200	200
Capacitação para Professores autores de materiais didáticos em EaD	50	50	50	50	50	50
Redação Comercial e Oficial	50	50	50	50	50	50
Total	1273	2893	3843	4543	4693	4743

TOTAL GERAL DO IFMT						
	2009	2010	2011	2012	2013	2014
TOTAL GERAL DO IFMT	7729	13920	19021	23459	25805	26915



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
REITORIA**

**Ata de Reunião do 1º Fórum Geral de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
Data: 26/06/2009**

Aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e nove, às nove horas, no auditório do SENAI, sito à Avenida XI de Novembro, 303, bairro Porto na cidade de Cuiabá, estado de Mato Grosso, reuniu-se a comunidade escolar do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), com representantes de seus 10 (dez) Campi para discussão e aprovação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Estatuto do IFMT, conforme convite enviado no dia 16 de junho de 2009 a todos os campi. Para abertura dos trabalhos, foram entregues os materiais: Estatuto a ser discutido e o Plano de Desenvolvimento Institucional. Fizeram parte da mesa oficial de abertura: o Reitor do IFMT, Professor José Bispo Barbosa, o Diretor da ex-autarquia, CEFET-MT, Professor Ali Veggi Atala, o Diretor da ex-autarquia, CEFET Cuiabá, Professor Leone Covari, o Diretor da ex-autarquia, Escola Agrotécnica Federal de Cáceres, Professor Olegário Baldo, o Deputado Federal Professor Eliene José de Lima, o representante da Prefeitura de Campo Verde, Professor Josias Conceição da Silva, o prefeito de Campo Novo do Parecis, Mauro Berft, o Prefeito de Jaciara, Max Joel Russi, a representante da Secretaria Estadual de Educação – SEDUC, Ema Marta Dunck Cintra, o Assessor da Reitoria, Professor Degmar dos Anjos, como Presidente da Comissão do PDI e o Diretor da Gestão da Tecnologia da Informação, Professor Rupert Carlos Toledo Pereira, como Presidente da Comissão do Estatuto. Os trabalhos foram iniciados com a exposição do que foi feito durante o processo da elaboração do PDI. Logo após ocorreu a apresentação da banda Mestre Albertino, no momento cultural, a composição da mesa e a apresentação do Hino Nacional Brasileiro. Dando prosseguimento, o Reitor do IFMT fez a abertura oficial do Fórum. Foi dada a palavra para a representante da SEDUC, Ema Marta, que expôs a implantação do Brasil Profissionalizado na rede estadual de educação e que vai estar em parceria com o IFMT, pedindo auxílio na implantação, além de parabenizar o processo da “ifetização” e salientou a necessidade do estado na qualificação profissional. Logo após, a palavra foi dada ao Prefeito de Jaciara, Max Joel Russi, que além de cumprimentar a todos, colocou o município de Jaciara como parceiro do IFMT. Prosseguindo, teve a palavra o prefeito de Campo Novo do Parecis, Mauro Berft, que além de cumprimentar a todos, expôs a importância do Instituto no estado e qualificação e conhecimento da população e colocou que a prefeitura está dando apoio ao campus de sua cidade e que os demais prefeitos deveriam fazer o mesmo. Teve a palavra o representante da prefeitura de Campo Verde que também expôs a parceria entre o IFMT e a prefeitura de Campo Verde e fez seus agradecimentos ao governo federal pela sua ação em possibilitar a extensão do ensino profissional e tecnológico a todos os municípios. Em seguida, teve a palavra o Professor Eliene Lima, deputado federal, que após cumprimentar a todos, salientou a importância do PDI e parabenizou a visão do Presidente da República e o Ministro da Educação na expansão da Rede Profissional e Tecnológica e expôs que a meta é chegar até o final do mandato do Presidente Lula a

400 (quatrocentas) escolas, além de parabenizar a todos pela presença para a criação do PDI. Após a fala do Deputado Eliene, teve a palavra o Reitor do IFMT, que em seu discurso, expôs o histórico da união das 3 (três autarquias – CEFET-MT, CEFET Cuiabá e Escola Agrotécnica Federal de Cáceres), apresentou as ações do governo federal e a contribuição que o Instituto terá dentro do estado. Dando prosseguimento nos trabalhos, a mesa oficial foi desfeita para que fosse composta a mesa dos trabalhos do PDI. Foram chamados a mesa: Pró-Reitor de Ensino, Professor Willian de Paula Silva, o Pró-Reitor de Pesquisa, Professor Adriano Beunig, o Pró-Reitor de Extensão, Professor João Vicente, o diretor de gestão da Tecnologia da Informação, Professor Rupert Carlos Toledo Pereira, o assessor da Reitora, Professor Degmar dos Anjos, o Pró-Reitor de Administração, Professor Josias Coringa, o diretor de Pesquisa, Professor Ademir Conte, a Coordenadora Pedagógica, Silvia Maria dos Santos Stering, onde, primeiramente foram apresentadas todas as pessoas que compuseram a Comissão do PDI, além de expor como foram feitos os trabalhos, todos expostos pelo presidente da Comissão, Professor Degmar dos Anjos. Ficou definido que seriam exposto primeiro o PDI para posterior debate, tendo sua exposição feita na seguinte ordem: Processo de Elaboração, Composição do Documento, Histórico, Perfil Institucional, Objetivos e Missão pelo professor Degmar dos Anjos; Ensino pelo professor Willian de Paula; Pós Graduação pelo Professor Adriano Beunig; EAD pela Coordenadora Pedagógica, Silvia Maria dos Santos Stering; Pesquisa, pelo Professor Ademir Conte, Extensão pelo Professor João Vicente, Gestão Institucional pelo Professor Josias Coringa; Tecnologia de Informação e Comunicação pelo Professor Rupert Carlos Toledo Pereira e Avaliação Institucional pelo Professor Degmar dos Anjos. Aberto discussão para a comunidade, o primeiro a se inscrever foi o servidor Reinaldo do Campus São Vicente, que questionou as informações do PDI e também expôs sua preocupação com a qualificação dos técnicos administrativos. Como resposta da comissão, já estavam sendo revisados os dados do PDI pelos diretores de seus campi. A servidora Vera, de Pontes e Lacerda, mostrou-se preocupada com a biblioteca e expôs a necessidade da mudança da estrutura e política e também expôs que a inclusão está muito tímida dentro do PDI. A comissão colocou a servidora que enviasse diretamente para o presidente da comissão como deveria ficar a estrutura dentro do PDI para que seja alterada. Os professores Marilaine e Gilson colocaram mudanças a serem colocadas na missão do PDI (incluir o mundo do trabalho e colocar Educar para a Vida) e a comissão para que redigissem a forma que deveria ficar para que fosse votada no período vespertino. Além de expor a mudança da missão, o professor Gilson colocou sua preocupação em caminhar com as próprias pernas, fazendo a integração das partes e colocar as diretrizes e a comissão expôs que esta parte deverá estar exposta dentro do Regimento e não dentro do PDI. O Professor Figueiredo, do Campus Cuiabá, expôs a necessidade de se fazer as políticas de ingresso e colocou a necessidade de se especificar no PDI a questão do gênero. A comissão expôs que a política de ingresso faria parte do Regimento e foi colocado em votação a inclusão do gênero e esta foi aprovada, ficando inserida no Capítulo 2, estratégia IV que diz sobre a facilidade de acesso para as camadas da população historicamente desfavorecida. Logo após, foi data a palavra para o servidor Jandilson Vitor, de São Vicente, que questionou a falta de quadros com as propostas de orçamento no capítulo 7, quantificando os números. A comissão respondeu, expondo a dificuldade, pois o orçamento depende muito da quantidade de alunos, não podendo assim ser quantificado em um longo período. O professor Saldanha, do campus Cuiabá, logo após expôs sua preocupação quanto a evasão, visto que não está exposto explicitamente no PDI e foi acordado com a assembléia que seria especificado dentro do PDI. A Professora Marília, do Campus Cuiabá questionou quanto ao dialogo com o mercado – como será feito, e sobre o afastamento do docente quando estiver fazendo Mestrado ou Doutorado. A comissão expôs que quanto ao diálogo com o mercado e as políticas a serem feitas será constada no Regimento, mas a questão de afastamento não é o instituto que faz a regra e sim os órgãos competentes e reguladores deste tipo de especialização profissional e acadêmica. O Professor Rodolfo questionou a respeito das redistribuições e remoções de servidores, se será criada uma política e documentação. A comissão expôs que será implantado em nível de regimento e não PDI. A Professora Rita, do Campus Cuiabá, e o Professor Darlon Almeida, Diretor Geral de Campo Novo do Parecis, expuseram suas preocupações quanto aos cursos de PROEJA e o curso de

Medicina Veterinária a serem implantados em todo o IFMT e em Campo Novo do Parecis respectivamente. A comissão deu como resposta a professor Rita os números que foram implantados no PDI, mostrando o aumento de cursos PROEJA e ao professor Darlon Almeida o apoio da Reitoria na implantação deste curso. O DCE do Campus São Vicente expôs sua preocupação com relação ao cumprimento do documento, marketing, programas de resíduo e a comissão colocou como resposta que se pretende cumprir sim o PDI a ser avaliado através das Avaliações Institucionais, os programas de resíduos já estão contemplados no PDI e o marketing será feito pelo próprio Ministério da Educação. Após o intervalo para o almoço, às quatorze horas, foram retomados os trabalhos, votando a missão do PDI, com suas novas leituras, tendo como aprovação o texto original apresentado. Após isso, o Presidente da Comissão de PDI, Prof. Degmar dos Anjos, Colocou em votação o PDI elaborado pela comissão, perguntando à comunidade presente no fórum se todos ali presentes referendavam aquele documento, tendo a aprovação unânime da platéia, o Prof. Degmar disse que, tendo em vista a aprovação da comunidade, encaminharia oficialmente o texto ao Reitor para que fosse protocolado no Ministério da Educação. Após a votação, foi dada a palavra ao Professor Rupert Carlos Toledo Pereira, Presidente da Comissão do Estatuto, onde este expôs o mesmo artigo por artigo, colocando em votação seus artigos e tendo suas respectivas aprovações e alterações. As alterações do Estatuto são referenciadas em documento anexo a este. As propostas de alterações foram feitas pelo Reitor, Professor José Bispo Barbosa, Professor Leone Covari, Jandilson Vitor, Reinaldo, Saldanha, Barromeu, Professor Gilson. E nada mais havendo a tratar, o Reitor encerrou oficialmente o fórum, convocando todos os diretores de Campi para uma reunião posterior ao fórum e determinou a lavratura da presente Ata, recebendo as assinaturas dos presentes na reunião em listas anexas a esta. Cuiabá, 26 de junho de 2009.